

Aula 00

*SEFAZ-MG (Auditor Fiscal - área
Auditoria e Fiscalização) Contabilidade
Avançada (Prof Julio e Luciano)*

Autor:

Júlio Cardozo, Luciano Rosa

08 de Fevereiro de 2023

Índice

1) Apresentação do Curso - Contabilidade Geral	3
2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	8
3) Questões Comentadas - CPC 25 - FGV	40
4) Questões Comentadas - CPC 25 - FCC	65
5) Questões Comentadas - CPC 25 - Cebraspe	78
6) Questões Comentadas - CPC 25 - Multibancas	99
7) Lista de Questões - CPC 25 - FGV	136
8) Lista de Questões - CPC 25 - FCC	145
9) Lista de Questões - CPC 25 - Cebraspe	153
10) Lista de Questões - CPC 25 - Multibancas	161



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, meus amigos. Como estão? Sejam bem-vindos ao **Estratégia Concursos**, simplesmente o melhor curso preparatório para concursos do Brasil!

Temos a felicidade de apresentar a vocês o nosso curso de **Contabilidade** com **TEORIA E QUESTÕES COMENTADAS**.

METODOLOGIA

Conteúdo

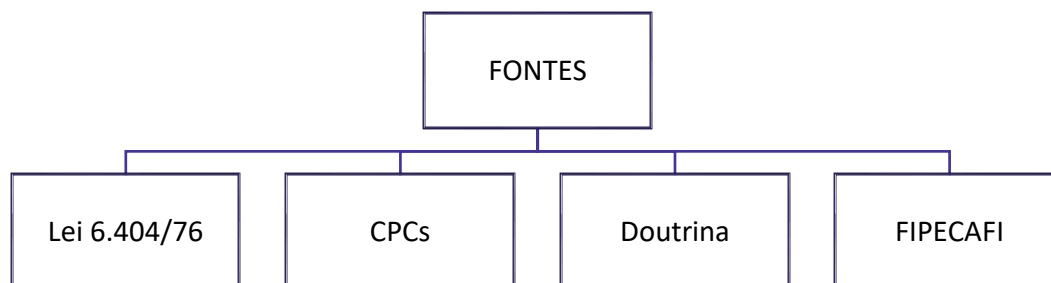
Quem conhece os cursos do Estratégia sabe que trabalhamos basicamente com a seguinte estrutura didática: **Livros Digitais em PDF (Teoria e Questões) + Vídeos Completos (Teoria + Questões) + Fórum de Dúvidas**.

É muito importante que, em um primeiro momento, você leia o material escrito e, como forma de reforçar algum conteúdo, assista aos vídeos. É uma regra absoluta, professores? NÃO! Mas é a nossa sugestão para vocês, tudo bem?

A Contabilidade é uma ciência desafiadora, é verdade, e exigirá dedicação e comprometimento, mas temos certeza que isso não será problema para vocês.

Gostaríamos de ressaltar que nosso curso está 100% **atualizado** de acordo com:

- Lei 6.404/76: Também conhecida como Lei das Sociedades Por Ações (LSA) e pilar da Contabilidade.
- Principais pontos dos chamados Pronunciamentos Contábeis (CPCs), tema praticamente obrigatório em provas de concursos públicos e exames.
- Pontos necessários de doutrina e do Manual de Contabilidade Societária (FIECAFI).



Questões de Concursos

Além da teoria, para o aprendizado da contabilidade é essencial a resolução exaustiva de questões de provas anteriores. Além de ajudarem na fixação do conteúdo, as bancas tendem a repetir os enunciados.



Por disso, ao longo do conteúdo teórico, apresentaremos uma série de questões, de forma didática, para demonstrar como o tema é cobrado em provas. Temos questões apresentadas ao longo da exposição teórica, como fixação de conteúdo, e no final de cada aula, uma carga extra de exercícios para treinamento.

Resumos e Mapas Mentais

Adicionalmente, na área do aluno, apresentaremos um resumo simples do que foi abordado no conteúdo teórico e, ainda, mapas mentais para ajudar na fixação do conteúdo.

É assim que conduziremos os nossos cursos! Uma forma que está auxiliando diversas pessoas a conseguirem aprovação nos mais diversos certames. Agora, permita-nos fazer uma pequena apresentação pessoal.

APRESENTAÇÃO PESSOAL

Meu nome é **Luciano Rosa**, sou **Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, e **professor de contabilidade para concursos no site do Estratégia**.

Coautor do livro **Contabilidade Avançada Facilitada para Concursos** – Teoria e questões e mais de 200 questões comentadas, livro baseado nos Pronunciamentos Contábeis emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, publicados pela **Editora Método**.

Meu nome é **Silvio Sande**, sou graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Visconde de Cairu na Bahia e sou **professor de Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações Contábeis** aqui no Estratégia Concursos.

Meu nome é **Julio Cardozo**, e sou **professor das disciplinas de Contabilidade Geral, Avançada, de Custos e Perícia Contábil** aqui no Estratégia Concursos.

Atualmente sou **Auditor Fiscal do estado do Espírito Santo** e trabalho diretamente na fiscalização de ICMS. Fui sargento da Força Aérea Brasileira, controlador de tráfego aéreo, por 14 anos, tendo ingressado no serviço público com 17 anos de idade.

Vejam que somos três professores totalmente dedicados à sua aprovação.

Sigam as nossas redes sociais para muitas e muitas dicas de contabilidade para concursos:

Facebook: **Contabilidade para Concursos – Grupo de Estudos**

Instagram: **@contabilidadeconcurso, @prof.silviosande e @profjuliocardozo**



CRONOGRAMA DE AULAS

Os cronogramas estão na área do aluno. Caso seja necessário, alguma alteração pode ser realizada, por isso, é importante acompanhar sempre a área do aluno.

Luciano Rosa/Silvio Sande/Julio Cardozo

Quaisquer dúvidas, falem com a gente.

Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.

Isaac Newton

PERGUNTAS FREQUENTES NO CURSO

1 – Professores, devo começar pelo PDF ou pelos vídeos?

Resposta: Faça o teste na aula 00 e veja o que melhor funciona para você. De maneira geral, entendemos ser mais proveitoso começar pelo PDF, pois, além de mais completos, podemos ter um avanço mais rápido e eficiente no curso. Caso algum assunto fique meio travado no PDF, recorra aos vídeos como apoio. É normal que na nossa jornada de estudos a gente passe por fases, sabiam? Às vezes estamos com mais vontade de estudar os PDFs e outros momentos queremos os vídeos. Isso é perfeitamente normal, acredite! O importante é que seu estudo seja sempre ATIVO e contínuo.

2 – Professores, há necessidade de utilizar um livro para complementar?

Resposta: Não. O nosso curso é completo. Para isso disponibilizamos PDF + Vídeos + Fórum de dúvidas + Mapas Mentais + Resumos + Slides + Questões da banca.

3 – Professores, há necessidade de imprimir os Pronunciamentos Contábeis - CPCs para leitura seca?

Resposta: Não. E nem é recomendável. As normas em geral são muito grandes e técnicas. O que você precisa saber sobre os CPCs está no curso.

4 – Professores, em que parte termina a contabilidade geral e começa a avançada?

Resposta: Hoje, não há mais rigor nessa distinção. As bancas entendem que contabilidade geral já contém os chamados Pronunciamentos Contábeis (que seriam a parte de Contabilidade Avançada). Todavia, costumamos dizer que a Contabilidade Geral hoje contempla a parte inicial até a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5 – Professores, preciso terminar a Contabilidade Avançada para estudar Contabilidade de Custos?

Resposta: Não, mas é necessário conhecer pelo menos a parte de Contabilidade Geral que aborda a Demonstração do Resultado do Exercício.



DICAS PARA QUE VOCÊ POSSA APRENDER CONTABILIDADE E EVOLUIR NA DISCIPLINA

Antes de começar a aula propriamente dita, vamos deixar aqui **algumas dicas para que vocês possam melhorar/iniciar os estudos de contabilidade**. Leia com atenção!

Dica 1: Saiba o que cai na sua prova e qual a extensão.

Tenha o costume de SEMPRE ler o seu edital para saber o que será exigido. Isso é um compromisso seu como aluno. Nós, professores, também fazemos isso para prepararmos um curso direcionado e na medida que você precisa para sua prova. Mas você precisa fazer a sua parte.

Dica 2: Tenha em mente que a disciplina por vezes é complexa (não há como negar isso) e a perfeita compreensão para concursos demanda tempo e paciência.

No começo do curso, muita gente se queixa que não entende o funcionamento de alguns conceitos e convenções. Acreditem, é perfeitamente normal. Estudar Contabilidade exige amadurecimento, paciência e dedicação! “Mais importante do que a velocidade, é a direção”.

Dica 3: Saiba que a Contabilidade é uma ciência com convenções próprias e vocabulário próprios.

Algumas expressões, verbos, convenções são próprios da Contabilidade. Assim, tenha mente aberta para “aceitar” algumas ideias e entenda que, em certas situações, será necessário deixar “pré-conceitos” de lado.

Um exemplo clássico: Débito não significa necessariamente alguma coisa ruim e crédito não significa coisa boa. Quando começar os estudos, saiba que essas palavras são utilizadas na disciplina com sentido peculiar. Por favor, nos dê esse voto de confiança.

Verbos como realizar, incorrer, transcorrer, apropriar serão apresentados a você nessa jornada e possuem significado especial para a Ciência Contábil.

Dica 4: Um passo de cada vez.

A disciplina é demasiadamente EXTENSA, interligada e o curso está estruturado para ser bem gradual, passo a passo. Os assuntos são interdependentes e, alguns conceitos são apresentados de maneira inicial em uma aula e aprofundados em outras, caso seja necessário para você. Há assuntos que você verá na aula 00 que só serão tratadas com profundidade na aula 03, por exemplo.

Dica 5: Conheça a banca que fará a sua prova. Cada uma das bancas tem um estilo peculiar de cobrança.

Hoje, podemos dizer seguramente que cada uma das principais bancas cobra a matéria de seu modo. Então, é imperativo conhecer os principais temas cobrados por cada uma e as peculiaridades. “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas” Sun Tzu.



Dica 6: Faça questões e simulados rotineiramente.

Assim como é importante treinar em outras matérias, na Contabilidade não é diferente. Para ganhar tempo, agilidade e conhecimento, reserve tempo na sua rotina para resolução de exercícios!

Dica 7: Não fique muito tempo sem estudar Contabilidade.

Especialmente no começo, é fundamental que não haja grandes intervalos de tempo sem ter contato com a disciplina, pois estamos fazendo a nossa “base contábil”, como se fosse a construção de uma casa mesmo. Se possível, tenha contato diário com a disciplina, mesmo que seja um tempo pequeno.

Dica 8: Utilize o fórum de dúvidas (dos cursos) ou nosso grupo de estudo no Facebook/Telegram para sanar suas dúvidas.

Estamos à disposição de vocês para retirarmos as dúvidas que certamente terão ao longo do estudo. Apenas destacamos que o nosso compromisso é retirarmos as dúvidas referentes AO NOSSO MATERIAL, tudo bem? **Questões de sites de concursos, resoluções provas são atendidas QUANDO POSSÍVEL.**

Dica 9: Tenha paciência e saiba que essa é uma etapa necessária na vida e, depois da aprovação, a vida melhora E MUITO!

Vamos ao curso?



CPC 25 – PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E ATIVO CONTINGENTE

Quatro são os itens objeto de estudo nesta norma e que, ao final desta aula, devem estar claros na sua mente:

- 1) Os passivos propriamente ditos;
- 2) As provisões;
- 3) Os passivos contingentes;
- 4) Os ativos contingentes.

Todos são extremamente cobrados em provas.

Definições

O CPC 25 traz algumas definições importantes e devemos conhecê-las:

- Conceito de Provisão

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematinizemos:

Provisão		
Prazo	OU	Valor
Incerto		

Um exemplo clássico aqui é o seguinte. Imagine que você passe em um concurso para Auditor Fiscal e receba uma ordem de fiscalização em desfavor de determinado contribuinte.

Formada a sua convicção, você lavra um auto de infração de muitos milhões. O sujeito passivo recebe. Consulta, assim, o seu setor jurídico, que decide recorrer.

O setor jurídico, portanto, vai olhar e dizer: ora, é **provável** (mais para sim do que para não) que nós percamos esta lide.

Todavia, não sabemos qual o valor exato, que pode ou não ser aquele do auto, nem quando será efetuado o desembolso, já que essa pendenga pode durar anos a fio.



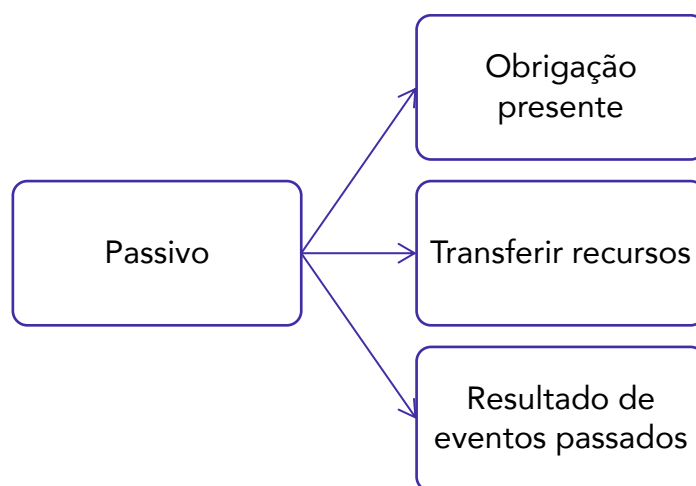
Assim, estamos diante do caso de constituir uma provisão: prazo ou valor incerto.

Entendido? Por enquanto, grave apenas isso.

- Conceito de Passivo “Normal”

Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

Esquematinizemos:



Aqui é simples. Contraímos uma dívida com determinado fornecedor no montante de R\$ 100.000,00. Essa dívida é líquida e certa. Ela terá de ser paga na data estipulada.

É uma obrigação presente, pois foi firmada em um contrato ou em algum título de crédito. É derivada de eventos passados, qual seja, a compra da mercadoria.

Também quando liquidarmos, tiraremos recursos (dinheiro) da entidade. Esses recursos, se fossem mantidos poderiam ser aplicados em outros tipos de investimentos.

Esse é um passivo “normal”.



(TCE-RO/Ciências Contábeis/2013) É denominado passivo o componente patrimonial que constitui uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados. Espera-se que a liquidação dessa obrigação resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.



Comentários:

Como acabamos de salientar, o item está certo.

Para o CPC 00 (R2), item 4.26, passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

E o item 4.27 Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos:

- (a) a entidade tem uma obrigação;
- (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e
- (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados (ver itens de 4.42 a 4.47).

(MTE/AFT/2013) A existência de uma obrigação futura é requisito essencial para a contabilização de um passivo.

Comentários:

Errado, a obrigação deve ser **presente**. A obrigação é o dever ou responsabilidade que a entidade não tem a capacidade prática de evitar. A obrigação é sempre devida à outra parte (ou partes). A outra parte (ou partes) pode ser uma pessoa ou outra entidade, grupo de pessoas ou outras entidades, ou a sociedade em geral. Não é necessário conhecer a identidade da parte (ou partes) para quem a obrigação é devida.

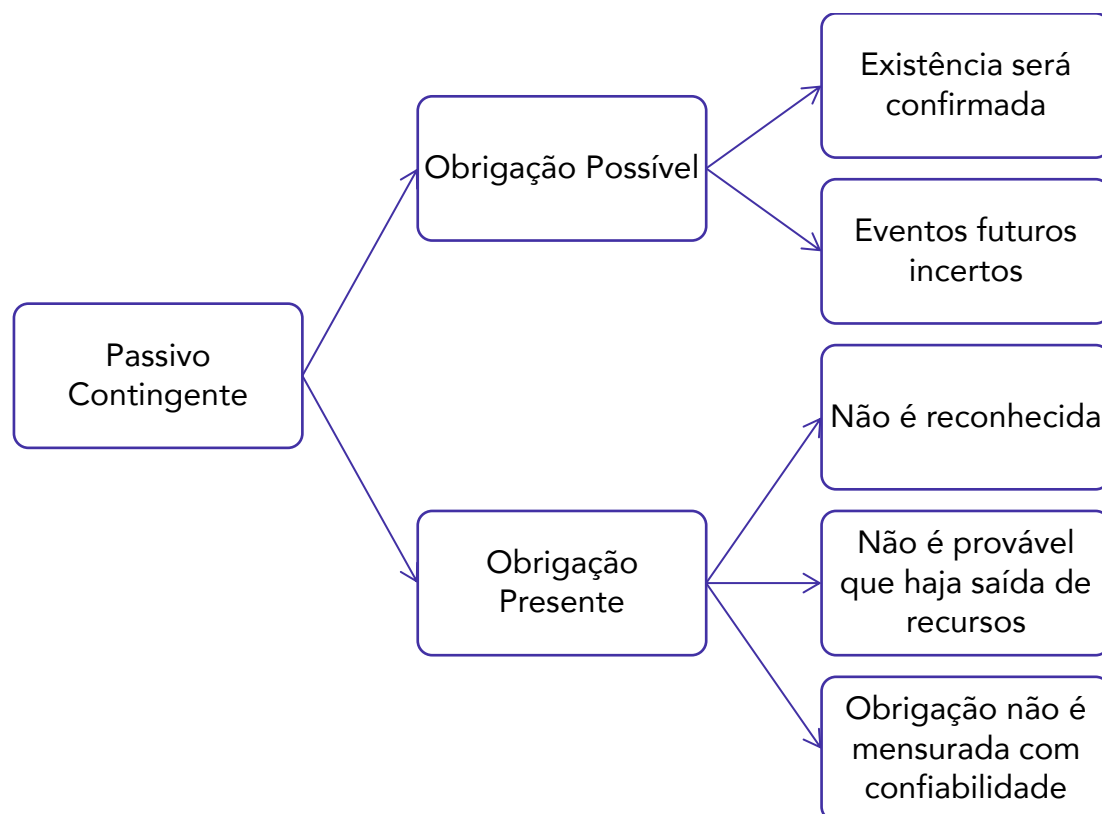
- Conceito de Passivo Contingente

De acordo com o CPC 25, Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida** porque:
 - (i) **não é provável que uma saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o **valor da obrigação não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.

Esquemmatizando a definição:





Voltamos ao exemplo do auto de infração que você lavrou contra o contribuinte X, dado logo ali em cima. Naquela situação, era muito provável que a empresa, em determinado momento e por determinado valor, tivesse de desembolsar a quantia ao fisco. A possibilidade de perda era provável.

Aqui não! No passivo contingente, a possibilidade de perda é **possível**, mas é mais para não do que para sim.

Vejam que a definição diz "**não é provável**". Portanto, diferentemente das provisões, **os passivos contingentes não são contabilizados**.

Essa não contabilização se dá:

- Porque a saída de recursos é somente possível.
- Pois você não consegue estimar com confiabilidade o valor desta obrigação.

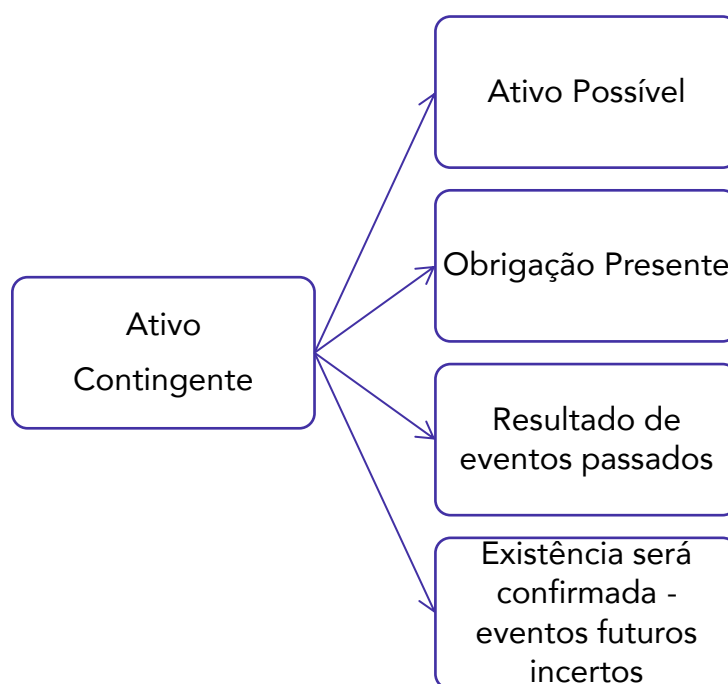


- Conceito de Ativo Contingente

O CPC 25 apresenta a seguinte definição:

Ativo contingente é um **ativo possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela ocorrência ou não de um ou mais **eventos futuros incertos** não totalmente sob controle da entidade.

Esquematizemos:



Outro conceito importantíssimo e que sempre aparece em provas.

É simples. Imagine agora que, em vez de ser autuado, você descobriu que pagou um valor maior ao Fisco! Sim, se você pagou um tributo a maior, você tem direito à restituição (também conhecida por repetição do indébito).

Você peticionou e está esperando uma resposta do Governo. Todavia, no decurso deste processo, você descobre que há uma série de restrições para que você possa se aproveitar deste valor e avalia que a possibilidade de receber este montante é somente “possível”, ou seja, mais para não do que para sim.

Esta é uma clara hipótese de ativo contingente: a existência do direito será confirmada pela decisão do fisco, que não está sob controle da empresa, a quem só cabe aguardar.

Tome nota! Os ativos contingentes não são contabilizados.



A seguir, uma questão:

(Auditor/MP AL/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.
- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Comentários:

Como dissemos, os ativos contingentes não são contabilizados. Portanto, eliminamos as letras a até c.

Quando a letra e, para ajustar algo a valor presente, esse algo também deverá estar contabilizado, o que não é o caso do ativo contingente. Assim, o nosso gabarito é a letra d.

Como o ativo contingente é divulgado em notas explicativas, periodicamente nós devemos reavaliar para ver se ele está corretamente evidenciado. Se não se tornou algo que deveria ser contabilizado ou se se tornou algo com possibilidade remota de recebimento. Ainda, segundo o CPC 26, as notas explicativas fazem parte do conjunto completo das demonstrações contábeis (apesar de não serem uma demonstração contábil). O gabarito é letra d.

- Outros Conceitos Importantes Para o Entendimento do CPC 25

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Aqui funciona assim. A provisão, o passivo "normal" e o passivo contingente surgem de uma obrigação, correto? Seja um processo judicial, administrativo, uma lei que está para ser publicada etc.

Essa obrigação pode surgir através de duas sortes de eventos:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou



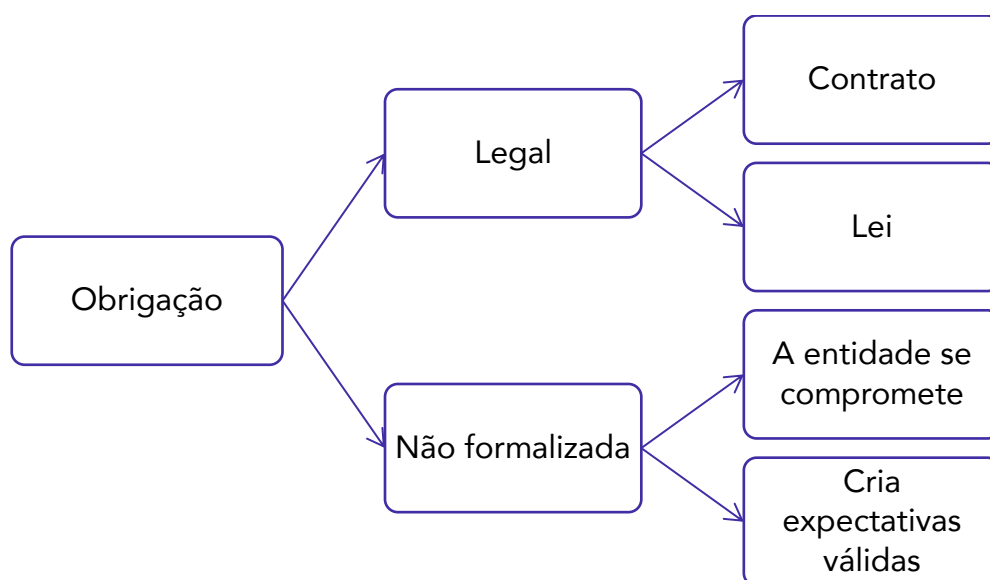
(c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

(a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

(b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Então, vamos esquematizar?



Assim, uma provisão pode surgir, por exemplo, de uma lei que exija determinada conduta da entidade ou de um contato firmado pela empresa.

Todavia, pode surgir também de uma obrigação não formalizada, quando a entidade resolve que irá cortar 50% de seus diretores e anuncia amplamente a medida, comunica os diretores e pessoas envolvidas, gerando expectativas válidas.

Por que estamos falando isso? Pois é cobrado em provas.



- Vamos Aprofundar Os Conceitos

Exemplo de passivo contingente e provisão.

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera.

O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Na metade do ano de 20X0 é possível que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado após o final do ano.

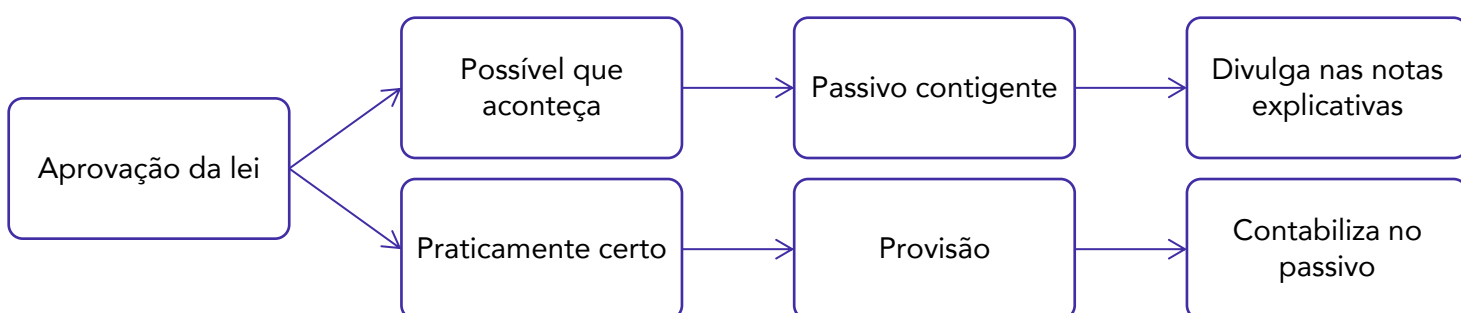
Deverá a empresa, portanto, **divulgar o fato em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível no futuro.**

Ademais, o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e trata-se de uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Contudo, **se fosse praticamente certo** que a lei seria aprovada rapidamente haveria necessidade de se fazer o **reconhecimento de uma provisão pela melhor estimativa dos custos de limpeza.**

A iminência da publicação da lei transforma o passivo contingente em provisão, o que leva ao reconhecimento. A obrigação passa de possível (passivo contingente) para provável (provisão).

Então, vamos esquematizar?



A lei foi um exemplo, mas temos de tentar aplicar aos diversos casos práticos. Vejamos:

(Técnico/SEFIN RO/2018) Como o processo industrial da Cia. X provoca alto impacto ambiental, ela é obrigada, por lei, a trocar suas máquinas, a cada cinco anos.

Caso a sociedade empresária não faça a troca, ela é obrigada a pagar uma multa anual de R\$ 100.000.



A sociedade empresária deveria trocar suas máquinas em 2015. O valor das máquinas era de R\$ 500.000. Como a sociedade empresária não fez a troca, ela considera que o risco de ser autuada é muito alto.

Considerando apenas esse fato, assinale a opção que indica, em 31/12/2015, o total das provisões da Cia. X.

- a) Zero.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 500.000.
- d) R\$ 600.000.
- e) R\$ 1.000.000.

Comentários:

Percebam que em 31.12.2015 já existe uma obrigação presente legal com resultado de eventos passados para a entidade. Além disso, o risco de ser autuada é muito alto e a estimativa é confiável. Portanto, a entidade deverá reconhecer uma provisão no valor de R\$ 100.000.

O gabarito é letra b.

Diferenças Entre Provisões e Passivos Contingentes

Provisões: São reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação

Passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

1) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

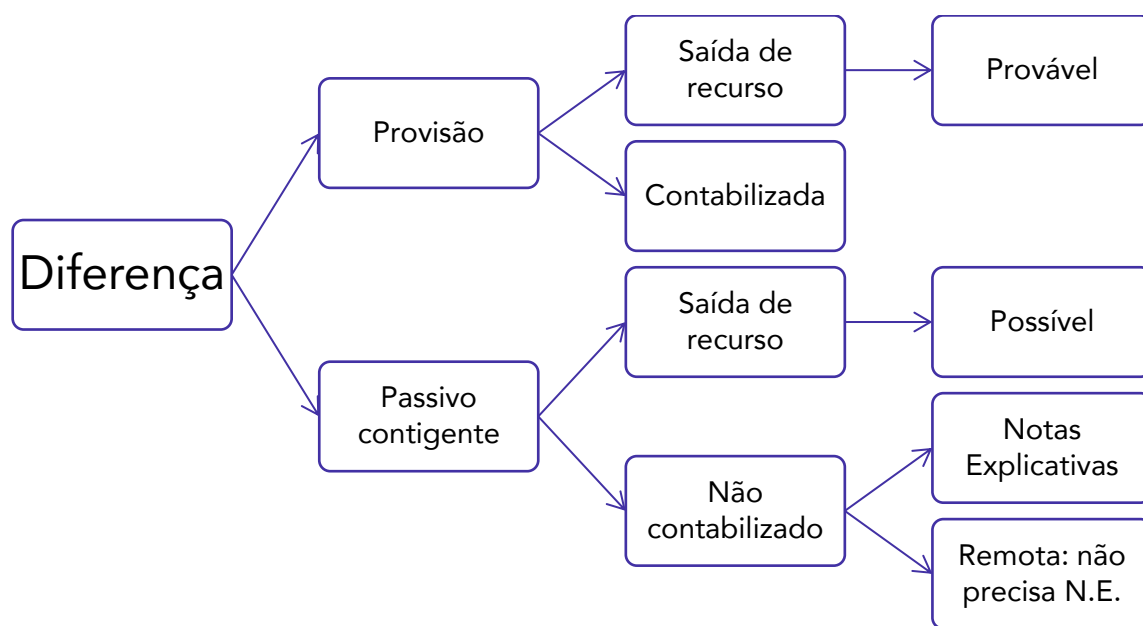
2) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Vejam: passivo contingente não é reconhecido, pois a saída de recursos é somente possível. Na provisão, a saída de recursos é provável.

Há, portanto, uma diferença fundamental entre Provisão e Passivo Contingente: **As provisões são contabilizadas, e os passivos contingentes não são.**



Esquematizemos:



Os **passivos contingentes não são contabilizados**, pois:

- 1) Ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente;
- 2) Ou existe a obrigação presente, mas não é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidá-la;
- 3) Ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

Então, imagine-se que há um processo judicial de natureza trabalhista para o qual não há indícios suficientes se a entidade terá ou não de desembolsar um valor. Não é provável, por enquanto, que haja um desembolso, pois não há uma estimativa confiável. É somente possível um desembolso. Nesta hipótese, teremos um passivo contingente,

Observemos um quesito:

(CADE/2014) Um passivo contingente deve ser reconhecido quando for decorrente de obrigação presente que resulte de eventos passados devendo as informações desse passivo ser detalhadas em nota explicativa às demonstrações contábeis.

Comentários:

Errado, os passivos contingentes não são reconhecidos (contabilizados).

De acordo com o FIPECAFI, a diferença entre provisão e passivo contingente fica bem clara no caso de **responsabilidade conjunta e solidária** onde a parte da obrigação que se “espera seja liquidada por terceiros é tratada como passivo contingente, sendo “reconhecida a provisão apenas para a parte que cabe à entidade liquidar, a não “ser que haja evidência de que os terceiros não responderão por sua parcela.”



Imaginem, por exemplo, que a empresa A possua uma obrigação conjunta e solidária com a empresa B.

No primeiro momento, cabe à empresa A a obrigação de R\$ 500.000 e a empresa B R\$ 300.000,00. A empresa A deve considerar R\$ 500.000,00 como provisões e R\$ 300.000 como passivo contingente.

Agora, se a empresa B der evidências que não irá honrar a sua parte na obrigação, a empresa A pode ter que reconhecer o valor total da obrigação - R\$ 800.000,00 – como provisões.

Reconhecimento Das Provisões

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Esquematinizemos:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso

Uma questão sobre o assunto:

(FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Comentários:

Como acabamos de salientar, o item está certo. A estimativa confiável é elemento indispensável para o reconhecimento das provisões.



Lançamento Para Constituir A Provisão

Continuando aquele exemplo do auto de infração lavrado por uma autoridade fiscal, vamos supor que o valor da multa foi de R\$ 10.000.000,00.

A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão tributária (despesa)	10.000.000,00
C – Provisões tributárias (passivo)	10.000.000,00

Razonetes:

Despesa com prov.	Prov. Tributária
10.000.000,00	10.000.000,00

Passivo Contingente

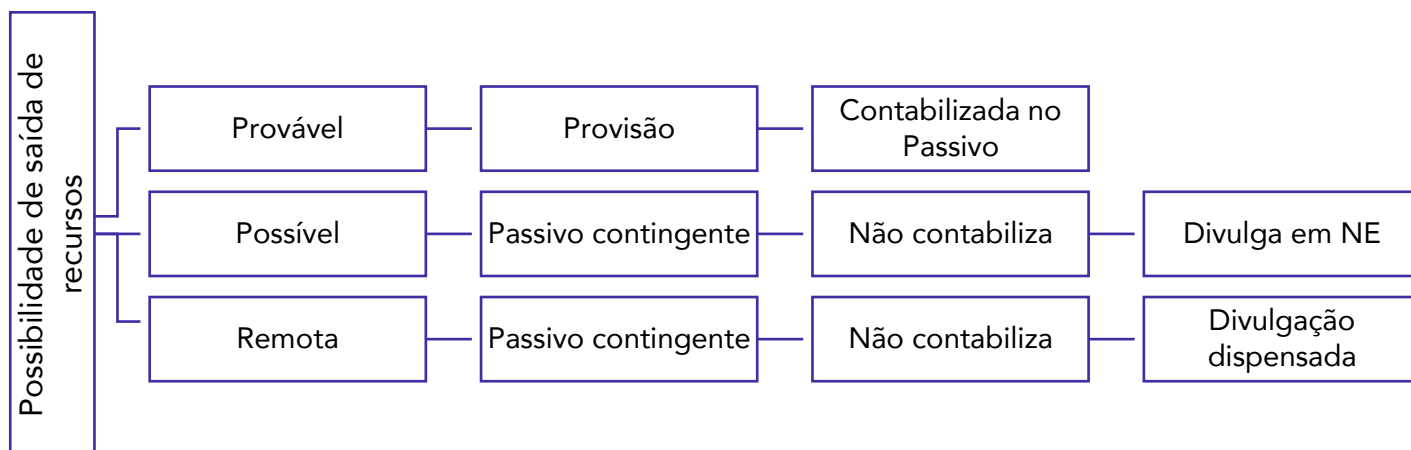
A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado.

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma **saída de recursos possível, mas não provável** (probabilidade do não é maior que a do sim).

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**.

E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.

Esquematizemos:





(Transpetro/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- (A) 50.000,00
- (B) 60.000,00
- (C) 260.000,00
- (D) 310.000,00
- (E) 410.000,00

Comentários:

O CPC 25 define que Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade

Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:



- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;

Trata-se, na verdade, de um **passivo normal da entidade** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados **não há confiabilidade da mensuração**.

- Uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- Uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será:

$$60.000 + 200.000 + 50.000 = \text{R\$ } 310.000,00$$

O gabarito é letra d.

(TRT10/Contabilidade/2013) Deve-se reconhecer uma provisão para passivo contingente, caso a entidade preveja a necessidade, ainda que remota, de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar determinada obrigação.

Comentários:

Errado, apenas quando a possibilidade de saída de recursos seja **provável**.

Ativo Contingente

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente**. Devem, sim, ser evidenciado em notas explicativas.

Então, se, por exemplo, você entrou na justiça para reaver um tributo pago a maior, e esse processo está para ser analisado, mas é somente **possível** que o desfecho seja favorável, então, nesta hipótese estamos frente a um ativo contingente, que, como tal, não é contabilizado. Veja, é possível que você ganhe e tenha o direito a receber, mas não é praticamente certo, tampouco provável.



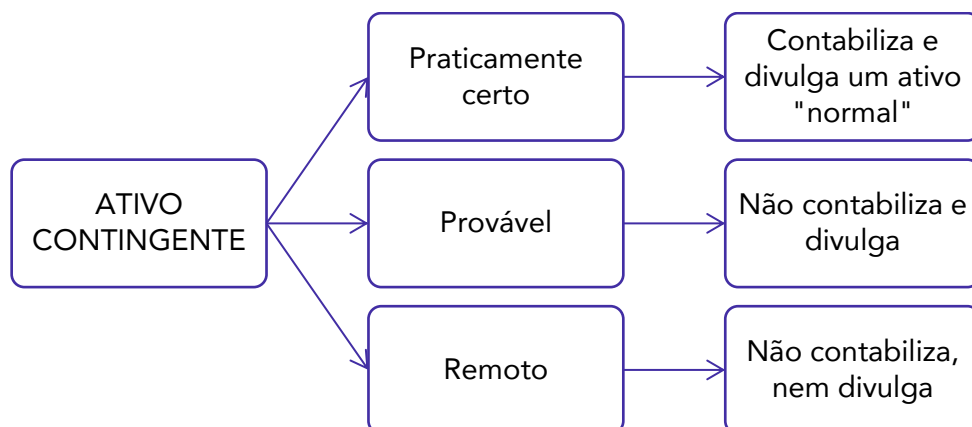
Os **ativos contingentes** surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

É bem parecido com o caso do passivo!

Esquematemizemos:



Quanto à ótica da entrada de benefícios econômicos na entidade, fica assim:

- 1) Praticamente certa: Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) Provável, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) A entrada não é provável (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

O CPC aborda exatamente do modo como falamos:

33. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

A seguir, uma questão:



(Exame de Suficiência/2013/2º) A respeito do Ativo Contingente, conforme a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção incorreta.

- A) A entidade não deve reconhecer um ativo contingente.
- B) O ativo contingente é divulgado em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.
- C) Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- D) Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Comentários:

Todas estão corretas, exceto a letra D:

“Os ativos contingentes surgem normalmente de evento planejado ou de outros esperados que deem origem à probabilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. ”

Errado. Os ativos contingentes surgem normalmente de evento **não planejado ou de outros não esperados** (...)

Reavaliação a Cada Exercício

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Portanto, ao término do exercício social, você deve fazer uma reavaliação das provisões e dos passivos contingentes.

Vamos exemplificar:

- X1: Provisão constituída – R\$ 10.000.000,00.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é somente possível, no valor de R\$ 4.000.000,00. Portanto, a provisão se tornou um passivo contingente. Veja, **você não deve reverter somente a diferença, mas sim todo o valor.**



Atenção! Você não tem mais uma provisão, portanto, nesta hipótese, nada é contabilizado. Reverte tudo.

- X1: Passivo contingente – R\$ 5.000.000,00. Não há nada contabilizado, portanto.

Todavia, ao reavaliar, a empresa percebeu que a probabilidade de perda agora é provável, no valor de R\$ 6.000.000,00. Uma provisão será constituída neste valor.

Lançamento Para Reverter A Provisão

Caso seja a hipótese de reverter uma provisão, devemos fazer o lançamento seguinte:

Reversão - Prov.	Prov. Tributária
1.000.000,00	1.000.000,00

Agora uma questão de cálculo, a FCC adora:

(Auditor Fiscal/SEFAZ/MA/2016) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2014, apresentou o saldo de R\$ 1.200.000,00 na conta representativa das provisões que era composta dos seguintes valores:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2014
Trabalhista	R\$ 500.000,00
Tributário	R\$ 700.000,00

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2015, as informações obtidas pela empresa sobre os processos existentes em 31/12/2014 e sobre outros que surgiram durante o ano de 2015 são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Classificação pela empresa em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Tributário	Possível	R\$ 200.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 150.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2015 da empresa relacionado com as provisões foi, em reais:

- (A) aumento de 350.000,00.
- (B) aumento de 450.000,00.
- (C) redução de 850.000,00.
- (D) aumento de 650.000,00.



(E) redução de 550.000,00.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Assim,

Trabalhista: Reverte R\$ 100.000,00 (receita).

Tributário: Reverte R\$ 700.000,00 (receita).

Por que reverte tudo? Passou de provisão para passivo contingente.

Cível: Não faz nada, já que é passivo contingente.

Ambiental: Provisão de R\$ 150.000,00 (despesa)

Portanto:

$$- 150.000 + 700.000 + 100.000 = 650.000,00 \text{ (receita)}$$

Outra forma de resolver:

A empresa tem as seguintes provisões em 31/12/2014:

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	500.000,00
Tributário	700.000,00
Total	1.200.000,00

Em 2015, deve contabilizar as seguintes provisões (que apresentam possibilidade de desembolso "provável"):

Tipo de processo	Valor (R\$)
Trabalhista	400.000,00
Ambiental	150.000,00
Total	550.000,00

Assim, o valor da provisão deve diminuir de \$1.200.000 para \$550.000, o que representa um ganho (um aumento do resultado) no valor de \$ 650.000 (\$1.200.000 - \$550.000).

O gabarito é letra d.



Reconhecimento

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Obrigação presente

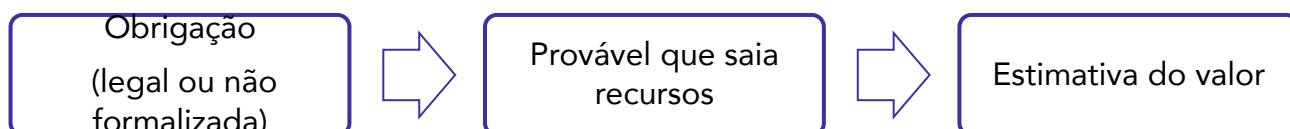
15. Em casos raros não é claro se existe ou não uma obrigação presente. Nesses casos, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Evento passado

17. Um evento passado que conduz a uma obrigação presente é chamado de um evento que cria obrigação. Para um evento ser um evento que cria obrigação, é necessário que a entidade não tenha qualquer alternativa realista senão liquidar a obrigação criada pelo evento. Esse é o caso somente:

- (a) quando a liquidação da obrigação pode ser imposta legalmente; ou
- (b) no caso de obrigação não formalizada, quando o evento (que pode ser uma ação da entidade) **cria expectativas válidas em terceiros** de que a entidade cumprirá a obrigação.

Portanto, são requisitos para reconhecermos uma provisão:



Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.



(Analista/Câmara Salvador/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Comentários:

Mais uma vez, são requisitos para se reconhecer uma provisão:

- Obrigação presente. A obrigação pode surgir de um termo legal (contrato, lei, ou qualquer outro instrumento que vincule a entidade) ou ser uma obrigação não formalizada.
- Provável que saia recursos da entidade.
- É possível fazer uma estimativa confiável.

Note-se que a estimativa não precisa ser perfeita, até por que, na provisão, o valor pode ser incerto. Mas deve ser feita a melhor estimativa possível.

O gabarito é letra b.



Obrigações Não Formalizadas

Dissemos anteriormente que a obrigação que cria uma provisão pode ser **legal**, quando advém de lei ou contrato, ou **não formalizada**.

A obrigação não formalizada não surge de um contrato ou lei, mas sim de um compromisso que a empresa assumiu. Mas como saber se esse compromisso irá gerar uma provisão?

A palavra chave para sabermos se estamos diante ou não de uma obrigação não formalizada é perceber se foi criada **expectativas válidas em terceiros**.

Vamos ver o exemplo através de uma excelente questão da FGV (sempre ela com as melhores questões):

(TCM SP/Agente de Fiscalização/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e



(b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. **Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada.**

É o fato que de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.

Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso.

O gabarito é letra a.

Reembolso

Imagine que a empresa Alfa tenha constituído uma provisão para pagamento de uma provisão, no valor de R\$ 100.000,00. Contudo, ela possui um contrato de seguro no qual os valores serão reembolsados integralmente para a empresa.

Conforme previsão do CPC 25, quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido quando, e somente quando, for **praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como ativo separado.**

Percebam que o valor a receber de reembolso deve ser contabilizado como ativo.

O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão.

Na demonstração do resultado do período, a despesa relativa a uma provisão pode ser apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso. Isso é muito interessante.

Calculando o valor das provisões – Valor esperado da garantia

Como chegar ao valor das provisões? Vamos usar, usar exemplos do CPC 25 e de provas para entendermos.

A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão.

Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento



dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores.

De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Observemos um quesito:

(EMAP/Analista Contábil/2017) empresa X, ré nos processos trabalhistas A, B e C, que discutem a mesma matéria, mas correm em varas trabalhistas distintas, será provavelmente condenada a pagar as indenizações reclamadas. A tabela a seguir refere-se aos processos trabalhistas desfavoráveis à empresa X.

processos	desembolso (em R\$ mil)	probabilidade de ocorrência
A	150	75%
B	90	55%
C	20	85%

Com referência à tabela precedente, julgue o item seguinte.

Na situação hipotética apresentada, o montante de provisão a ser reconhecido é de R\$ 260.000.

Comentários:

A mensuração adequada no caso apresentado será por meio da média ponderada entre todos os possíveis resultados e a probabilidade de ocorrência. Percebam que a questão é clara ao dizer que os processos A, B e C, **discutem a mesma matéria** e a **será provavelmente condenada** a pagar as indenizações reclamadas.

Fica assim:

Processos	Desembolsos	Probabilidade de ocorrência	Valor da Provisão (2 x 3)
A	R\$ 150.000,00	75%	R\$ 112.500,00
B	R\$ 90.000,00	55%	R\$ 49.500,00
C	R\$ 20.000,00	85%	R\$ 17.000,00
		Total da provisão	R\$ 179.000,00

Portanto, o item está errado.



Calculando o valor das provisões – Valor mais provável da provisão

Quando uma única obrigação estiver sendo mensurada, o desfecho individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo.

Porém, mesmo em tal caso, a entidade considera outras consequências possíveis. Quando outras consequências possíveis forem principalmente mais altas ou principalmente mais baixas do que a.

Vamos entender isso com um exemplo de prova:

(TRT-7ª Região/Analista Judiciário - Contabilidade/2017) Uma companhia enfrenta quatro processos judiciais que, se perdidos, gerarão obrigações de pagamento. Para estipular a soma a ser resguardada para garantir o cumprimento dessas obrigações legais no caso de perda judicial, a companhia cotejou os valores das ações com suas chances de perda, conforme mostra a tabela a seguir.

processo	valor (R\$ mil)	chance de perda
1	200	47%
2	350	58%
3	150	30%
4	100	65%

Considerando-se essa situação hipotética e as normas contábeis vigentes relativas a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, é correto afirmar que a empresa deverá provisionar o montante de

- a) R\$ 450.000.
- b) R\$ 650.000.
- c) R\$ 100.000.
- d) R\$ 800.000.

Comentários:

O CPC 25 afirma que para a finalidade deste Pronunciamento Técnico, uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável se o evento for mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer.

Em termos numéricos, apenas se a chance de perda for superior a 50% vamos reconhecer as provisões, o que seriam os processos 2 e 4.



Percebam que aqui **não havia uma informação que a perda já seria provável em todos os casos**; além disso, os assuntos não eram necessariamente da mesma matéria. Caberia ao candidato fazer esse julgamento.

A empresa deverá provisionar $350.000 + 100.000 = 450.000$. Não fizemos aqui um cálculo com média ponderada. O gabarito é letra a.

EXEMPLOS DO CPC 25

Vamos falar um pouco sobre alguns exemplos que o CPC 25 traz e corriqueiramente aparecem em provas. Vamos ver?

Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Aqui, portanto, temos que o fabricante vende um produto com garantia. Essa garantia de 3 anos é maior do que o prazo previsto pelos diplomas legais.

Uma vez que dá essa garantia, é muito provável que alguns produtos apresentarão defeitos.

Assim, a obrigação presente surge com a venda. Ora, a partir do momento em que a venda for efetuada o produto já pode apresentar defeitos.

Sendo possível estimar o percentual e valores, a entidade reconhecerá, então, uma provisão desse valor



Exemplo 2 – Terreno Contaminado – É Praticamente Certo Que a Legislação Será Aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 14 e 22).

Note que nesta hipótese ainda não há uma obrigação. Essa obrigação é praticamente certa para o próximo ano, mas ainda não existe.

Todavia, como essa lei é quase certa de ser aprovada e nós teremos de desembolsar esse valor, reconheceremos uma provisão, pela melhor estimativa disponível para limpar o terreno.

Exemplo 3 – Terreno Contaminado e Obrigação Não Formalizada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação e opera em um país onde não há legislação ambiental. Entretanto, a entidade possui uma política ambiental amplamente divulgada, na qual ela assume a limpeza de toda a contaminação que causa. A entidade tem um histórico de honrar essa política publicada.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, que dá origem a uma obrigação não formalizada, pois a conduta da entidade criou uma expectativa válida na parte afetada pela contaminação de que a entidade irá limpar a contaminação.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.



Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14 e 17).

Neste caso, trata-se de uma política amplamente divulgada pela empresa. Ao se comprometer, ela gera expectativas válidas em terceiros (população, governo, etc).

Assim, há uma obrigação não formalizada.

Deve ser reconhecida uma provisão pelo valor que a entidade estima gastar para descontaminar o terreno.

Exemplo 4 – Política de Reembolso

Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto, que dá origem à obrigação não formalizada porque a conduta da loja criou uma expectativa válida nos seus clientes de que a loja irá reembolsar as compras.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável, haja vista que bens, em certa proporção, são devolvidos para reembolso (ver item 24).

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de reembolso (ver itens 10 – a definição de obrigação não formalizada –, 14, 17 e 24).

Aqui é simples. Eu anuncio amplamente que vou realizar o reembolso, caso o cliente esteja insatisfeito.

Neste caso, vou estimar um valor que julgo será devolvido e, neste montante, reconhecer uma provisão.

Exemplo 5 – Fechamento de Divisão – Nenhuma Implementação Antes do Fechamento do Balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão. Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.



Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação. Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).

Esse exemplo é bastante cobrado em provas de concursos. Vejam! A entidade vai encerrar uma divisão.

Todavia, ela não comunicou a ninguém, não criou expectativa válida em terceiros, nada. Assim, não há uma obrigação presente.

Ela pode simplesmente desistir de encerrar as atividades.

Nenhuma provisão é reconhecida.

Exemplo 6 – Fechamento de Divisão – Comunicação/Implementação Antes do Fechamento do Balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

Exemplo 7 – Requerimento Legal Para a Instalação de Filtro de Fumaça

De acordo com a nova legislação, a entidade é requerida a instalar filtros de fumaça nas suas fábricas até 30 de junho de 20X1. A entidade não fez a instalação dos filtros de fumaça.



(a) Em 31 de dezembro de 20X0, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque não há o evento que gera a obrigação mesmo para os custos de instalação dos filtros de fumaça ou para as multas de acordo com a nova legislação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça (ver itens 14 e 17 a 19).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1, na data do balanço.

Obrigação presente como resultado de um evento passado que gera obrigação – Novamente não há obrigação para os custos de instalação dos filtros de fumaça porque nenhum evento que gera a obrigação ocorreu (a instalação dos filtros). Entretanto, uma obrigação pode surgir do pagamento de multas ou penalidades de acordo com a nova legislação, pois o evento que gera a obrigação ocorreu (a operação da fábrica em não- conformidade com a legislação).

Uma saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – A avaliação da probabilidade de incorrência de multas e penalidades pela não-conformidade da operação depende dos detalhes da legislação e da severidade do regime de execução da lei.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça. Entretanto, uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de quaisquer multas ou penalidades que sejam mais prováveis de serem impostas (ver itens 14 e 17 a 19).

Vejam! Nesta hipótese, o simples fato de não ter sido instalados os filtros não gera uma obrigação, não gera uma provisão. Contudo, a possibilidade de ter de pagar uma multa ou penalidade, conforme a legislação, pode sim gerar uma provisão. Depende da legislação.

Exemplo 8 – Treinamento Para Atualização de Pessoal Como Resultado de Mudança na Tributação do Imposto de Renda

O governo introduz certo número de mudanças na tributação do imposto de renda. Como resultado dessas mudanças, a entidade do setor financeiro irá necessitar de treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a regulação bancária. Na data do balanço, nenhum treinamento do pessoal havia sido feito.



Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação porque o evento que gera a obrigação (treinamento para atualização) não foi realizado.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19).

Exemplo 9 – Caso Judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, não há obrigação como resultado de eventos passados.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, há uma obrigação presente.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação (itens 14 a 16).



Exemplo 10 – Reparo e Manutenção

Alguns ativos necessitam, além de manutenção de rotina, de gastos substanciais a cada período de alguns anos, para reparos ou reformas principais e a substituição de componentes principais. O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado fornece orientação para a alocação de desembolsos com um ativo aos seus componentes quando esses componentes possuem vidas úteis diferentes ou fornecem benefícios em um padrão diferente.

Exemplo 11 – Custo de Reforma – Não Há Requisito Legal

Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). O custo de substituição do revestimento não é reconhecido porque, na data do balanço, não há obrigação de substituir o revestimento existente independentemente das ações futuras da companhia – mesmo que a intenção de incorrer no desembolso dependa da decisão da companhia de continuar operando o forno ou de substituir o revestimento. Ao invés de uma provisão ser reconhecida, a depreciação do revestimento leva em consideração o seu consumo, ou seja, é depreciado em cinco anos. Os custos do novo revestimento, quando incorridos, são capitalizados e o consumo de cada novo revestimento é capturado pela depreciação ao longo dos cinco anos subsequentes.

Exemplo 12 – Custo de Reforma – Há Requisito Legal

Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não



torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – FGV

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

A resultam de eventos futuros.

B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Como consequência da aplicação do conceito de prudência ou conservadorismo, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado;

Vamos analisar as alternativas:

(A) resultam de eventos futuros.

Errado, os ativos contingentes resultam de eventos passados e não futuros.

(B) surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

Errado, é exatamente o contrário, pois geralmente surgem de eventos não planejados ou não esperados.

(C) devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

Errado, ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

(D) quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

Errado, realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado **não é um ativo contingente** e o seu reconhecimento é adequado.



(E) são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Correto, conforme previsão do item 35 do CPC 25.

Gabarito: E

2. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

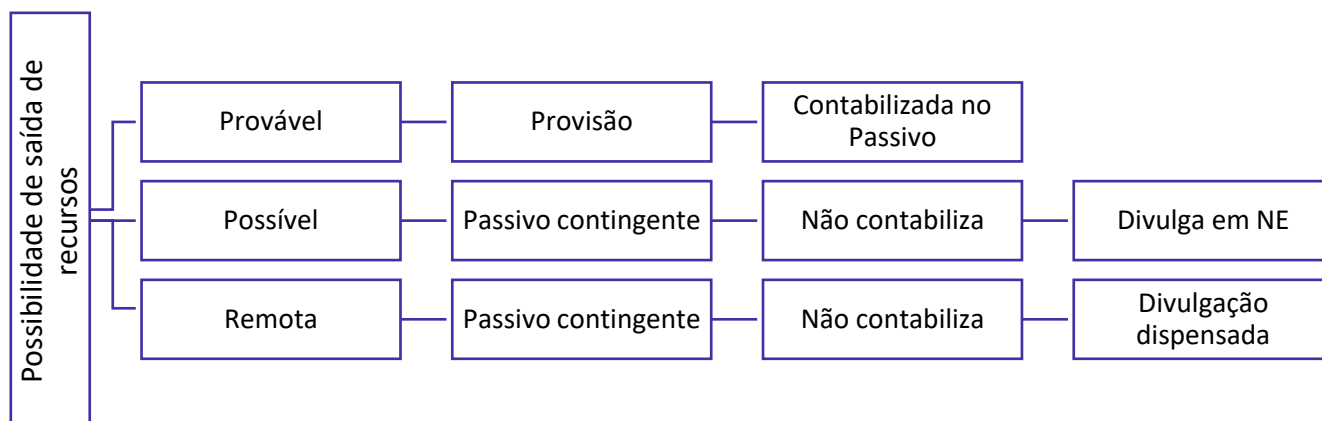
Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

- (A) R\$ 25.000;
- (B) R\$ 75.000;
- (C) R\$ 300.000;
- (D) R\$ 600.000;
- (E) R\$ 675.000.

Comentários:

Questão bem interessante. Já sabemos como tratar os passivos contingentes, de acordo com o probabilidade de ocorrer um desembolso:





Mas a questão pede o valor da provisão de reestruturação.

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. A provisão para reestruturação não inclui custos como:

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, temos:

Provisão de reestruturação	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	50.000,00
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	250.000,00
Total		300.000,00

Gabarito: C.

3. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.



- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000
C - Provisão para perdas R\$5.000
- e) Não deve haver contabilização

Comentários:

Questão que trata do reconhecimento de Provisões. Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Valbr
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A questão nos fala que a empresa foi acionada judicialmente por um funcionário, a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000, ou seja, temos uma estimativa confiável de perda.

Portanto, temos que contabilizar uma provisão com base nessa estimativa:

- D- Despesa com provisões - Despesa operacional R\$10.000
- C- Provisão para contingências R\$10.000



Destacamos que na estrutura da DRE prevista no Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI), as despesas com provisões são classificadas como despesas operacionais.

O gabarito é letra B.

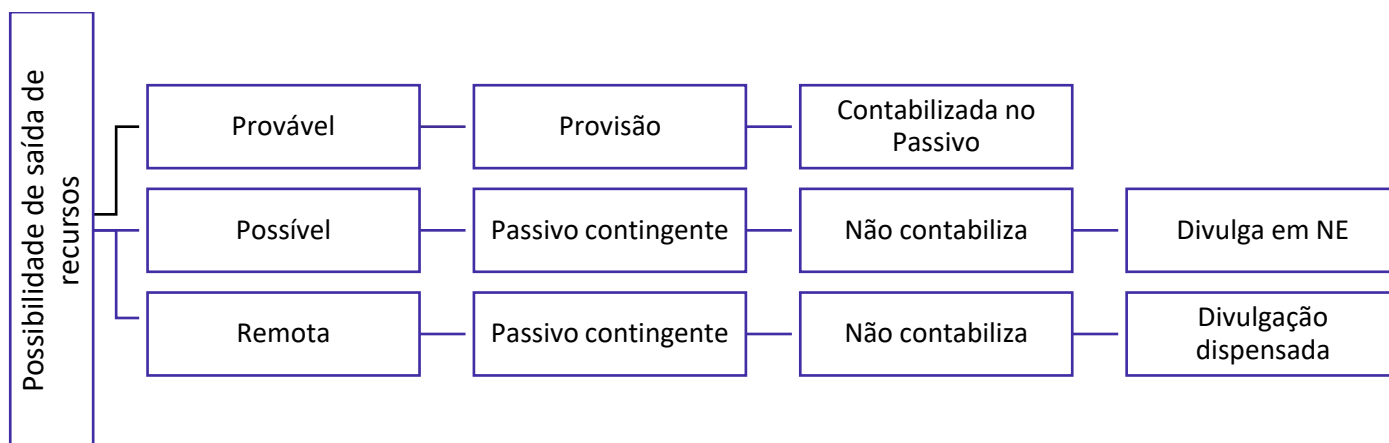
4. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.

Comentários:

Para questões de CPC 25 - Provisões, precisamos ter sempre esse esquema em mente:



A questão fala que a empresa foi acionada na justiça e é provável que ela terá perda, todavia, não foi possível efetuarmos uma estimativa confiável da mensuração. Vejam o que o CPC 25, nos apresenta:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e



(c) **possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.**

Diante do exposto, não vamos constituir uma provisão, mas trata-se de passivo contingente que não é contabilizado nas demonstrações contábeis, mas apresentado em notas explicativas. Gabarito A.

5. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.

Comentários:

De acordo com o CPC 25 - provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Esquematizemos:

Provisão		
Prazo	O U	Valo
Incerto		

Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Esquematizemos:

Provisão reconhecida quando		
Obrigação presente	Estimativa confiável	Provável saída de recurso



O gabarito é letra a.

6. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a consequente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.

B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.

C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.

D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.

E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

Comentários:

A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona.

Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

O gabarito é letra e.

7. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

A Constituição de provisão para contingências.

B Constituição de reserva para contingências.

C Constituição de passivo contingente.

D Diminuição do caixa.

E Nada deve ser feito.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão?

Segundo o pronunciamento CPC 25:



14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;
- (b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Como a perda foi julgada provável pelos advogados, **devemos** constituir uma provisão.

O gabarito é letra a.

8. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 40.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Disponibilidades: R\$ 34.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

A R\$ 80.000

B R\$ 95.000

C R\$ 105.000

D R\$ 120.000

E R\$ 135.000

Comentários:

Separando as contas do Passivo, temos:

Passivo

Empréstimo bancário: R\$ 50.000

Fornecedores: R\$ 30.000

Total do passivo R\$ 80.000,00



Adendo! Mas, professores, e o passivo contingente? Os passivos contingentes, segundo o CPC 25, são obrigações possíveis da entidade. Não é praticamente certo que haverá um desembolso para liquidar a obrigação. Assim, diferentemente das provisões, **o passivo contingente não é contabilizado como passivo**. Será divulgado em nota explicativa, se a probabilidade de perda for possível, ou nem isso, se a probabilidade de perda for remota.

Por fim, ressaltamos que as outras contas pertencem ao ativo:

Crédito Fiscal: R\$ 40.000

Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000

Disponibilidades: R\$ 34.000

Total do passivo R\$ 89.000,00

O gabarito é letra a.

9. (FGV/CM Salvador/Analista Legislativo Municipal/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

Comentários:

Observem que as palavras chaves: “Incerteza” do “Prazo” ou “Valor”+ “Provável” + “Estimado”.

Diante de tais características, devemos reconhecer uma provisão pela melhor estimativa.

O gabarito é letra b.

10. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.



- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Comentários:

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.

Errados, já que os ativos contingentes não são contabilizados.

- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.

Item correto, conforme o CPC 25:

35. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente (ver item 89).

- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

Errado, os ativos contingentes não são ajustados a valor presente.

O gabarito é letra d.

11. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.
- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Comentários:



- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.

Errados, trata-se de uma provisão. Lembre-se: **PRO**visão → **PRO**vável

- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

Esse é o nosso gabarito. Fique atento a palavra-chave: “Possível”

Tome nota! Passivo Contingente -> Possível -> Não contabiliza -> divulgar em notas explicativas

O gabarito é letra e.

12. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Um empregado de determinada entidade entrou na justiça cobrando horas extras não remuneradas, no total de R\$ 50.000.

Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao fato, assinale a opção que indica o correto procedimento da entidade.

- a) Reconhecimento de passivo circulante.
- b) Reconhecimento de passivo não circulante.
- c) Reconhecimento de despesa.
- d) Divulgação em nota explicativa.
- e) Não deve haver reconhecimento nem divulgação.

Comentários:

Vimos que os Passivos contingentes podem riscos de saída de recursos possíveis ou remotos. No caso concreto, estamos diante do risco remoto que dispensa até mesmo a divulgação em notas explicativas. O gabarito é letra e.

Tome nota! Passivo Contingente -> Remoto-> Não contabiliza -> Não divulgar em N.E.

13. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.



Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituição de provisão.
- b) Divulgação em nota explicativa.
- c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.
- d) Divulgação no relatório da administração.
- e) Nada deve ser feito.

Comentários:

Embora a perda tenha sido julgada provável pelos advogados, **não devemos reconhecer provisão, já que o pronunciamento exige que atenda todos os critérios. Ou seja, Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.**

Nesse caso, o pronunciamento permite que se dê o mesmo tratamento dos passivos contingentes. Ou melhor, divulguem em notas explicativas.

26. **Nos casos** extremamente raros em que **NENHUMA ESTIMATIVA CONFIÁVEL POSSA SER FEITA**, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo **É DIVULGADO COMO PASSIVO CONTINGENTE** (ver item 86).

O gabarito é letra b.

14. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018) A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017
- e) 31.08.2017

Comentários:

Trata-se de questão sobre CPC 25 – Provisões.

No caso em tela, temos o que chamamos de obrigação não formalizada! Vejam o que diz o CPC:



14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

72. Uma obrigação não formalizada para reestruturação surge somente quando a entidade:

- (a) tiver um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - (i) o negócio ou parte do negócio em questão,
 - (ii) os principais locais afetados,
 - (iii) o local, as funções e o número aproximado de empregados que serão incentivados financeiramente a se demitir,
 - (iv) os desembolsos que serão efetuados; e
 - (v) quando o plano será implantado; e
- (b) tiver criado expectativa válida naqueles que serão afetados pela reestruturação, seja ao começar a implantação desse plano ou ao anunciar as suas principais características para aqueles afetados pela reestruturação.

Assim, com a comunicação aos funcionários, clientes e fornecedores, foi criada expectativa válida. Nesta data, portanto, reconheceremos uma provisão pela melhor estimativa dos gastos necessários para encerrar as atividades.

O gabarito é letra b.

15. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício



de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:

- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

Comentários:

A resposta está no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) **em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.**

Muito bem. Nessa questão, o evento que cria obrigação é uma obrigação não formalizada. É o fato de a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país.



Para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso. O gabarito é letra a.

16. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015) Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

Comentários:

Conforme o pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Evento que cria obrigação é um evento que cria uma **obrigação legal ou não formalizada** que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação.

Quando surge um “evento que cria obrigação”, a empresa deve reconhecer (contabilizar) um passivo ou uma provisão. Um evento que cria obrigação pode se originar de **obrigação legal** ou **obrigação não formalizada**.

Vejamos as definições, conforme o CPC 25:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- (a) contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) legislação; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:



- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

É fácil entender a “obrigação legal”. A empresa assina um contrato e aluga um imóvel (vai ter que pagar o aluguel), emite um pedido e compra mercadoria (vai ter que pagar o que comprou) e assim por diante.

Mas a “obrigação não formalizada” não é tão simples assim. O ponto chave neste tipo de obrigação é “criar expectativa válidas nas outras partes”.

Um exemplo para explicar melhor: digamos que a empresa X tenha 5 fábricas no Brasil e resolva efetuar uma reestruturação em suas operações e fechar uma de suas fábricas.

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma “obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos”.

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

Muito bem. Vamos analisar as medidas para verificar a necessidade de provisão:

“1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;”

Item de difícil julgamento. Há dois exemplos desse tipo de situação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Exemplo 5A – Fechamento de divisão – nenhuma implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão.

Antes do fechamento do balanço (31 de dezembro de 20X0), a decisão não havia sido comunicada a qualquer um dos afetados por ela, e nenhuma outra providência havia sido tomada para implementar a decisão.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Não há evento que gera obrigação e, portanto, não há obrigação.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 72).



Exemplo 5B – Fechamento de divisão – comunicação/ implementação antes do fechamento do balanço

Em 12 de dezembro de 20X0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico.

Em 20 de dezembro de 20X0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento, e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20X0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão (ver itens 14 e 72).

A diferença entre o exemplo 5 A e o 5B é a elaboração do plano detalhado e sua comunicação. Na nossa questão, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa.

Dessa forma, ainda não ocorreu o planejamento detalhado e a comunicação aos clientes, o que não gera provisão, conforme o exemplo 5A.

“2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;”

O presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação que foi aprovado pelo conselho de administração da empresa. Portanto, os funcionários já estão cientes do programa de demissão de metade dos executivos. Já existe expectativa válida de que a empresa cumprirá com essas responsabilidades.

Portanto, deve ser provisionado.

“3) Construção de um prédio administrativo;”

Trata-se de construção de ativo da empresa. Deve ser contabilizado à medida em que ocorram os gastos. Não gera provisão.

“4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.”

Vamos supor que o encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo gere uma multa equivalente a três meses de aluguel. A empresa pretende construir um prédio e depois disso encerrar o contrato.



Isso não gera nenhuma provisão. A empresa pode mudar de ideia e não encerrar o contrato. O valor só será devido quando ocorrer o cancelamento.

Em outras palavras, não há obrigação presente resultante de fatos ocorridos, o que caracteriza um passivo.

Assim, apenas o item 2 será provisionado. O gabarito é letra c.

17. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

Comentários:

Muito bem. Vamos resumir as informações:

- Sem Luz contrata Revender para serviços de instalações elétricas.
- Revender repassa parte do serviço para Azarada.
- Descuido de funcionários da Azarada ocasiona um incêndio.
- Sem Luz processa Revender em 200.000.
- Revender processa Azarada em 200.000.



A empresa Revender, portanto, está respondendo a um processo, em função da ação da Sem Luz, e ao mesmo tempo move um processo contra a Azarada.

“O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000”. A palavra-chave, aqui, é “Provável”.

Se a empresa estiver sendo processada e o desembolso de recursos for “PROVÁVEL”, a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Se o desembolso de recursos for “POSSÍVEL”, a empresa não contabiliza, mas divulga.

E se for “REMOTO”, a empresa nem contabiliza e nem divulga.

Como a perda de 100.000 é “provável”, a Revender deverá contabilizar:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

“Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.”

Aqui, temos um Ativo Contingente. Um Ativo Contingente não deve ser contabilizado.

Mas, se a possibilidade de recebimento de recursos for “praticamente certa”, então não se trata de ativo contingente. Nesse caso, a empresa contabiliza e divulga em Notas Explicativas.

Se o recebimento de recursos for “Provável”, a empresa não contabiliza, mas divulga em Nota Explicativa.

E se a entrada de recursos for “Possível” ou “Remota”, a empresa não contabiliza e nem divulga.

Como é “possível” que a indenização seja recebida, não deverá ser contabilizada e nem divulgada.

Passivo contingente

Provável: Contabiliza e Divulga

Possível: Não contabiliza, mas divulga

Remoto: Não contabiliza e nem divulga

Ativo Contingente

Praticamente certo: Contabiliza e Divulga

Provável: Não contabiliza, mas divulga

Possível: Não contabiliza e nem divulga

A resposta, portanto, é a letra B:



D – despesas operacionais (DRE) –	\$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) –	\$ 100.000

O gabarito é letra b.

18. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
- b) 2012.
- c) 2013.
- d) 2014.
- e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

Comentários:

A ação na justiça é um Passivo Contingente. Quando a possibilidade de desembolso de um passivo contingente for:

Provável: a empresa contabiliza e divulga em Nota Explicativa.

Possível: empresa não contabiliza, mas divulga

Remoto: não contabiliza e nem divulga

Em 2012, os consultores jurídicos consideraram que o risco de perda era remoto. Nesse caso, a empresa não contabiliza e não divulga.

Em 2013, a Justiça determinou que a empresa deve pagar. Com base na decisão da Justiça, a empresa provisiona a perda, diminuindo o resultado:

D – Despesa com ação trabalhista (Resultado)

C – Ações trabalhista a pagar ou Provisão para ações trabalhista (Passivo)

Portanto, a diminuição do resultado ocorre em 2013. Em 2014 (quando do pagamento) haverá apenas fato permutativo, sem afetar o resultado:

D - Ações trabalhista a pagar (passivo)

C –Caixa ou banco (Ativo)

O gabarito é letra c.



19. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
- (B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
- (C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
- (D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
- (E) não contabilizar a provisão.

Comentários:

A questão busca conhecimentos do CPC 25 – Provisões, que passamos a explicar.

Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O CPC ainda define o conceito de reestruturação, dizendo:

Reestruturação é um programa planejado e controlado pela administração e que altera materialmente:

- (a) o âmbito de um negócio empreendido por entidade; ou
- (b) a maneira como o negócio é conduzido.

E continua...

70. Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- (a) venda ou extinção de linha de negócios;



- (b) fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- (c) mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- (d) reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

Portanto, não resta dúvida de que se trata de uma operação de reestruturação. A questão gira agora em torno do reconhecimento ou não uma provisão. Vejamos...

71. Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões estabelecidos no item 14. Os itens 72 a 83 demonstram como os critérios gerais de reconhecimento se aplicam às reestruturações.

Portanto, a questão pairaria sobre se a decisão da administração em encerrar as atividades seria uma obrigação presente **não formalizada** com escopo no artigo 14, a, do CPC 25.

Agora, vem o ponto chave para resolução da questão. Com fulcro no que diz o Pronunciamento:

75. Uma decisão de reestruturação da administração ou da diretoria tomada antes da data do balanço não dá origem a uma obrigação não formalizada na data do balanço, a menos que a entidade tenha, antes da data do balanço:

- (a) começado a implementação do plano de reestruturação; ou
- (b) anunciado as principais características do plano de reestruturação àqueles afetados por ele, de forma suficientemente específica, criando neles expectativa válida de que a entidade fará a reestruturação.

Com efeito, uma vez que a administração da entidade manteve as informações em sigilo, não cabe falar das exceções previstas nos itens a e b do item 75.

Portanto, nenhuma provisão há que ser reconhecida. O gabarito é letra e.

20. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.



- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

Comentários:

Nesta questão, as “principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.” Existe, portanto, uma obrigação não formalizada, em virtude da comunicação a terceiros.

Vejamos agora o que entra na provisão, conforme o pronunciamento CPC 25:

80. A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- (a) necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- (b) não associados às atividades em andamento da entidade.

81. **A provisão para reestruturação não inclui custos como:**

- (a) novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- (b) marketing; ou
- (c) investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Esses desembolsos relacionam-se com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Assim, não entra na provisão:

- treinamento (podemos descartar a letra D)
- remanejamento da equipe (descartar letra A)
- marketing (descartar letra E)
- investimento em novos sistemas (descartar letra C)
- redes de distribuição

Sobrou só a letra B, que é o gabarito.

21. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é



- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

Comentários:

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Segundo o CPC 25, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja **praticamente certa**, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente. O gabarito é letra d.

22. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011) Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

Comentários:

Já vimos na questão anterior esse resumo:

Saída de recurso:

Provável: reconhece (contabiliza) uma provisão e divulga.



Possível: Não contabiliza, mas divulga.

Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Portanto, o gabarito é a letra D: Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.

23. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.

Comentários:

“A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é **POSSÍVEL**. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima”.

Trata-se, portanto, de saída de recursos “possível”. Logo, deve ser reconhecido um passivo contingente, divulgando o fato em notas explicativas. O gabarito é letra b.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – FCC

1. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

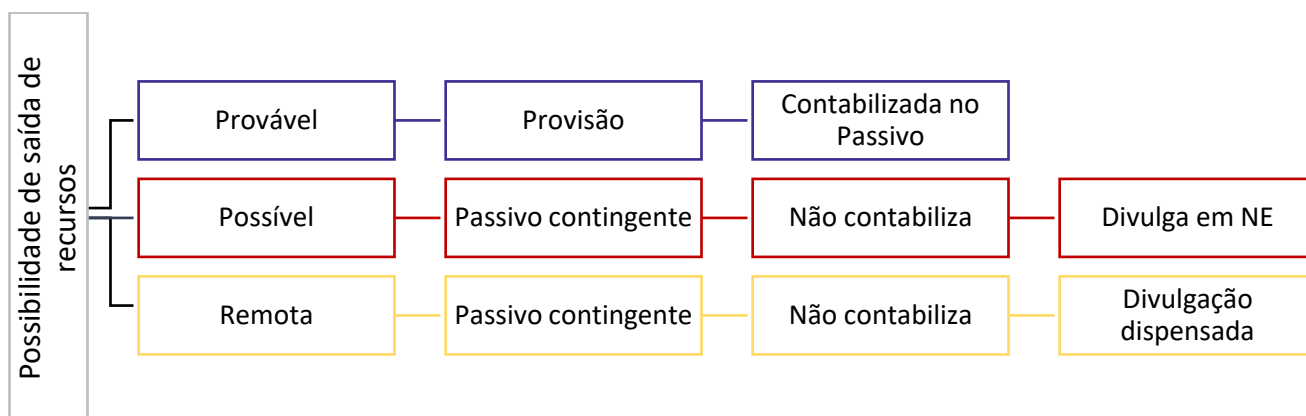
O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00
- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00

Comentários:

Questão que trata do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, será o saldo que será constituído de Provisões, que são passivos de prazos ou valores incertos:



Analisando os processos apresentados, temos:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável (PROVISÃO)
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível (Passivo Contingente)
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável (PROVISÃO)
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível (Passivo Contingente)
Processo Ambiental	640.000,00	Remota (Passivo Contingente)

Logo, o saldo no passivo referente às provisões será: $1.480.000 + 1.760.000 = \text{R\$ } 3.240.000,00$

Gabarito: E

2. (FCC/SEFAZ- SC/Analista da Receita Estadual/2021) As informações sobre os processos judiciais que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir:

No do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 800.000,00	Provável	R\$ 680.000,00
2	R\$ 310.000,00	Possível	R\$ 230.000,00
3	-	Provável	R\$ 150.000,00
4	-	Remota	R\$ 210.000,00

Com base nas informações acima, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2020, decorrente destes processos judiciais, foi

A uma perda de R\$ 150.000,00.

B um ganho de R\$ 280.000,00.

C um ganho de R\$ 200.000,00.

D um ganho de R\$ 120.000,00.

E uma perda de R\$ 30.000,00.

Comentários:

Vamos analisar cada um dos processos:

Processo I: a perda é provável, mas a estimativa passou de 800.000 para 680.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 120.000**.

Processo II: a perda em 31/12/2020 é possível, logo, é necessário reverter o saldo em 31/12/2019 desse processo. Consequentemente, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 310.000**.

Processo III: a perda é provável, assim sendo, é necessário constituir provisão, **no valor de R\$ 150.000, com uma despesa**.



Processo IV: Classificada como **Remota**, não é contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado: $120.000 + 310.000 - 150.000 = 280.000$ positivo. O gabarito é letra b.

3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Considere os conceitos abaixo:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

III. Provisões, por serem caracterizadas como passivos contingentes, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

IV. As provisões remotas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

Comentários:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

Correto, temos um “Ctrl C + Ctrl V” da definição prevista no pronunciamento contábil nº 25.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

Para facilitar o entendimento, vamos dividi-lo em duas partes:

“Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço [...]”

27. A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.



Com base no pronunciamento, a primeira parte está correta.

“[...] visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.”

Ainda, conforme as definições desse pronunciamento:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será **confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros INCERTOS não totalmente sob controle da entidade**; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **NÃO PODE SER MENSURADO** com suficiente **CONFIABILIDADE**.

A segunda parte também está correta. Consequentemente, item II está correto.

III. Provisões, por serem caracterizadas ~~como passivos contingentes~~, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

Errado, provisões não são passivos contingentes e são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

IV. As provisões ~~remotas são reconhecidas no passivo~~ em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Errado, os passivos contingentes que podem ser remotos ou possíveis e não são reconhecidos. Eles são apenas são divulgados em Notas Explicativas, exceto quando remotos.

Lembramos que as **PROV**isões ocorrem quando a possibilidade de saída de recursos é **PROV**ável. Elas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

O gabarito é letra b.

4. (FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal/Administração, Finanças e Controle Interno/2019) Em 31/12/2017, uma empresa estava respondendo a dois processos, sendo um relacionado a questionamentos de ex-funcionários e outro a uma autuação efetuada por um órgão de fiscalização tributária. O Balanço Patrimonial da empresa apresentava, nessa data, no grupo do passivo não circulante, a conta Provisões com a composição e o saldo total constantes da tabela a seguir:



Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 400.000,00
Tributário	R\$ 720.000,00
Saldo total da conta	R\$ 1.120.000,00

Para a realização do Balanço Patrimonial em 31/12/2018 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2017 e identificou, adicionalmente, dois novos processos judiciais surgidos em 2018. A tabela a seguir apresenta as informações obtidas de uma assessoria jurídica independente sobre os diversos processos a que a empresa responde em 31/12/2018:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018
Trabalhista	Provável	R\$ 320.000,00
Tributário	Possível	R\$ 400.000,00
Cível	Possível	R\$ 200.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 160.000,00

Com base nas informações apresentadas, o efeito líquido total causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) Despesa de 1.080.000,00.
- b) Despesa de 480.000,00.
- c) Receita de 40.000,00.
- d) Receita de 800.000,00.
- e) Receita de 640.000,00.

Comentários:

Vimos que apenas são reconhecidas no passivo, apenas as saída de recursos Prováveis. Consequentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ainda, reconhecer aquelas que passaram a ser prováveis após a mudança da probabilidade.

Trabalhista Reverte R\$ 80.000,00
Tributário Reverte R\$ 720.000,00
Ambiental Constitui -R\$ 160.000,00
Resultado Receita R\$ 640.000,00

Outra forma de resolver:

Em 2017, o total da provisão era de $\$ 400 + \$ 720 = \$ 1.120$.

Em 2018, a provisão passa para $\$ 320 + \$ 160 = \$ 480$.

Resultado: $\$ 1.120 - \$ 480 = \$ 640$ (receita, pois a provisão diminui). O gabarito é letra e



5. (FCC/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava no passivo o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos valores abaixo.

Processo	Saldo em 31/12/2017
Ambiental	R\$ 300.000,00
Trabalhista	R\$ 540.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições destes dois processos e identificou dois novos processos que surgiram durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre os processos foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 240.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 450.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 270.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2018, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi:

- (A) Receita total no valor de R\$ 200.000,00.
- (B) Despesa total no valor de R\$ 70.000,00.
- (C) Despesa total no valor de R\$ 720.000,00.
- (D) Despesa total no valor de R\$ 270.000,00.
- (E) Despesa total no valor de R\$ 520.000,00.

Comentários:

Vamos analisar cada um dos processos:

Ambiental: a perda é provável, mas a estimativa passou de 300.000 para 240.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 60.000**

Trabalhista: a perda é provável, mas a estimativa passou de 540.000 para 400.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 140.000**

Fiscal I: a perda é possível, assim sendo, não é necessário constituir provisão, apenas um passivo contingente.

Fiscal II: a perda é provável, assim sendo, é necessário constituir provisão, **no valor de R\$ 270.000, com uma despesa.**

Efeito no resultado: $60.000 + 140.000 - 270.000 = (70.000)$ negativo. O gabarito é letra b.

6. (FCC/ISS Manaus/Técnico Fazendário/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava, no passivo, o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos seguintes valores:



Processo	Saldo em 31/12/2017
Fiscal	R\$ 200.000,00
Trabalhista	R\$ 640.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições desses dois processos e identificou um novo processo que surgiu durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre eles foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Fiscal	Possível	R\$ 250.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 500.000,00
Ambiental (novo)	Possível	R\$ 260.000,00

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 correspondente aos diversos processos a que a empresa está respondendo foi, em reais:

- a) 840.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 640.000,00.
- d) 900.000,00.
- e) 1.010.000,00.

Comentários:

É importante recordar que são reconhecidas no passivo, apenas as saídas de recursos Prováveis. Ou seja, as provisões. Consequentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ou melhor, revertemos as que se tornarem passivos contingentes (saídas possíveis ou remotas).

Fiscal: a perda em 31/12/2018 é possível, logo, é necessário reverter o saldo em 31/12/2017 desse processo. Consequentemente, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 200.000**

Trabalhista: a perda é provável, mas a estimativa passou de 640.000 para 500.000, assim, temos uma **RECEITA com reversão de perda no valor de 140.000**

Ambiental (novo): a perda é possível, portanto, não é necessário constituir provisão, apenas um passivo contingente.

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018:

Balanço Patrimonial	
Passivo	Saldo em 31/12/2018
Trabalhista	R\$ 500.000,00

O gabarito é letra b.

Atenção: Para responder às questões de números 6 e 7, considere as informações a seguir.



A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

7. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o impacto total causado no Resultado de 2017 da Cia. Produtos Naturais, relacionado às Provisões, foi, em reais,

- (A) 60.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 50.000,00, negativo.
- (D) 520.000,00, negativo.
- (E) 310.000,00, negativo.

Comentário:

A empresa deve provisionar os processos com provável possibilidade de perda. Se a perda for possível, a empresa não contabiliza, mas divulga em nota explicativa. Se a possibilidade de perda for remota, não contabiliza e nem divulga. A provisão anterior era de \$ 190.000 + \$ 280.000 = \$ 470.000.

O valor da nova provisão será o seguinte:

Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

Efeito no Resultado: \$ 520.000 - \$ 470.000 = \$ 50.000, negativo. O gabarito é letra c.



8. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- A) 550.000,00.
- B) 500.000,00.
- C) 780.000,00.
- D) 530.000,00.
- E) 520.000,00.

Comentário:

O saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais:

Tipo de processo	Probabilidade de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	210.000
Tributário 2	Provável	170.000
Cível 1	Provável	140.000
Total provisão		520.000

O gabarito é letra e.

9. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.



(E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

Comentários:

A empresa deve provisionar os processos em que a probabilidade de perda seja provável.

Ambiental	480.000
Trabalhista	800.000
Fiscal II	<u>540.000</u>
Total	1.820.000

A provisão anterior era de 1.080.000 + 600.000 = 1.680.000

Efeito no resultado = 1.840.000 – 1.680.000 = 140.000, negativo. O gabarito é letra d.

10. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:

Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

Comentários:



A empresa deve provisionar as ações nas quais seja provável que ocorre desembolso (possibilidade de perda).

Se a possibilidade de perda for possível, a empresa divulga nas notas explicativas, mas não provisiona. Se a possibilidade de perda for remota, não precisa contabilizar e nem divulgar.

Ações com possibilidade de perda provável:

Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000
<u>Ações trabalhistas</u>	<u>12.000.000</u>
Total da provisão	17.000.000

O gabarito é letra a.

11. (FCC/Analista/DPE AM/2018) O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00

Comentários:

Vamos analisar cada processo:



- Ação Trabalhista:

Saldo Inicial = 300.000, mas foi reavaliado para 250.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **reversão de provisão de 50.000 (receita)**.

- Ação Fiscal:

Saldo Inicial = 800.000, mas foi reavaliado para 700.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **reversão de provisão de 100.000 (receita)**.

- Ação Ambiental:

Classificada como **Provável**, saldo de R\$ 80.000 = provisão de R\$ 80.000 no período (**despesa**).

- Ação Cível:

Classificada como **Possível**, não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa.

Efeito no resultado = 50.000 + 100.000 – 80.000 = aumento de 70.000.

O gabarito é letra e.

12. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.



(E) 580.000,00 negativo.

Comentários:

- Trabalhista I:

Saldo Inicial = 400.000, mas foi reavaliado para 300.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **reversão de provisão de 100.000 (receita)**.

- Fiscal I:

Saldo Inicial = 220.000, mas foi reavaliado para 280.000 e continua sendo classificada como **Provável** = **despesa de provisão de 60.000**.

- Cível:

Classificada como **Possível**, não era contabilizado, mas foi reclassificado para Provável e com saldo de 140.000. **(Despesa de provisão de 140.000)**. Com o saldo anterior não era contabilizado, não há necessidade de reversão ou complementação.

- Fiscal II:

Classificada como **Possível**, não é contabilizado, mas divulgado em Notas Explicativas.

- Ambiental

Classificada como **Remota**, não é contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Efeito no resultado = 100.000 - 60.000 – 140.000 = efeito negativo de 100.000.

O gabarito é letra a.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/ITAIPU/Contador/2024) Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem.

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

Vamos analisar cada alternativa:

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

Correto, pessoal, no caso apresentado o ativo NÃO é contingente, logo, poderá ser reconhecido.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

Correto, a provisão é, por definição, um passivo de prazo ou valores incertos. E por ser um passivo é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.



Correto, definição prevista no CPC 25.

Gabarito: E

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das provisões e passivos e ativos contingentes.

2. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) O nome comercial de determinada entidade, amplamente reconhecido no mercado, vem sendo utilizado de forma indevida por um concorrente. A empresa entrou com ação pedindo que o concorrente pare de utilizar seu nome comercial e a indenize pelas perdas provocadas pelo tempo de uso indevido. Segundo avaliação do departamento jurídico da entidade, a ação tem grande chance de sucesso e o recebimento da indenização é provável. Nessa situação, a entidade reclamante pode registrar o ativo provável, desde que constitua nota explicativa detalhando sua origem.

Comentários:

Questão errada, pessoal e o item tem uma pegadinha. Aqui não é a possibilidade de perda que é provável, o que ensejaria a contabilização de uma provisão.

Na verdade, seria o ganho, a entrada de recursos que é provável, o que representa, para o CPC 25, um ativo contingente.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

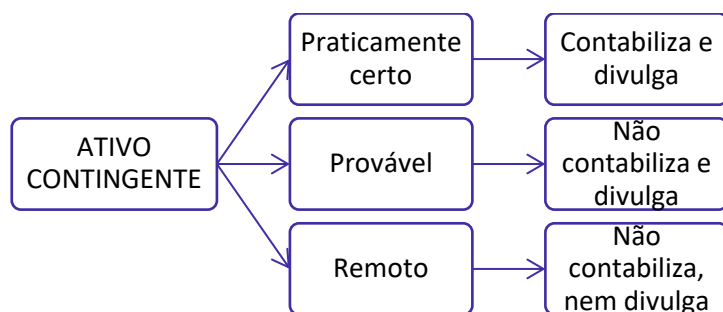
Precisamos saber que ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente. Portanto, item errado.

3. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada empresa comercial possui duas ações judiciais nas quais apela contra o que entende serem cobranças indevidas da receita federal. Para amparar as obrigações presentes nessas ações, foram constituídos depósitos judiciais relativos aos valores questionados. Em relação à primeira ação, os advogados consideram remota a chance de vitória da empresa. A segunda ação tem mais chance de sucesso, sendo possível que a empresa reverta as cobranças indevidas. Nessa situação, a empresa não deve fazer qualquer contabilização relativa a essas duas ações, devendo limitar-se a divulgar uma nota explicativa apenas para a segunda ação.

Comentários:

Vamos apresentar aquele esquema que tem que estar no sangue para questões que tratam de ativos contingentes:





Então vamos analisar as informações.

No primeiro caso, o GANHO da empresa foi classificada como remoto, trata-se de um ativo contingente, não temos que contabilizar nem divulgar.

Agora, no segundo caso, o ganho da empresa foi classificado com possível, assim sendo, temos um ativo contingente que não será contabilizado tampouco divulgado.

O CPC 25, item 34, afirma:

O ativo contingente é divulgado, como exigido pelo item 89, quando for **provável** a entrada de benefícios econômicos

Portanto, o item está errado, pois no segundo caso também não temos que divulgar esse ativo contingente.

4. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada entidade enfrente uma ação trabalhista por pagamento de horas extras e segundo avaliação do departamento jurídico da empresa, essa ação tende a ser vencida pelos funcionários, desfecho usual de situações similares. Nessa situação, a empresa deve provisionar o valor provável da obrigação respectiva, divulgando o fato em suas notas explicativas.

Comentários:

Dado que a ação trabalhista tende a ser vencida pelos funcionários (saída futura de recursos é provável), deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa. O gabarito é certo.

5. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) A obrigação que envolve incerteza sobre o prazo ou valor do desembolso futuro para sua extinção deve ser registrada nas contas de provisão.

Comentários:

Caberia recurso!!! O gabarito da questão apontado pela banca foi correto, visto que, provisão é, por definição, um passivo de prazo ou de valor incertos. Todavia, **não é toda a obrigação que a empresa possui, ainda que com incerteza sobre prazo ou valor, que será reconhecida como provisão.** Por exemplo: um passivo contingente.

Passivo contingente é:



- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Para que haja o reconhecimento de uma provisão, existem critérios de reconhecimento para provisão, previstos no item 14 do CPC 25, a saber:

Provisão 14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida**

Assim sendo, o item deveria ser considerado como incorreto ou anulado pela banca.

6. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, independente de sua natureza ou do fato que lhes deu origem.

Comentários:

O passivo contingente caracteriza-se por ser uma saída de recursos possível, mas não provável (probabilidade do não é maior que a do sim). Os Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas. O gabarito é errado.

7. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes —, o procedimento contábil a ser adotado em relação ao reconhecimento contábil de ativos contingentes é

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.



C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar praticamente certa.

Comentários:

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle

Errados, os ativos contingentes não são contabilizados e também não são totalmente sob controle da entidade. Conforme o CPC 25:

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.

Correto, mais uma vez pedimos que gravem: **ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.** Ou seja, quando for praticamente certo, ele será um ativo e não um ativo contingente, por isso esse benefício deverá ser reconhecido no Balanço patrimonial.

C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

Errado, a entidade não contabilizará o ativo contingente e deverá divulgá-lo em notas explicativas quando for **Provável**, mas não praticamente certa.

A pegadinha do item é associar Possível + Notas Explicativas com ativo contingente, assim os candidatos lembrariam do Passivo contingente e errariam.

Tome nota!

Passivo contingente → Possível → Não contabiliza e Divulga em NE

Ativo contingente → Provável → Não contabiliza e Divulga em NE



E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar ~~praticamente certa~~.

Errado, os ativos contingentes somente serão divulgados em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar PROVÁVEL.

O gabarito é letra b.

8. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) Caso a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços de um passivo contingente se torne provável,

- a) uma nota explicativa deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- b) esses valores deverão ser registrados em contas de controle nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- c) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.
- d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.
- e) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o prazo para a extinção da obrigação.

Comentários:

Questão literal do CPC 25:

30. Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros serão exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, **A PROVISÃO DEVE SER RECONHECIDA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO NO QUAL OCORRE A MUDANÇA NA ESTIMATIVA DA PROBABILIDADE** (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Encontramos tal afirmação na alternativa D. Agora, vejamos os erros das outras alternativas:

- a) uma nota explicativa ~~deverá ser divulgada~~ nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

O pronunciamento exige uma nota explicativa quando temos um passivo contingente, a menos que sua possibilidade saída de recursos seja remota.

No caso concreto, o quesito afirma que tal possibilidade passou a ser provável, logo não teremos mais um passivo contingente, mas sim uma provisão. Observem que o item 30 desse CPC não faz exigência da divulgação de uma nota explicativa no período de mudança de probabilidade.



b) esses valores deverão ser registrados em ~~contas de controle~~ nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Errado, esses valores deverão ser registrados na conta “Provisão” nas demonstrações contábeis do período.

c) ~~nada deverá ser feito~~, até que haja ~~certeza~~ sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.

Errado, falamos que a **Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos**. Assim, o uso de estimativas é uma parte essencial no reconhecimento de uma provisão, já que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço.

d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

Com base no item 30 do CPC 25, tal alternativa está correta.

e) ~~nada deverá ser feito~~, até que haja ~~certeza~~ sobre o prazo para a extinção da obrigação.

Errado, novamente destacamos: **Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos**. Assim, não será necessário ter certeza, bastando que a possibilidade de saída dos recursos seja provável.

O gabarito é letra d.

9. (CEBRASPE/TJ-AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.

Comentários:

Errado, vimos que as **PROVISÕES SOMENTE SERÃO RECONHECIDA** quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como **PROVÁVEIS**

Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Ciências Contábeis/2019) A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.

Comentários:

Caso a possibilidade de saída de recursos fosse PROVÁVEL, a entidade deveria contabilizar a provisão trabalhista no passivo. No entanto, como o item afirmou que tal possibilidade é remota, a entidade está diante de um passivo contingente remoto, o qual dispensa até mesmo a divulgação em notas explicativas.



Portanto, o quesito está errado.

11. (CEBRASPE/TCM-BA/Auditor Estadual - Controle Externo/2018) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- a) igual a 20%.
- b) superior a 20% e inferior a 30%.
- c) superior a 30% e inferior a 40%.
- d) superior a 40% e inferior a 50%.
- e) superior a 50%.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, para que um passivo se qualifique para reconhecimento, é necessário haver não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação.

Uma saída de recursos ou outro evento é considerado como **provável** se o evento for **mais provável que sim do que não de ocorrer**, isto é, **se a probabilidade de que o evento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer**.

Em termos matemáticos, a probabilidade de ocorrer deve ser superior a 50%. O gabarito é letra e.

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- a) ser divulgado em notas explicativas.
- b) ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- c) ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- d) não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.
- e) ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

Comentários:

A entidade não deve reconhecer um passivo contingente. Ou seja, o passivo contingente não é contabilizado. O passivo contingente caracteriza-se por ser uma saída de recursos possível, mas não provável (probabilidade do não é maior que a do sim). Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua divulgação será feita tão somente em notas explicativas. E mais, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas. Portanto, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve ser divulgado em notas explicativas. O gabarito é letra a.



Julgue o item seguinte, com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

13. (CEBRASPE/FUB/Técnico Contabilidade/2018) Os ativos contingentes não devem ser objeto de reconhecimento pela contabilidade.

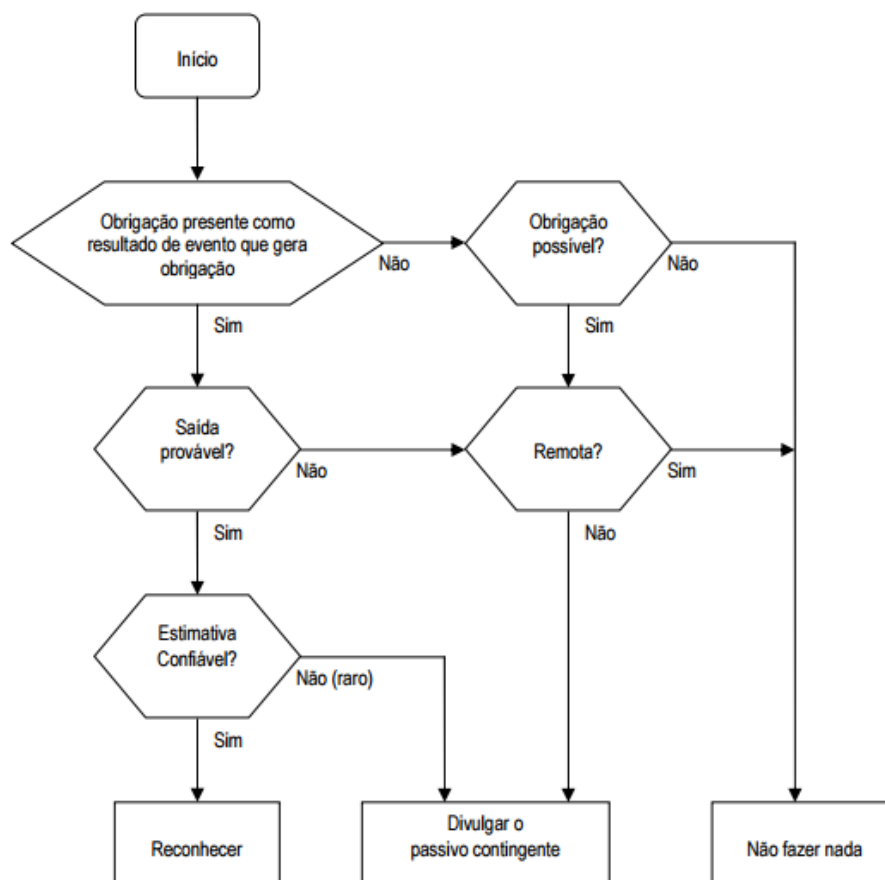
Comentários:

Correto, grave o seguinte: os ativos contingentes não são contabilizados.

14. (CEBRASPE/SEDF/Analista/2017) Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

Comentários:

A questão trouxe um exemplo que está no CPC 25. Esse pronunciamento traz um mapa ilustrativo para sabermos se estamos ou não frente a um caso de reconhecimento de provisão. Vejam:



Exemplo 1 – Garantia

Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo. Ou seja, ainda que a possibilidade de um determinado produto quebrar seja pequena, a possibilidade de que alguns quebrem durante o período da garantia é alta, considerando-se o conjunto de todos os produtos vendidos.

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço.

Portanto, o fabricante não irá reconhecer um passivo Líquido e certo, mas uma **provisão** que é um passivo de valor ou prazo incertos. O gabarito é errado.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

15. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

Comentários:

Mais uma questão retirada de um exemplo previsto no CPC 25:

Exemplo 2 – Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza, e a entidade



vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20X0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável.

Conclusão – Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

Nesse exemplo, é importante ressaltar que, antes da aprovação da legislação requerendo a limpeza, havia um passivo contingente, o qual não era reconhecido contabilmente (não era contabilizado)

A mudança da legislação, exigindo a limpeza, transforma o passivo contingente em provisão, a qual deve ser reconhecida pela melhor estimativa.

No exemplo apresentado na questão, o evento que gera a obrigação é poluição ambiental das áreas impactadas é praticamente certo que a legislação obrigue a limpeza.

A saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação é **provável** e não possível, como afirmou a questão.

Diante do exposto, a empresa DEVE reconhecer uma provisão. O gabarito é errado.

16. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

Comentários:

Conforme previsão do CPC 25:

45. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão deve ser o valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.

46. Em virtude do valor do dinheiro no tempo, as provisões relacionadas com saídas de caixa que surgem logo após a data do balanço são mais onerosas do que aquelas em que as saídas de caixa de mesmo valor surgem mais tarde. Em função disso, as provisões são descontadas, **quando o efeito é material**.

Assim sendo, se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade. O gabarito é certo.



17. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

Comentários:

Errado, como a saída de recursos para a limpeza das áreas poluídas é provável, a empresa deverá reconhecer uma **provisão** e não um passivo contingente;

18. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

Comentários:

O CPC 25 define que **evento que cria obrigação** é um evento que cria uma obrigação **legal ou não formalizada** que faça com que a entidade **não tenha nenhuma alternativa** realista senão **liquidar** essa obrigação.

Por sua vez, Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

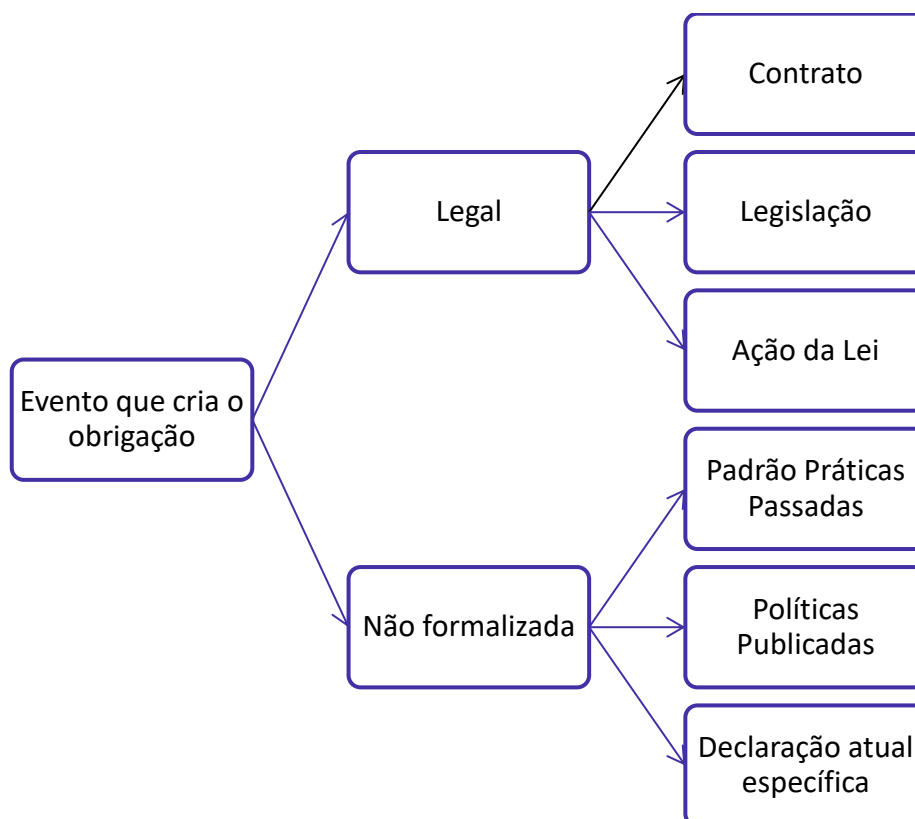
- (a) **contrato** (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- (b) **legislação**; ou
- (c) outra ação da lei.

Obrigação não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

- (a) por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de **declaração atual suficientemente específica**, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e
- (b) em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

Esquematizando essas definições temos:





Na nossa questão, a empresa apresentou publicamente uma declaração que independentemente da aprovação da lei antipoluição, ela aceitará publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, portanto, trata-se de um evento que cria a obrigação para empresa.

Vejamos ainda o que diz o CPC 25:

21. Um evento que não gera imediatamente uma obrigação pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei ou porque um ato da entidade (por exemplo, uma declaração pública suficientemente específica) dá origem a uma obrigação não formalizada. Por exemplo, quando forem causados danos ambientais, pode não haver obrigação para remediar as consequências. Porém, o fato de ter havido o dano torna-se um evento que cria obrigações quando uma nova lei exige que o dano existente seja retificado ou quando a entidade publicamente aceita a responsabilidade pela retificação de modo a criar uma obrigação não formalizada.

O gabarito é certo.

19. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Comentários:

Está previsto no CPC 25:



Quando se espera que algum ou todos os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte, o reembolso deve ser reconhecido quando, **e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido** se a entidade liquidar a obrigação. O reembolso deve ser tratado como **ativo separado**. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão.

Portanto, afirmar que esse direito a reembolso será classificado como retificadora do passivo está errado. A classificação correta é no Ativo. Seria o caso de contratos de seguro, cláusulas de indenização ou garantias de fornecedores. O gabarito é errado.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

20. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.

Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa: Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.**
- 2) **Provável**, mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.



Esquematizemos:

Quadro comparativo – Passivo contingente e Ativo contingente

Passivo Contingente	AÇÃO	Ativo Contingente
Provável	Contabiliza e divulga	Praticamente certo
Possível	Não contabiliza, mas divulga	Provável
Remoto	Não contabiliza e nem divulga	Possível / Remoto

A questão fala que no final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão **judicial a favor da empresa**, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016. Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo. O gabarito é certo.

21. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

Comentários:

A questão afirma que até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse **provável** uma entrada de benefícios econômicos. Conforme previsão do CPC 25, temos um Ativo Contingente que não será contabilizado, mas divulgado em notas explicativas. O gabarito é certo.

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsecutivo.

22. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016) O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

Comentários:

Item errado, pois como a empresa já foi multada, ela já possui uma obrigação presente, portanto, reconhecemos um Passivo e não uma Provisão.

23. (CEBRASPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016) Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.



Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Comentários:

Questão bem interessante e vejamos o que diz o CPC 25:

16. Em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente. Em casos raros – como em um **processo judicial**, por exemplo –, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve **determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos.**

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos **após a data do balanço**. Com base em tal evidência:

(a) **quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão** (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e

(b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos (ver item 86).

Além disso, temos um exemplo trazido pela norma, veja:

Exemplo 10A – Caso judicial

Após um casamento em 20X0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundos de produtos vendidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20X0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade **não será responsabilizada**.

Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é **provável** que a entidade será responsabilizada.



(a) Em 31 de dezembro de 20X0

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado nas evidências disponíveis até o momento em que as demonstrações contábeis foram aprovadas, **não há obrigação como resultado de eventos passados**.

Conclusão – **Nenhuma provisão é reconhecida** (ver itens 15 e 16). A questão é divulgada como passivo contingente, a menos que a probabilidade de qualquer saída seja considerada remota (item 86).

(b) Em 31 de dezembro de 20X1

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Baseado na evidência disponível, **há uma obrigação presente**. Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – **Provável**.

Conclusão – **Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação** (itens 14 a 16).

Percebam que esse exemplo se aplica à nossa questão. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000, isto é, existe uma obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação. Portanto, em relação às demonstrações contábeis de 2015, a empresa já tinha uma provisão contabilizada de R\$ 1.500.000, cabendo a ela reconhecer uma provisão complementar de R\$ 500.000. O gabarito é letra d.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/DPU/Contador/2016) Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Comentários:

Vejamos o que está previsto no CPC 25:

24. Quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo.

Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos).



Contabilização:

D – Despesa (resultado)	100.000
C – Provisão (passivo)	100.000

O gabarito é certo.

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

25. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto. Os ativos contingentes **não são reconhecidos** nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O gabarito é certo.

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

26. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.

Comentários:

Vamos recorrer ao seguinte esquema:

Reserva para contingência	Provisões para contingências
Compensação de perda em exercício futuro	Cobertura de perda em que já houve fato gerador
Segrega no PL parcela de lucros que poderia ir para dividendos	Constituída independente do lucro ou prejuízo do exercício
É revertida para lucros acumulados (ocorrendo ou não o evento), integrando BC dos dividendos	Não há reversão de valores, em regra.
Conta do PL, reserva de lucros. Não afeta resultado	Conta do passivo e contrapartida em despesa no resultado.
Exemplos: geadas, inundações, secas, empresas que operam com períodos altamente lucrativos e depois com baixa lucratividade	Exemplos: indenizações contratuais, contingências fiscais, trabalhistas



O gabarito é certo.

Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

27. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

Comentários:

Item correto. O uso de estimativas é uma parte essencial da elaboração de demonstrações contábeis e não prejudica a sua confiabilidade. Isso é especialmente verdadeiro no caso de provisões, que pela sua natureza são mais incertas do que a maior parte de outros elementos do balanço. Exceto em casos extremamente raros, a entidade é capaz de determinar um conjunto de desfechos possíveis e, dessa forma, fazer uma estimativa da obrigação que seja suficientemente confiável para ser usada no reconhecimento da provisão. Nos casos extremamente raros em que **nenhuma estimativa confiável possa ser feita, existe um passivo que não pode ser reconhecido. Esse passivo é divulgado como passivo contingente.**

28. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Comentários:

Item **errado**, se essa possibilidade de saída de recursos for remota, a empresa não reconhece um passivo contingente e está dispensada de divulgação em notas explicativas.

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

29. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

Comentários:



Item errado, pois estamos diante de um evento que cria obrigação para a empresa. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda.

30. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

Comentários:

Item errado, de acordo com a previsão do CPC 25, quando há várias obrigações semelhantes (por exemplo, **garantias sobre produtos** ou contratos semelhantes), a avaliação da probabilidade de que uma saída de recursos será exigida na liquidação deverá considerar o tipo de obrigação como um todo.

Embora possa ser pequena a probabilidade de uma saída de recursos para qualquer item isoladamente, pode ser **provável que alguma saída de recursos** ocorra para o tipo de obrigação. **Se esse for o caso, uma provisão é reconhecida** (se os outros critérios para reconhecimento forem atendidos) e não um passivo contingente.

31. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

Comentários:

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos. O gabarito é certo.

32. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

Comentários:

Segundo o CPC 25, os passivos contingentes **não são reconhecidos e registrados**.

Diferenças entre provisões e passivos contingentes:

- (a) **provisões** – que **são reconhecidas como passivo** (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (b) **passivos contingentes** – que **não são reconhecidos como passivo** porque são:



- (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Portanto, grave-se esta diferença essencial: **as provisões são contabilizadas, os passivos contingentes não!** O gabarito é errado.

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

33. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.

Comentários:

Errado, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de **reserva** com a finalidade de compensar, em **exercício futuro**, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

As **reservas de contingências**, especificamente, objetivam salvaguardar o capital social, de modo que se posteriormente algo acontecer, decorrente de perda julgada provável cujo valor possa ser estimado, a companhia esteja preparada.

O item erra, pois a empresa não deve constituir uma provisão, mas uma reserva para contingências.

Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

34. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.

Comentários:

Provisões são passivos de prazo ou valor incertos e a sua constituição independem da situação econômica da empresa. O gabarito é certo.



QUESTÕES COMENTADAS – CPC 25 – MULTIBANCAS

1. (VUNESP/TCM SP/Auditor de Controle Externo/Administração/2023) Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:

- A Provisão.
- B Passivo contingente.
- C Ativo contingente.
- D Contas a pagar.
- E Contas a receber.

Comentários:

Nesse tipo de questão temos que caçar as palavras-chaves: “não planejado”, “não esperados”, “possibilidade de **ENTRADA** de benefícios” “incertos”. Essas são características dos ativos contingentes.

Aproveitemos para recordar:

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32 do CPC 25).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. (item 33 do CPC 25).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Gabarito: C

2. (VUNESP/Pref. Jaguariúna/Auditor Fiscal Tributário/2023) Indique o valor que deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial, tendo em vista as informações sobre os processos tributários e os seus respectivos riscos classificados pela área jurídica da empresa, como segue:

Relação de processos tributários:



Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00
Perda Possível	4.250.000,00
Perda Remota	7.502.500,00

- A R\$ 4.250.000
- B R\$ 6.172.500
- C R\$ 7.502.000
- D R\$ 10.422.500
- E R\$ 17.925.000

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

Conforme a tabela temos:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00

Logo, o valor de R\$ 6.172.500,00 deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial. Já podemos marcar como gabarito a letra B.

No tocante aos outros processos tributários, teremos que divulgar em notas explicativas aqueles que forem possíveis. Então, dessa vez perguntemos: Quais são possíveis?

Observando a tabela:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Possível	4.250.000,00

Então, serão divulgados em NE. Aqui temos um passivo contingente possível.

E os demais?

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Remota	7.502.500,00

Como o processo tributário foi remoto, não reconhecemos nem divulgamos esses passivos contingentes remotos.

Gabarito: B

3. (VUNESP/Pref. Guarulhos/CONTADOR/2023) A equipe jurídica de uma entidade apresentou para a Diretoria a lista de processos judiciais nos quais a entidade figura-se como ré.



Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Remoto	Provável	345.000,00
234.760.777	Provável	Possível	89.090,00
234.567.321	Remoto	Possível	2.300.000,00
765.872.012	Remoto	Remoto	1.890.650,00

Considerando que o saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 totalizava R\$ 1.230.000,00, pode-se afirmar que, em 2022, a entidade registrou

- A uma reversão de provisão no valor de R\$ 885.404,00
- B uma despesa de provisão no valor de R\$ 345.000,00
- C uma despesa de provisão no valor de R\$ 2.645.000,00
- D uma despesa de provisão no valor de R\$ 1.575.000,00
- E ativo contingente no valor de R\$ 89.090,00

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

- **Em 31/12/2021 (Situação Inicial)**

Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Não Informado
234.760.777	Provável	Não informado
	Saldo	1.230.000,00

- **Em 31/12/2022 (Situação Final)**

Número do processo	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Provável	345.000,00
	Saldo	1.575.000,00

Resultado: $1.575.000 - 1.230.000 = 345.000$ (Despesa, pois a provisão aumentou).

Fique Atento! Evidentemente temos uma reversão da provisão referente ao processo nº 234.760.777 (ele deixou de ser provável e tornou-se possível). Aqui vai o “pulo do gato”: todavia não sabemos os saldos iniciais dos processos 123.456.789 e 234.760.777 (O quesito informou só o total das provisões: [...] “saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 **totalizava** R\$ 1.230.000,00”). Em razão disso, não podemos fazer pela variação dos processos. A banca, para dificultar, colocou o saldo final do processo 123.456.789 equivalente ao saldo inicial total de R\$ 1.230.000 e isso confundiu muitos candidatos.

Gabarito: B



4. (VUNESP/Pref. Sorocaba/Contador/2023) Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos, assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia.

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B. No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00. Já no nível B estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de R\$ 50.000,00 trimestrais. A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que 80% dos produtos não deem defeito, 8% apresentem defeitos maiores e 12% defeitos menores.

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 6.000,00.
- C 16.000,00.
- D 22.000,00.
- E 250.000,00.

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao seguinte exemplo dado pelo CPC 25:

Exemplo 1 – Garantia Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto.

De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Nota-se que o quesito trouxe uma situação parecida com o exemplo do pronunciamento: *Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos,*



assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo **custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia**.

É evidente que teremos que reconhecer uma conta Provisão para garantias no passivo. A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão para garantias (despesa)

C – Provisão para garantias (passivo)

A dúvida seria em relação ao valor a ser contabilizado. Para resolver, vamos recorrer, mais uma vez, ao texto desse pronunciamento:

O valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. (Item 36, CPC 25)

As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. **Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas.** O nome para esse **MÉTODO** estatístico de estimativa é **“VALOR ESPERADO”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala. (Item 39, CPC 25)

Exemplo: A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões. A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.

O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$

Vamos seguir a mesma lógica utilizando os valores do nosso quesito:

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B.

No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. **A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00** + A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que [...] **8% apresentem defeitos maiores**

Custo as reparações com defeitos maiores = $R\$ 200.000 \times 8\% = R\$ 16.000$



Já no **nível B** estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de **R\$ 50.000,00** trimestrais + A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que [...] **12% defeitos menores.**

Custo as reparações com defeitos menores = R\$ 50.000 x 12% = R\$ 6.000

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- defeitos maiores = 200.000 x 8% = 16.000
- defeitos menores = 50.000 x 12% = 6.000

O valor esperado do custo das reparações = 22.000

Gabarito: D

5. (VUNESP/UNICAMP/CONTADOR/2023) A área jurídica de uma sociedade anônima industrial possui os seguintes processos judiciais em andamento:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa
1	100.000,00	Requerente
2	500.000,00	Requerente
3	90.000,00	Ré
4	25.000,00	Ré
5	200.000,00	Ré
6	890.000,00	Ré
7	290.000,00	Ré

Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.

No final de 2022, a área jurídica entendeu que os processos 3, 6, 7 deveriam ser reclassificados do possível para o provável.

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 600.000,00.
- C 1.270.000,00.
- D 1.495.000,00.
- E 2.095.000,00.

Comentários:



Inicialmente, temos a seguinte situação¹:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação Inicial
1	100.000,00	Requerente	Possível
2	500.000,00	Requerente	Possível
3	90.000,00	Ré	Possível
4	25.000,00	Ré	Possível
5	200.000,00	Ré	Possível
6	890.000,00	Ré	Possível
7	290.000,00	Ré	Possível

Posteriormente, a entidade reclassificou para provável os processos 3, 6, 7:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação 12/2022
1	100.000,00	Requerente	Possível
2	500.000,00	Requerente	Possível
3	90.000,00	Ré	Provável
4	25.000,00	Ré	Possível
5	200.000,00	Ré	Possível
6	890.000,00	Ré	Provável
7	290.000,00	Ré	Provável

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa	Classificação 12/2022
3	90.000,00	Ré	Provável
6	890.000,00	Ré	Provável
7	290.000,00	Ré	Provável
Total	1.270.000,00		

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de: 1.270.000,00.

Alguns detalhes! Note que os processos 1 e 2 a entidade é requerente. Ou seja, são ativos contingentes possíveis. Já os processos 4 e 5 são passivos contingentes possíveis.

¹ Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.



Gabarito: C.

6. (CESGRANRIO/Exame de Qualificação Técnica de Peritos/CFC/2023) A Cia. Q é uma companhia de capital aberto, com sede no Brasil, que atua no segmento de fabricação de eletrodomésticos com tecnologia robótica. Seu principal produto é um robô aspirador, que já está na segunda geração. Essa companhia oferece a seus clientes garantia por defeitos de fabricação ou por problemas de funcionamento inadequado do robô aspirador pelo período de um ano a partir da data da venda. A companhia considera que os equipamentos da 2ª geração têm um funcionamento melhor e que haverá uma redução nas garantias solicitadas pelos clientes. No início do exercício de 20x2, a Cia. Q apresentou as seguintes informações estimadas sobre as vendas e as garantias do robô aspirador:

Tipo	Unidades vendidas	Valor total das vendas (em R\$)	Custo individual com garantia (em R\$)	Estimativa de garantias
Robô aspirador 1ª geração	2.000	1.000.000,00	35,00	25% das unidades vendidas
Robô aspirador 2ª geração	10.000	9.000.000,00	45,00	10% das unidades vendidas

Considerando-se as informações da Cia. Q e as disposições da NBC TG 25 (R2)/2017, o valor, em reais, a ser reconhecido como provisão para cobertura das garantias deverá ser de

- a) 45.000,00
- b) 60.000,00
- c) 62.500,00
- d) 84.000,00
- e) 168.000,00

Comentários:

Para resolvermos essa questão, vamos recorrer ao item 39 do CPC 25, o qual afirma:

39. As incertezas que rodeiam o valor a ser reconhecido como provisão são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias. Quando a provisão a ser mensurada envolve uma grande população de itens, a obrigação deve ser estimada **ponderando-se todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas**. O nome para esse método estatístico de estimativa é **“valor esperado”**. Portanto, a provisão será diferente dependendo de a probabilidade da perda de um dado valor ser, por exemplo, de 60 por cento ou de 90 por cento. Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala.

Ou seja, o valor reconhecido como provisão para cobertura será encontrado buscando o valor esperado de gastos com cobertura de garantias, fica assim:

$$\text{Robô 1ª geração} = 2.000 \times 35 \times 25\% = \text{R\$ } 17.500$$



Robô 2ª geração = $10.000 \times 45 \times 10\% = R\$ 45.000$

Total = $17.500 + 45.000 = R\$ 62.500$

Gabarito: C

7. (CESGRANRIO/AgRIO/Contabilidade/2023) É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R\$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

a)

D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

b)

D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00

c)

D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

d)

D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário 1.240.000,00

e)

D: Salários Provisionados 1.240.000,00

C: Provisão para Salários 1.240.000,00

Comentários:

Em nosso entendimento, pessoal, o examinador foi um pouco "maldoso" nessa questão. Ele faz toda a apresentação do conceito de provisões, conforme o CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.



Nesse sentido, pede para que o candidato faça o lançamento contábil correto da chamada "apropriação do 13º salário", chamada de maneira corriqueira na Contabilidade de "provisão para 13º salário", você já ouviu esse nome?

Contudo, pessoal, no caso da apropriação do 13º salário, **não há o que se falar em provisões**, visto que, estas são passivos de PRAZO OU VALORES INCERTOS.

O item 11 do CPC 25 fala expressamente que as provisões podem ser distintas de outros passivos tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (**accruals**) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Os passivos gerados pela apropriação de despesas por competência, como 13º salário, férias, são chamados de **accruals**. **Portanto, não devemos reconhecer aqui provisões, mas Passivos a Pagar.**

Logo, o registro contábil do 13º salário a ser feito em 30/06/2022 será:

Débito: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

Crédito: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00 (passivo)

Gabarito: B

8. (CESGRANRIO/Exame de Peritos/CFC/2022) A Zeta S.A. é fabricante de aparelhos de telefone celular e adotou a política de conceder garantia aos produtos vendidos pelo prazo de dois anos, a contar da data da venda. Os termos da garantia cobrem defeitos decorrentes da fabricação e podem gerar conserto ou substituição, conforme a extensão do problema detectado no prazo coberto pela garantia. A partir das ocorrências registradas em anos anteriores, a Zeta S.A. estima que, a cada ano, 2,5% dos aparelhos vendidos serão substituídos, e 4% passarão por reparos em decorrência do período de garantia concedido pela empresa. Em um determinado ano, a Zeta S.A. vendeu 10.000 aparelhos e faturou R\$ 7 milhões.

Considerando-se essas informações e as disposições da NBC TG 25 (R2), como a Zeta S.A. deverá tratar nas demonstrações contábeis a questão da concessão de garantia aos produtos vendidos?

- a) Aperfeiçoar os procedimentos de controle de qualidade dos aparelhos fabricados para reduzir os gastos com a cobertura de garantias.
- b) Divulgar os termos da concessão de garantias em notas explicativas, junto a uma avaliação de risco de ocorrência, se julgar relevante.
- c) Evidenciar um passivo contingente no valor de R\$ 455.000,00 para cobrir os custos estimados com as garantias.
- d) Reconhecer os gastos com garantias somente à medida que for acionada pelos clientes e conforme a extensão dos defeitos apresentados pelos aparelhos.
- e) Reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos.

Comentários:



Essa questão foi tirada de um exemplo que está no CPC 25, vejam:

Exemplo

A entidade vende bens com uma garantia segundo a qual os clientes estão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro dos primeiros seis meses após a compra. Se forem detectados defeitos menores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 1 milhão. Se forem detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos, a entidade irá incorrer em custos de reparação de 4 milhões.

A experiência passada da entidade e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, 75 por cento dos bens vendidos não terão defeito, 20 por cento dos bens vendidos terão defeitos menores e 5 por cento dos bens vendidos terão defeitos maiores. De acordo com o item 24, a entidade avalia a probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo. O valor esperado do custo das reparações é: $(75\% \times 0) + (20\% \times \$ 1 \text{ milhão}) + (5\% \text{ de } \$ 4 \text{ milhões}) = \$ 400.000$.

Na questão apresentada, a empresa deve constituir uma provisão pra garantias no valor esperado com os custos cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos, portanto, nosso gabarito é a alternativa E.

O valor esperado dessa provisão será $= R\$ 7.000.000 \times 4\% = R\$ 280.000$.

As demais alternativas estão erradas.

Gabarito: E

Considere os dados a seguir, para responder à questão.

9. (VUNESP/DOCAS PB/CONTADOR/2022) Uma companhia estatal portuária não dependente elaborou o seguinte balancete de verificação contendo contas e saldos patrimoniais e de resultado para exercício findo de 2021, em milhares de R\$:

Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, patrimônio líquido	41.244,80
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	100.000,00
Bancos	113.597,50
Caixa	10.000,00
Capital Social	390.000,00
Clientes, curto prazo	98.560,00
Clientes, longo prazo	20.000,00
Custos dos Produtos e Serviços Prestados	74.257,28
Despesa Financeira	76.892,34
Despesas Administrativas	37.128,64
Direitos Contratuais - Outorgas de Terminais Portuários, longo prazo	198.067,50
Encargos Sociais a Pagar, curto prazo	1.320,45
Imobilizado, líquido	528.180,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.045,00
Intangível, líquido	120.000,00
Despesa com IR e CSLL	15.549,90



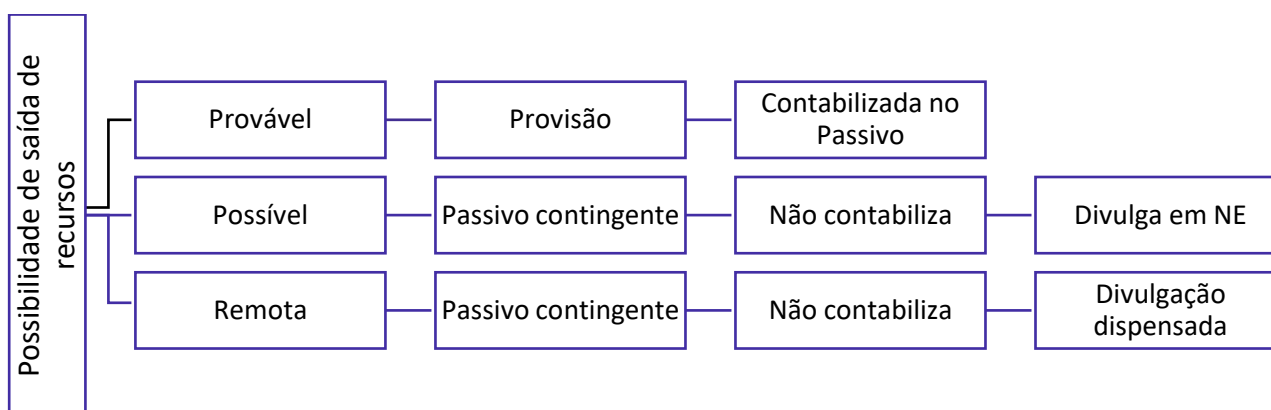
Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Outras Despesas Operacionais	7.980,00
Outras Receitas Operacionais	9.282,16
Prejuízo Acumulado	186.974,09
Provisão para 13º salário, curto prazo	19.806,75
Provisão para férias, curto prazo	13.204,50
Provisões Cíveis, curto prazo	215.670,00
Provisões Cíveis, longo prazo	413.675,00
Provisões Trabalhistas, curto prazo	14.567,00
Provisões Trabalhistas, longo prazo	90.456,00
Receita Diferida, longo prazo	250.885,50
Receita Financeira	47.067,89
Receita Líquida	185.643,20
Salários a pagar, curto prazo	26.409,00

Os valores provisionados no Balancete da companhia estatal referentes às ações judiciais cíveis e trabalhistas foram reconhecidos porque a equipe jurídica considera que o desembolso com essas ações será, conforme pronunciamento técnico 25 do CPC,

- A Remoto.
- B Relevante.
- C Provável.
- D Possível.
- E Fidedigno.

Comentários:

Para questões de CPC 25 - Provisões, precisamos ter sempre esse esquema em mente:



Segundo a referida norma:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;



(b) seja **PROVÁVEL** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: C

10. (VUNESP/ALESP/Auditor Interno/2022) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não), decorrente de evento passado, for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços, para que a obrigação seja liquidada, e

A uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

B uma estimativa confiável do valor presente possa ser realizada.

C existam documentos confiáveis acerca da obrigação.

D existam ativos em Caixa e Equivalente de Caixa para suportar o valor da obrigação, nos moldes exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E que a despesa e seu desembolso estejam empenhados.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **ESTIMATIVA CONFIÁVEL DO VALOR DA OBRIGAÇÃO**.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Gabarito: A

11. (VUNESP/PRUDENCO/Contador/2022) De acordo com as normas contábeis brasileiras, uma provisão deve ser reconhecida, entre outras variáveis, quando

A é possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.



B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade.

C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

E um evento passado conduz a uma obrigação.

Comentários:

Quais as condições necessárias para o reconhecimento de uma provisão? Segundo o pronunciamento CPC 25:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida

Vejamos as alternativas:

A é possível-que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Errado, pois tal item faz referência ao passivo contingente e não as provisões. Nas palavras do CPC 25:

Passivo contingente é:

- (a) **uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade;** ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.



B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade. Uma vez atendido os critérios de reconhecimento, as provisões serão reconhecidas. Item errado.

C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro. A provisão é reconhecida quando for provável a **SAÍDA DE RECURSOS** envolvendo benefícios futuros na liquidação. O item erra ao informar uma geração de recursos.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

Correto, visto que é previsto no item 14, alínea a, do CPC 25:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) **a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;**

E um evento passado conduz a uma obrigação. Não é uma variável ter uma obrigação, pois ela precisa ser uma obrigação presente. Item errado

Gabarito: D

12. (VUNESP/IPSM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO CONTABILIDADE/2022) O responsável jurídico recebeu demanda do setor de contabilidade da Cia IPSM para manifestar-se sobre os processos judiciais dos quais a Cia é ré para que se pudesse realizar os registros contábeis nas demonstrações contábeis trimestrais (ITR) relativas a junho de 2022.

O responsável jurídico informou à contabilidade a existência de dois processos trabalhistas e de dois processos cíveis, juntamente com a classificação de perdas, de acordo com a interpretação da equipe jurídica, conforme quadro abaixo.

Processo	Tipo	Valor provisionado na ITR de 31/03/2022 (em R\$)	Perda remota (em R\$)	Perda possível (em R\$)	Perda provável (em R\$)
1	Trabalhista	30.000,00	-	30.000,00	23.000,00
2	Trabalhista	0,00	-	10.000,00	6.500,00
3	Cível	0,00	200.000,00	120.000,00	-
4	Cível	50.000,00	-	45.000,00	60.000,00

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso:

A ativo contingente no valor de R\$ 7.000,00.

B reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 16.500,00.



C reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.

D reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 7.000,00.

E reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 9.500,00.

Comentários:

Vimos que apenas são reconhecidas no passivo, apenas as saída de recursos Prováveis. Consequentemente, devemos reverter o saldo daquelas que não são mais. Ainda, reconhecer aquelas que passaram a ser prováveis após a mudança da probabilidade.

Trabalhista 1 Reverte R\$ 7.000,00 (30.0000 – 23.000)

Trabalhista 2 Constitui -R\$ 6.500,00

Cível 2 Constitui -R\$ 10.000,00 (50.000 – 60.000)

Resultado Despesa R\$ 9.500,00

Outra forma de resolver:

Em 31/03/22, o total da provisão era de R\$ 30.000 + R\$ 50.000 = R\$ 80.000.

Em 31/06/22, a provisão passa para R\$ 23.000 + R\$ 6.500 + R\$ 60.000 = R\$ 89.500.

Resultado: R\$ 80.020 – R\$ 89.500 = R\$ 9.500 (despesa, pois a provisão aumentou).

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso **reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.**

Gabarito: C

13. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.

B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.

C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.



D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.

Comentários:

De acordo com o CPC 25, ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O gabarito é letra A.

14. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.

B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.

C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

Comentários:

Questão que trata dos critérios que devem ser atendidos para o reconhecimento de provisões, de acordo com o CPC 25. Vamos analisar cada opção.



I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga **provável** que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

Como a perda é PROVÁVEL e possui uma estimativa confiável, a empresa deverá constituir uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser **possível** uma saída de recursos, mas **não sabe estimar com confiança** o prazo de sua ocorrência.

Considerando que a perda é POSSÍVEL e não há uma estimativa confiável referente à perda, não foram atendidos os critérios de reconhecimento de provisões. Trata-se de um Passivo Contingente, o qual não será contabilizado, mas apenas divulgado em Notas Explicativas.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é **REMOTA**, quase nula.

Considerando que a perda é REMOTA, trata-se de um Passivo Contingente, o qual não será contabilizado, nem divulgado em Notas Explicativas.

Portanto, o gabarito é D.

15. (VUNESP/VALIPREV/Contador/2020) O departamento jurídico de uma empresa de capital aberto apresentou as seguintes informações para o Departamento de Contabilidade:

Processos judiciais	Probabilidade de Desembolso (em R\$)		
	Remota	Possível	Provável
Trabalhistas	0,00	0,00	123.000,00
Cíveis	0,00	150.000,00	0,00
Tributários	120.000,00	0,00	0,00

O valor da Despesa com Provisão na Demonstração de Resultado do Exercício será, em R\$:

- a) 123.000,00
- b) 150.000,00
- c) 273.000,00
- d) 120.000,00
- e) 393.000,00

Comentários:

Dado que só reconhecemos como **provisões** aqueles que são **prováveis**, devemos fazer a seguinte pergunta: Quais são Prováveis?



Conforme a tabela, os processos judiciais trabalhistas são os únicos prováveis. Logo, o valor da despesa com Provisão será de R\$ 123.000,00. Já podemos marcar como gabarito a letra a.

No tocante aos outros processos, teremos que divulgar em notas explicativas aqueles que forem possíveis. Então, dessa vez perguntemos: Quais são possíveis?

Observando a tabela, notamos que os processos judiciais Cíveis são possíveis, logo serão divulgados em NE. Aqui temos um passivo contingente possível.

Como o processo tributário foi remoto, não reconhecemos nem divulgamos esses passivos contingentes remotos.

16. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) A Empresa Tudo junto e misturado apresenta as seguintes informações no seu Balanço Patrimonial em 31/12/X1:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal ICMS	R\$ 1.900.000,00	Possível
Processo Ambiental	R\$ 2.420.000,00	Possível
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável

Sabe-se que esses valores foram passados pelo departamento jurídico da Empresa Tudo junto e Misturado, relativo a todos os processos movidos contra a empresa.

Com base nas informações apresentadas e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 25 (R2), assinale a alternativa que apresenta o valor a ser evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial da empresa Tudo junto e Misturado em 31/12/X1.

- a) R\$ 4.320.000,00
- b) R\$ 4.388.000,00
- c) R\$ 8.708.000,00
- d) R\$ 3.450.000,00
- e) R\$ 2.420.000,00

Comentários:

Apenas as perdas consideradas PROVÁVEIS serão provisionadas pela empresa:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável
Total	R\$ 4.388.000,00	

O gabarito é letra b.



17. (AOCP/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.
- II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.
- III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.
- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) I, II e III.

Comentários:

Item bastante cobrado sobre o CPC 25, em quais situações serão constituídas as provisões. Todos estão corretos. O gabarito é letra d.

18. (VUNESP/Pref. Cerquilha/Contador/2019) O texto a seguir foi retirado de uma Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de uma empresa brasileira.

“A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas.”

Conforme as normas e os pronunciamentos técnicos de contabilidade adotados no Brasil, a provisão para as demandas judiciais da companhia foram estimadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis, considerando o suficiente para cobrir as perdas

- a) fidedignas.
- b) possíveis.
- c) precisas.
- d) prováveis.
- e) remotas.

Comentários:

Filtrando as características expostas pelo quesito: [...] “foram ESTIMADAS e RECONHECIDAS nas DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, considerando o suficiente para cobrir as perdas”

Fique Atento! O quesito já começou falando Notas explicativas, mas não estamos diante de um passivo contingente possível. Já que a questão afirmou que essas demandas foram reconhecidas nas demonstrações contábeis. Logo, só podem ser perdas prováveis.

Segundo o pronunciamento CPC 25:



14. Uma **PROVISÃO DEVE SER RECONHECIDA** quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (**legal ou não formalizada**) como resultado de **EVENTO PASSADO**;

(b) seja **PROVÁVEL** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **ESTIMATIVA CONFIÁVEL** do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O gabarito é letra d.

19. (FUNDATEC/Pref. Formosa do Sul/Assistente Contábil/2019) Conforme a NBC TG 25 (CPC 25), uma provisão será reconhecida quando: existir uma obrigação legal _____ como resultado de evento passado; seja _____ a necessidade da saída de recursos para a liquidação da obrigação; e que possa ser feita uma estimativa _____ do valor da obrigação.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A ou informalizada – provável – confiável

B e formalizada – possível – provável

C ou não formalizada – remota – confiável

D ou formalizada – possível – provável

E e formalizada – provável – confiável

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao item 14 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou **não formalizada**) como resultado de evento passado;

(b) seja **provável** que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa **confiável** do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O gabarito é letra A.



20. (FUNDATEC/Pref. POA/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2019) Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Estimativa	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
Garantias	Possível	Estimativas confiáveis	R\$ 99.000,00	
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Inexistência de estimativas confiáveis	R\$ 40.000,00	
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

- A R\$ 780.000,00.
- B R\$ 879.000,00.
- C R\$ 975.000,00.
- D R\$ 1.015.000,00.
- E R\$ 1.114.000,00.

Comentários:

A empresa deve provisionar os processos com provável possibilidade de perda. Se a perda for possível, a empresa não contabiliza, mas divulga em nota explicativa. Se a possibilidade de perda for remota, não contabiliza e nem divulga.

Ressaltamos que também é necessário que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00
			R\$ 975.000,00

O gabarito é letra C.

21. (VUNESP/Pref. SP/Analista - Ciências Contábeis/2018) Assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.
- b) Quando uma entrada de benefícios for considerada remota, deve-se reconhecer um ativo contingente.
- c) Quando uma obrigação possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer um ativo contingente.



d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

Comentários:

a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.

Correto, porque o reconhecimento de uma provisão exige todas as seguintes características: obrigação presente, estimativa confiável e provável saída de recursos.

Nesse caso, ele será um passivo contingente e como sua possibilidade é provável deverá ser divulgado em notas explicativas.

b) Quando uma entrada de benefícios for considerada ~~remota~~, deve-se ~~reconhecer~~ um ativo contingente.

Errado, pois ativos contingentes não são reconhecidos.

c) Quando uma ~~obrigação~~ possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se ~~reconhecer~~ um ativo contingente.

Errado, dado que eles são ativos prováveis ou remotos e não são reconhecidos.

d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se ~~reconhecer~~ uma provisão.

Errado, vimos que o reconhecimento de uma provisão exige todas as seguintes características: obrigação presente, estimativa confiável e provável saída de recursos.

e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se ~~reconhecer~~ uma provisão.

Errado, já que as obrigações remotas não são reconhecidas nem divulgadas em notas explicativas.

O gabarito é letra a.

22. (VUNESP/CM Itaquaquecetuba/Controlador Interno/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

a) contas a pagar.

b) ativo contingente.

c) reserva de lucros.



- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

Comentários:

Destaquemos os atributos: “não é reconhecida”, “improvável uma saída de recursos,” não é possível fazer uma estimativa confiável” imos que essas palavras chaves definem os passivos contingentes, pois eles não são contabilizados:

- Porque a saída de recursos é somente possível.
- Pois você não consegue estimar com confiabilidade o valor desta obrigação.

O gabarito é letra d.

23. (VUNESP/Pref. Registro/Analista Contábil/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

Comentários:

Separando as palavras chaves: “ativo possível “, “existência será confirmada”, “eventos futuros” “incertos”, “não completamente sob o controle”. Essas são características dos ativos contingentes. Recordamos que eles surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. O gabarito é letra e.

24. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.



Comentários:

Esse é o conceito de passivo contingente. Segundo o CPC 25:

10. Passivo contingente é:

a) Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; OU

b) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

- O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Lembrando que o passivo contingente não é contabilizado, apenas divulgado em notas explicativas.

Se o passivo contingente for de probabilidade de saída remota, ele não é divulgado e sua divulgação em nota explicativa é dispensada.

A provisão, por seu turno, é contabilizada. O gabarito é letra d.

25. (VUNESP/Contador/Prefeitura de SBC/2018) De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.

a) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.

b) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.

c) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.

d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).

e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

Comentários:

Segundo o CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; E
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Gabarito, portanto, letra c. Vejamos as demais alternativas.

a) Seja ainda **remota** a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.

A saída de recursos é provável.

b) Que haja **dúvida** quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.

Deve haver uma estimativa confiável para se reconhecer uma provisão. Veja que o valor não precisa ser exato, mas deve haver estimativa confiável.

d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).

Errado. A saída de recursos deve ser provável.

e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

Errado. Conta a pagar é um passivo líquido e certo (sabe-se o valor exato) e não uma provisão.

O gabarito é letra c.

26. (VUNESP/Analista/Prefeitura de Registro/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. Devem, sim, ser evidenciado em notas explicativas.

Então, se, por exemplo, você entrou na justiça para reaver um tributo pago a maior, e esse processo está para ser analisado, mas é somente possível que o desfecho seja favorável, então, nesta hipótese estamos



frente a um ativo contingente, que, como tal, não é contabilizado. Veja, é possível que você ganhe e tenha o direito a receber, mas não é praticamente certo, tampouco provável.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade.

Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto.

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados. O gabarito é letra e.

27. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- a) 50.000,00
- b) 60.000,00
- c) 260.000,00
- d) 310.000,00
- e) 410.000,00

Comentários:

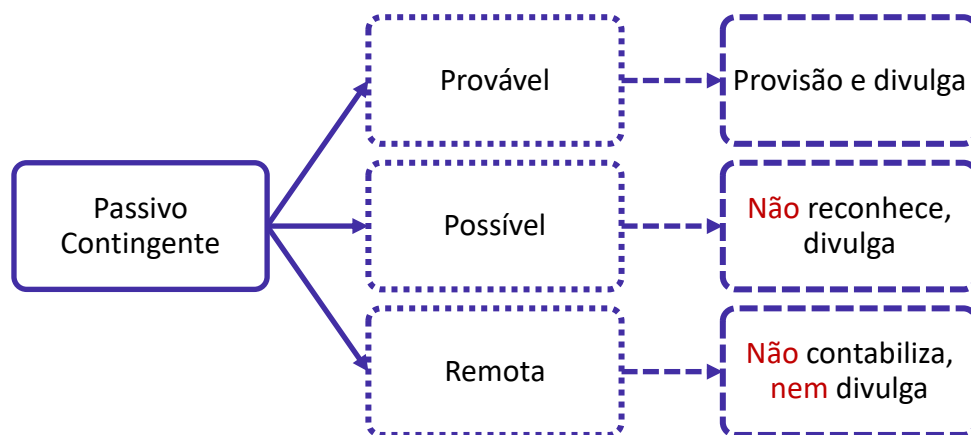
O CPC 25 define que Passivo contingente é:

- (a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja **existência será confirmada** apenas pela **ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade**; ou
- (b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, mas que **não é reconhecida porque**:
 - (i) **não é provável** que uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos seja exigida para **liquidar a obrigação**; ou



(ii) o valor da **obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade**

Além disso, baseados no CPC25 temos que:



Vamos, agora, efetuar a classificação de cada evento apresentado e assim verificarmos quais serão divulgados em Notas Explicativas como provisão:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;

Trata-se, na verdade, de um **passivo** e não passivo contingente. Não nos interessa;

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;

Aqui estamos diante de um Passivo Contingente, pois é obrigação presente, resultante de eventos passados **não há confiabilidade da mensuração**.

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;

Trata-se de um Passivo Contingente, visto que é uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos.

- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Trata-se de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25.

Portanto, o total reconhecido como Passivo Contingente e divulgado pela empresa será: $60.000 + 200.000 + 50.000 = \text{R\$ } 310.000,00$

O gabarito é letra d.



28. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Contador Júnior/2018) Uma companhia aérea detém uma frota de cinco aeronaves para locação de voos executivos. Cada aeronave foi adquirida por R\$ 7 milhões. Por exigência da agência reguladora de aviação, a companhia deve fazer a revisão de suas aeronaves a cada cinco anos de uso. A estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição. Ao final do exercício de 2016, a frota tinha dois anos e meio de uso.

Considerando essa situação, ao final do exercício de 2016, a companhia aérea

- a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.
- b) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 875.000,00.
- c) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00.
- d) não deve reconhecer a provisão por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.
- e) não deve reconhecer nem divulgar o fato, por se tratar de possibilidade futura.

Comentários:

Nessa situação a companhia aérea possui uma obrigação legal de realizar revisões a cada 5 anos.

Dado que seus aviões possuem 2,5 anos em 2016, então a entidade ainda terá 2,5 anos pela frente. Veja que ela pode evitar essas revisões futuras, por exemplo, vendendo esses ativos antes desse prazo. Logo, essa companhia não possui uma obrigação presente em relação ao gasto futuro, consequentemente, nenhuma provisão é reconhecida.

A seguir, observem um caso parecido previsto no pronunciamento contábil nº 25:

Exemplo 11B – Custo de reforma – há requisito legal

Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.

Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19).

Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não-reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.

Destacamos que se trata de um Passivo Contingente, pois atende à condição prevista no CPC 25:



Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Por fim, analisemos as alternativas:

a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.

Passivos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial. Sua **divulgação será feita tão-somente em notas explicativas**. E mais, **se essa possibilidade de saída de recursos for remota, dispensada está a entidade da divulgação em notas explicativas**.

Esse foi o gabarito da Cesgranrio, embora o correto seja: deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para DIVULGAR um passivo contingente.

Assim, temos que jogar com as alternativas que a banca nos oferece, pois não podemos contar que a banca irá anular as questões.

b) deve reconhecer ~~uma provisão no valor de R\$ 875.000,00~~.

c) deve reconhecer ~~uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00~~.

Erradas, pois ainda falta 2,5 anos para termos uma obrigação presente. Isso que é um requisito para reconhecer uma provisão.

d) não deve reconhecer a provisão ~~por causa da dificuldade de estimativas confiáveis~~.

Errado, visto que o quesito disse: “estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição”. Ou seja, existe estimativa confiável. O que provocou o não reconhecimento foi o fato de não ser uma obrigação presente.

e) não deve reconhecer ~~nem divulgar o fato~~, por se tratar de possibilidade futura.

Errado, precisamos saber se a possibilidade de saída de recursos é possível ou remota.

Em síntese:

Passivo contingente? → Possível? → Não contabiliza e Divulga em NE



Passivo contingente → Remoto → Não contabiliza e Nem Divulga em NE

O gabarito é letra a.

29. (FBC/EQT Perito Contábil/2017) O contador da empresa X está analisando uma lide em que X é polo passivo para concluir se deve reconhecer, ou não, algum valor. Depois de obter conhecimento sobre a lide, ouviu da consultoria jurídica que o passivo contingente que está sendo discutido é da ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que o contador pode considerar que dos cenários provável, possível e remoto, o remoto lidera com 80% (oitenta por cento). Com base neste enunciado e considerando o item 6 da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta a CORRETA decisão do contador.

- a) Reconhecer e não divulgar um passivo no valor de R\$1.000.000,00, correspondente aos 20% não remoto.
- b) Reconhecer e divulgar um passivo no valor de R\$4.000.000,00, correspondente aos 80% como remoto.
- c) Não reconhecer e não divulgar nada sobre a lide.
- d) Não reconhecer e divulgar o valor total de R\$5.000.000,00.

Comentários:

Os passivos contingentes não são contabilizados.

Conforme a probabilidade de ocorrência eles são ou não divulgados em notas explicativas.

Os possíveis são divulgados, enquanto os remotos não.

Neste caso, sendo remota a probabilidade de perda, não reconhece e nem divulga.

O gabarito é letra C.

30. (VUNESP/CM Pradópolis/Contador/2016) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, refere-se a um dos conceitos de

- a) impairment.
- b) contas a pagar.
- c) reserva de contingência.
- d) provisão para redução de ativos.
- e) passivo contingente.

Comentários:

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:



Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) **NÃO É PROVÁVEL** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **NÃO PODE SER MENSURADO** com suficiente confiabilidade.

O gabarito é letra e.

31. (VUNESP/PREF. POÁ/ANALISTA CONTÁBIL/2015) De acordo com os preceitos contábeis, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Todavia, na identificação de um ativo como resultado de um evento não planejado ou de outros eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, ou mesmo que esse ativo nunca venha a ser realizado, tal ativo será conceituado como

- a) Provisão para perdas.
- b) Ativo contingente.
- c) Ativo não circulante.
- d) Ajuste de variação patrimonial.
- e) Impairment.

Comentários:

Segundo o CPC, item 31, **a entidade não deve reconhecer um ativo contingente.**

Devem, sim, ser evidenciados em notas explicativas.

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Um exemplo é uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto (item 32).

Portanto, ativos contingentes surgem da possibilidade da entrada de benefícios econômicos não esperados ou não planejados.

Grave-se: ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa, hipótese na qual deixaremos de caracterizá-lo como contingente.



Ativo Contingente: A entrada de benefícios econômicos é:

- 1) **Praticamente certa:** Nesse caso, não é um ativo contingente. A Empresa contabiliza o ativo.
- 2) **Provável,** mas não praticamente certa: não contabiliza, mas divulga.
- 3) **A entrada não é provável** (é possível ou remota): Não contabiliza e nem divulga.

O gabarito é letra b.

32. (Vunesp/Desenvolvesp/Contador/2014) As premissas de que a entidade tem uma obrigação, legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado; que seja provável uma saída de recursos para liquidar tal obrigação; e que pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação, referem-se a:

- a) capital circulante líquido.
- b) características de um passivo contingente.
- c) características das contas a pagar, de fato.
- d) origens e aplicação de recursos.
- e) requisitos básicos para que uma provisão possa ser reconhecida.

Comentários:

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou



(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Além disso, o CPC 25 nos aponta os critérios para reconhecimento de provisões, que foram apresentados no enunciado da questão:

Reconhecimento
Provisão
14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:
(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

O gabarito é letra e.

33. (VUNESP/SP – Urbanismo/Analista Administrativo/2014) A obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, é definida como

- (A) ativo contingente.
- (B) contas a pagar.
- (C) passivo contingente.
- (D) ajuste de exercício anterior.
- (E) reserva de contingência.

Comentários:

Definição de Passivo Contingente apresentada no CPC 25:

10. Os seguintes termos são usados nesta Norma, com os significados especificados

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou



(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade

O gabarito é letra C.

34. (CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico/Contabilidade/2013) O CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. O mesmo CPC 25 apresenta, também, as condições (situações) em que uma provisão deve ser reconhecida.

Nesse contexto, considere as afirmativas abaixo.

I - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

II - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tenha como provável ser necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

III - Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

Comentários:

Questão literal do item 14 do CPC 25:

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.



Observa-se que todos os itens estão corretos! O gabarito é letra e.

35. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Uma das alternativas abaixo não está correta em relação ao passivo contingente. Assinale-a.

- A Caracteriza-se por uma saída de recursos, possível mais não provável.
- B Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária.
- C Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno.
- D Se a probabilidade de saída de recursos for provável e existir estimativa confiável, a obrigação presente requisita uma provisão.

Comentários:

Os passivos contingentes, segundo o CPC 25, são obrigações possíveis da entidade. Não é praticamente certo que haverá um desembolso para liquidar a obrigação. Assim, diferentemente das provisões, o passivo contingente não é contabilizado como passivo. Será divulgado em nota explicativa, se a probabilidade de perda for possível, ou nem isso, se a probabilidade de perda for remota. Resumindo, saída de recursos:

- Provável - > Provisão (contabilizamos e divulgamos em Notas explicativas)
- Possível -> Passivo contingente (não contabilizamos, mas divulgamos em Notas explicativas)
- Remoto -> Passivo contingente (não contabilizamos nem divulgamos em Notas explicativas)

Assim, é errado afirmar que "Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária" visto que nesse caso a divulgação NÃO é necessária. O gabarito é letra B.

36. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico Júnior/Contabilidade/2011) Uma empresa produz componentes para televisores LCD. Para conquistar o mercado, ela oferece aos seus clientes uma garantia de um ano para o funcionamento dos componentes que vende.

Devido a esse procedimento, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta

- a) Reserva para contingências
- b) Reserva para garantia
- c) Reserva para eventos subsequentes
- d) Provisão para contingências
- e) Provisão para garantias

Comentários:

Nesse quesito vamos recorrer ao seguinte exemplo dado pelo CPC 25:

Exemplo 1 – Garantia Um fabricante dá garantias no momento da venda para os compradores do seu produto.

De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante compromete a consertar, por reparo ou substituição, defeitos de produtos que se tornarem aparentes dentro de três



anos desde a data da venda. De acordo com a experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – O evento que gera a obrigação é a venda do produto com a garantia, o que dá origem a uma obrigação legal.

Saída de recursos envolvendo benefícios futuros na liquidação – Provável para as garantias como um todo (ver item 24).

Conclusão – A provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data do balanço (ver itens 14 e 24).

Assim, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta Provisão para garantias no passivo circulante. A empresa fará o lançamento da seguinte maneira:

D – Despesa com provisão para garantias (despesa)

C – Provisão para garantias (passivo)

O gabarito é letra e.



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – FGV

1. (FGV/Auditor Fiscal de Tributos Municipais/SJC/2024) Em relação aos ativos contingentes, é correto afirmar que

A resultam de eventos futuros.

B surgem, normalmente, de evento planejado ou esperado.

C devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial apenas quando a entrada de recursos é provável.

D quando a entrada de recursos é provável, é reconhecida uma Receita Operacional na Demonstração do Resultado do Exercício.

E são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

2. (FGV/TCE-BA/Auditor Estadual de Controle Externo/2023) Em 12 de dezembro de 2023, uma empresa decide encerrar uma divisão que fabricava painéis solares. Em 20 de dezembro de 2023, foi finalizado o plano detalhado de encerramento da divisão. Cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurarem uma fonte alternativa de fornecimento e avisos de rescisão foram enviados ao pessoal da divisão.

A empresa estima que terá 675 mil reais em gastos, detalhados em:

Descrição	Probabilidade	Valor
Rescisão de funcionários relacionados diretamente com a reestruturação	Provável	R\$ 50.000
Penalidades de rescisão de arrendamento	Provável	R\$ 250.000
Novo treinamento de funcionários	Possível	R\$ 25.000
Marketing	Possível	R\$ 50.000
Investimento em novos sistemas e redes de distribuição	Provável	R\$ 300.000

Considerando-se as informações apresentadas, a empresa deve reconhecer um montante de provisões de reestruturação de:

(A) R\$ 25.000;

(B) R\$ 75.000;

(C) R\$ 300.000;

(D) R\$ 600.000;

(E) R\$ 675.000.



3. (FGV/MPE GO/Analista Contábil/2022) Em 02/01/X0, uma loja foi acionada na justiça por um funcionário que reclamava R\$15.000 por danos morais. A administração da loja julgava que a perda da causa era provável e estimava que o valor a ser pago seria de R\$10.000. Assinale a opção que indica o lançamento contábil em 02/01/X0.

- a) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Passivo contingente R\$10.000
- b) D- Despesa operacional R\$10.000
C- Provisão para contingências R\$10.000
- c) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Provisão para contingências R\$15.000
- d) D- Despesa operacional R\$15.000
C- Causa a pagar R\$10.000
C - Provisão para perdas R\$5.000
- e) Não deve haver contabilização

4. (FGV/PC AM/Perito Criminal/4ª Classe/Contabilidade/2022) Uma loja foi acionada na justiça por um cliente que diz ter sido constrangido por seus funcionários. O cliente apresenta provas, de modo que os advogados da loja julgam que é provável a saída de recursos como indenização ao cliente. No entanto, apesar do esforço, não foi possível estimar de modo confiável o valor da obrigação.

Assinale a opção correta em relação ao tratamento da causa pela loja, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Divulgação como passivo contingente.
- b) Reconhecimento como contas a pagar.
- c) Reconhecimento como provisão para contingências.
- d) Reconhecimento como ajuste do patrimônio líquido.
- e) Não é requerido reconhecimento e nem divulgação.

5. (FGV/SEFAZ- AM/ Assistente Administrativo/SEFAZ/2022) Em relação às provisões, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) Têm prazo ou valor incertos.
- b) Derivam de eventos que ainda irão ocorrer.
- c) Representam contas redutoras do ativo.
- d) Representam obrigações possíveis cuja existência será confirmada.
- e) Não são contabilizadas nas demonstrações contábeis, mas evidenciadas em notas explicativas.



6. (FGV/FunSaúde CE/Técnico Contabilidade/2021) O empregado de uma sociedade empresária foi demitido e entrou na justiça pedindo uma indenização. Os advogados da sociedade empresária julgaram que a probabilidade de perda e a consequente saída de recursos, é remota.

Assinale a opção que indica o posicionamento da contabilidade da sociedade empresária em relação à causa.

- A Deve reconhecer uma provisão e divulgar o fato em nota explicativa.
- B Deve reconhecer uma provisão, mas não divulgar o fato em nota explicativa.
- C Deve divulgar o fato em nota explicativa, mas não reconhecer uma provisão.
- D Deve reconhecer a despesa na Demonstração do Resultado, mas não reconhecer uma provisão.
- E Não deve reconhecer uma provisão e nem divulgar o fato em nota explicativa.

7. (FGV/IMBEL/Analista Contábil/2021) Um grupo de empregados acionou uma empresa na justiça, pedindo uma indenização no valor de R\$ 100.000. Os advogados da empresa consideravam que a perda da causa na justiça era provável. Assinale a opção que indica o correto tratamento contábil do caso nas demonstrações contábeis da empresa.

- A Constituição de provisão para contingências.
- B Constituição de reserva para contingências.
- C Constituição de passivo contingente.
- D Diminuição do caixa.
- E Nada deve ser feito.

8. (FGV/IMBEL/Supervisor/Contador/2021) O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 40.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 15.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Disponibilidades: R\$ 34.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

- A R\$ 80.000
- B R\$ 95.000
- C R\$ 105.000
- D R\$ 120.000
- E R\$ 135.000



9. (FGV/CM Salvador/Analista Legislativo Municipal/2018) Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- a) tratar como resultado de exercícios futuros;
- b) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- c) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- d) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- e) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

10. (FGV/MPE AL/Auditor do Ministério Público/2018) Sobre os ativos contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) São evidenciados no ativo circulante.
- b) São evidenciados no ativo realizável a longo prazo.
- c) São evidenciados no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, dependendo do prazo esperado para realização.
- d) São avaliados periodicamente para garantir que o desenvolvimento nos processos esteja refletido nas demonstrações contábeis.
- e) São ajustados periodicamente pelo valor presente quando o efeito do valor do dinheiro, no tempo, é material.

11. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Assinale a opção que indica a existência de um passivo contingente.

- a) Uma entidade é notificada na justiça por não ter pago férias a um de seus empregados, e considera provável a chance de perder.
- b) Uma entidade estima que serão utilizadas 20% das garantias oferecidas sobre seus produtos.
- c) Uma entidade contabiliza mensalmente, a partir de janeiro, o 13º salário a ser pago para seus empregados no mês de dezembro.
- d) Uma entidade inicia uma reestruturação, tendo um plano formal para tal.
- e) Uma entidade é processada por uma pessoa pública por uso indevido de imagem, e considera possível a chance de perder.

12. (FGV/MPE AL/Contador/2018) Um empregado de determinada entidade entrou na justiça cobrando horas extras não remuneradas, no total de R\$ 50.000.

Os consultores jurídicos da entidade consideram que o risco de perda é remoto.

Em relação ao fato, assinale a opção que indica o correto procedimento da entidade.

- a) Reconhecimento de passivo circulante.
- b) Reconhecimento de passivo não circulante.
- c) Reconhecimento de despesa.



- d) Divulgação em nota explicativa.
- e) Não deve haver reconhecimento nem divulgação.

13. (FGV/ALE-RO/Assistente Legislativo/Técnico em Contabilidade/2018) Em 01/02/2018, um antigo funcionário da Cia. K entrou na justiça alegando ter sido mal tratado na empresa e pedindo indenização por danos morais.

Os advogados da Cia. K julgaram que a perda da causa seria provável. No entanto, não conseguiram estimar o valor que poderiam perder, uma vez que o caso é inédito na empresa.

Assinale a opção correta em relação ao procedimento da Cia. K frente ao caso, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25, Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- a) Constituição de provisão.
- b) Divulgação em nota explicativa.
- c) Constituição de provisão e divulgação em nota explicativa.
- d) Divulgação no relatório da administração.
- e) Nada deve ser feito.

14. (FGV/Auditor/CGM/Niterói/2018) A diretoria de uma entidade, em 31.01.2017, tomou a decisão de encerrar suas atividades no Estado de Minas Gerais. Em 31.03.2017, um plano para a reestruturação foi concluído e a ação foi comunicada aos funcionários, clientes e fornecedores da entidade.

O encerramento das atividades em Minas Gerais ocorreu em 31.05.2017, quando os ativos localizados no Estado foram colocados à venda. Em 31.07.2017 os ativos da entidade foram vendidos para uma entidade do mesmo ramo que estava se instalando em Minas Gerais. O valor da venda foi recebido em 31.08.2017.

No balanço patrimonial da entidade que encerrou suas atividades, um passivo foi constituído em

- a) 31.01.2017
- b) 31.03.2017
- c) 31.05.2017
- d) 31.07.2017
- e) 31.08.2017

15. (FGV/Agente de Fiscalização/TCM SP/2015) A Cia. Delta é uma corporação de grande porte, com negócios em diversos países. Nos últimos anos a companhia tem sido duramente criticada por políticos e ativistas, pois adota uma estrutura societária que lhe permite reduzir a carga de impostos recolhidos ao Fisco do país que constitui seu principal mercado de atuação. A repercussão dessas críticas junto aos consumidores prejudicou severamente a reputação da companhia, tendo forte impacto em seus negócios. A fim de mitigar esses danos, em 2015 a Cia. Delta voluntariamente aderiu a um código de conduta empresarial, comprometendo-se a destinar a entidades de assistência social, anualmente, o equivalente a no mínimo um terço a mais de recursos do que sua principal concorrente neste país. Ao final do exercício de 2015, para que a Cia. Delta reconheça uma provisão relativa a esse compromisso, é necessário que ela tenha:



- (A) criado expectativas válidas em terceiros de que cumprirá esse compromisso;
- (B) identificado as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (C) se comprometido através de contratos com as entidades assistenciais para as quais pretende destinar esses recursos;
- (D) ciência do montante exato que destinará a essas entidades;
- (E) estabelecido um cronograma para o pagamento desses valores.

16. (FGV/Analista Contábil/ DPE – RO/2015) Nas demonstrações financeiras do ano de X1, a companhia de automóveis japonesa Cainaxon apresentou o maior prejuízo de sua história. Pressionado pelo Conselho de Administração, o presidente da companhia apresentou um plano de reestruturação:

- 1) Encerramento das unidades deficitárias nos anos de X2 e X3;
- 2) Programa de demissão da metade dos executivos com início em 01/01/X3;
- 3) Construção de um prédio administrativo;
- 4) Encerramento do contrato de aluguel do prédio administrativo no momento em que o novo prédio ficar pronto.

Considerando que todas as medidas foram aprovadas pelo conselho de administração no primeiro semestre de X2, deverão ser provisionadas no balanço do segundo trimestre de X2 a(s) seguinte(s) medidas:

- (A) nenhuma;
- (B) apenas 1 e 4;
- (C) apenas a 2;
- (D) apenas a 4;
- (E) todas as medidas com mensuração confiável

17. (FGV/DPE RJ/Técnico superior – Ciências Contábeis/2014) A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – Despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000



- (C) D – Contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – Contingências ativas - \$ 100.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – Contingências ativas - \$ 200.000
C – Provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – Outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

18. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) O empregado de determinada entidade entrou na Justiça em 2012, cobrando horas extras não remuneradas relativas ao ano de 2011. No julgamento realizado pela administração, com apoio dos consultores jurídicos, foi definido que o risco de perda era remoto.

Em 2013, a Justiça determinou que a entidade deve pagar as horas extras trabalhadas para o empregado. Estas foram pagas em 2014.

O fato gerou uma diminuição no resultado da entidade no ano de:

- a) 2011.
b) 2012.
c) 2013.
d) 2014.
e) Não há diminuição no resultado da entidade em nenhum ano.

19. (FGV/Auditor Fiscal/ISS Cuiabá/2014) Em dezembro de 2013, a administração de determinada empresa decidiu encerrar as atividades em uma de suas unidades a partir de 2014, a fim de cortar custos. A notícia foi mantida em sigilo, sendo que apenas os diretores e o contador sabiam dos planos para esta unidade. Dado que os custos com rescisões trabalhistas eram estimados em R\$ 300.000,00 e, com outros gastos, em R\$ 150.000,00, o procedimento correto em 31/12/2013 foi

- (A) contabilizar uma provisão de R\$ 150.000,00.
(B) contabilizar uma provisão de R\$ 225.000,00.
(C) contabilizar uma provisão de R\$ 300.000,00.
(D) contabilizar uma provisão de R\$ 450.000,00.
(E) não contabilizar a provisão.

20. (FGV/Técnico Nível Superior/AL/BA/2014) Uma empresa possuía escritórios em cinco estados brasileiros. Em 01/12/2013, a alta direção desta empresa decidiu pela descontinuidade de suas operações em dois importantes estados, com a transferência das operações para outros estados, inclusive deslocando pessoal. Na ocasião, as principais linhas do plano foram aprovadas e, na semana seguinte, divulgadas para as partes envolvidas.

A empresa contabilizou uma provisão para reestruturação. Nessa provisão deve estar incluído:

- a) o remanejamento da equipe para os três outros polos.



- b) o pagamento de indenização para os empregados desligados das unidades descontinuadas.
- c) o investimento em novos sistemas e redes de distribuição.
- d) o pagamento de treinamento para os empregados das unidades que irão ter sua carga de trabalho ampliada.
- e) o marketing realizado nos três estados remanescentes.

21. (FGV/Contador/SUDENE/PE/2013) O termo a ser utilizado para o julgamento de contingências ativas referente a decisões judiciais favoráveis para a entidade, sobre as quais não cabem mais recursos é

- (A) remota.
- (B) provável.
- (C) possível.
- (D) praticamente certo.
- (E) certo.

22. (FGV/Analista de Controle Interno/SEFAZ/RJ/2011) Assinale o tratamento contábil que deve ser aplicado de acordo com as normas contábeis brasileiras.

- A) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada possível e reconhece uma Reserva para Contingência.
- B) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Reserva para Contingência.
- C) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Reserva para Contingência.
- D) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada provável e constitui uma Provisão para Contingências.
- E) Uma empresa tem uma causa trabalhista julgada remota e reconhece uma Provisão para Contingências.

23. (FGV/Auditor Fiscal/SEFAZ/RJ/2010) A Cia Nova Friburgo recebeu em dezembro de 2009 uma intimação de um cliente por um produto comprado ter apresentado defeito. Os departamentos contábil e jurídico da empresa analisaram a intimação, apresentaram a defesa e julgaram que a perda da causa é possível. Ao mesmo tempo, foi verificado que se a Cia Friburgo tiver que pagar a indenização ao cliente, ela poderá exigir o ressarcimento de cerca de 80% do valor da indenização cobrada para a empresa fornecedora de matéria prima. No momento da elaboração das Demonstrações Contábeis de 31.12.2009 a empresa, de acordo com as normas contábeis brasileiras apresentadas no Pronunciamento CPC25, aprovado pelo CFC, analisou a situação e adotou o seguinte procedimento:

- (A) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 100% da indenização cobrada.
- (B) a empresa apresentou sua posição em notas explicativas.
- (C) a empresa não teve obrigação de evidenciar o fato.
- (D) a empresa efetuou a Provisão para Contingências pelo valor de 20% da indenização cobrada.
- (E) a empresa constituiu uma Reserva para Contingência pelo valor de 100% da indenização cobrada.



GABARITO

1	E
2	C
3	B
4	A
5	A
6	E
7	A
8	A
9	B
10	D
11	E
12	E
13	B
14	B
15	A
16	C
17	B
18	C
19	E
20	B
21	D
22	D
23	B



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – FCC

1. (FCC/TRT-18/Administrativa/Contabilidade/2023) O departamento jurídico da empresa Problemas Gerais S.A. apresentou, em 31/12/2020, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam no quadro a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade de Perda
Processo Cível	1.480.000,00	Provável
Processo Trabalhista	800.000,00	Possível
Processo Fiscal 1	1.760.000,00	Provável
Processo Fiscal 2	920.000,00	Possível
Processo Ambiental	640.000,00	Remota

A diretoria da empresa acatou a avaliação apresentada pelo departamento jurídico e fez a contabilização com base nas informações constantes no quadro anterior, de acordo com o que estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O valor contabilizado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais:

- a) 5.600.000,00
- b) 1.720.000,00
- c) 4.960.000,00
- d) 2.360.000,00
- e) 3.240.000,00

2. (FCC/SEFAZ- SC/Analista da Receita Estadual/2021) As informações sobre os processos judiciais que uma determinada empresa está respondendo são apresentadas na tabela a seguir:

No do Processo	31/12/2019	31/12/2020	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
1	R\$ 800.000,00	Provável	R\$ 680.000,00
2	R\$ 310.000,00	Possível	R\$ 230.000,00
3	-	Provável	R\$ 150.000,00
4	-	Remota	R\$ 210.000,00

Com base nas informações acima, o impacto total reconhecido no resultado da empresa no ano de 2020, decorrente destes processos judiciais, foi

- A uma perda de R\$ 150.000,00.
- B um ganho de R\$ 280.000,00.
- C um ganho de R\$ 200.000,00.
- D um ganho de R\$ 120.000,00.



E uma perda de R\$ 30.000,00.

3. (FCC/ALAPA/Assistente Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira/Especialidade - Assistente de Contabilidade/2020) Considere os conceitos abaixo:

I. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade.

II. Passivos contingentes nunca podem ser reconhecidos em Balanço Patrimonial, visto que sua existência depende da ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob controle da entidade, não é possível mensurar o desembolso futuro com confiabilidade e/ou o prazo de execução da obrigação é incerto.

III. Provisões, por serem caracterizadas como passivos contingentes, não são reconhecidas em Balanço Patrimonial.

IV. As provisões remotas são reconhecidas no passivo em contrapartida ao reconhecimento de despesa na Demonstração de Resultado do Exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

4. (FCC/SEFAZ BA/Auditor Fiscal/Administração, Finanças e Controle Interno/2019) Em 31/12/2017, uma empresa estava respondendo a dois processos, sendo um relacionado a questionamentos de ex-funcionários e outro a uma autuação efetuada por um órgão de fiscalização tributária. O Balanço Patrimonial da empresa apresentava, nessa data, no grupo do passivo não circulante, a conta Provisões com a composição e o saldo total constantes da tabela a seguir:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 400.000,00
Tributário	R\$ 720.000,00
Saldo total da conta	R\$ 1.120.000,00

Para a realização do Balanço Patrimonial em 31/12/2018 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2017 e identificou, adicionalmente, dois novos processos judiciais surgidos em 2018. A tabela a seguir apresenta as informações obtidas de uma assessoria jurídica independente sobre os diversos processos a que a empresa responde em 31/12/2018:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018
Trabalhista	Provável	R\$ 320.000,00
Tributário	Possível	R\$ 400.000,00
Cível	Possível	R\$ 200.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 160.000,00



Com base nas informações apresentadas, o efeito líquido total causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) Despesa de 1.080.000,00.
- b) Despesa de 480.000,00.
- c) Receita de 40.000,00.
- d) Receita de 800.000,00.
- e) Receita de 640.000,00.

5. (FCC/Prefeitura de Manaus/Auditor Fiscal/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava no passivo o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos valores abaixo.

Processo	Saldo em 31/12/2017
Ambiental	R\$ 300.000,00
Trabalhista	R\$ 540.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições destes dois processos e identificou dois novos processos que surgiram durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre os processos foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 240.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 400.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 450.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 270.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2018, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi:

- (A) Receita total no valor de R\$ 200.000,00.
- (B) Despesa total no valor de R\$ 70.000,00.
- (C) Despesa total no valor de R\$ 720.000,00.
- (D) Despesa total no valor de R\$ 270.000,00.
- (E) Despesa total no valor de R\$ 520.000,00.

6. (FCC/ISS Manaus/Técnico Fazendário/2019) O Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2017, apresentava, no passivo, o saldo de R\$ 840.000,00 na conta Provisões, que era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2017
Fiscal	R\$ 200.000,00
Trabalhista	R\$ 640.000,00

Em 31/12/2018 a empresa analisou as condições desses dois processos e identificou um novo processo que surgiu durante o ano, sendo que as seguintes informações sobre eles foram obtidas junto à sua assessoria jurídica:



Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado em 31/12/2018 para as perdas
Fiscal	Possível	R\$ 250.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 500.000,00
Ambiental (novo)	Possível	R\$ 260.000,00

O valor total evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2018 correspondente aos diversos processos a que a empresa está respondendo foi, em reais:

- a) 840.000,00.
- b) 500.000,00.
- c) 640.000,00.
- d) 900.000,00.
- e) 1.010.000,00.

Atenção: Para responder às questões de números 7 e 8, considere as informações a seguir.

A Cia. Produtos Naturais apresentou no Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2016 o saldo total de R\$ 470.000,00 na conta de Provisões, cuja composição era a seguinte:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2016
Trabalhista 1	R\$ 190.000,00
Ambiental 1	R\$ 280.000,00

No final de 2017, a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2016 e identificou quatro novos processos judiciais surgidos em 2017. As informações sobre os diversos processos, em 31/12/2017, são apresentadas na tabela a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de perda em 31/12/2017	Valor estimado de perda em 31/12/2017
Trabalhista 1	Provável	R\$ 210.000,00
Trabalhista 2	Possível	R\$ 150.000,00
Tributário 1	Possível	R\$ 340.000,00
Tributário 2	Provável	R\$ 170.000,00
Cível 1	Provável	R\$ 140.000,00
Ambiental 1	Possível	R\$ 250.000,00

7. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o impacto total causado no Resultado de 2017 da Cia. Produtos Naturais, relacionado às Provisões, foi, em reais,

- (A) 60.000,00, negativo.
- (B) 80.000,00, negativo.
- (C) 50.000,00, negativo.
- (D) 520.000,00, negativo.
- (E) 310.000,00, negativo.



8. (FCC/ICMS-SC/Auditoria e Fiscalização/2018) Com base nas informações fornecidas, o saldo apresentado como Provisões, no Balanço Patrimonial da Cia. Produtos Naturais de 31/12/2017, foi, em reais,

- A) 550.000,00.
- B) 500.000,00.
- C) 780.000,00.
- D) 530.000,00.
- E) 520.000,00.

9. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2016, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	R\$ 600.000,00
Trabalhista	R\$ 1.080.000,00

Em 31/12/2017 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2017	Valor estimado em 31/12/2017 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 480.000,00
Trabalhista	Provável	R\$ 800.000,00
Fiscal I (novo)	Possível	R\$ 900.000,00
Fiscal II (novo)	Provável	R\$ 540.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2017, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- (A) despesa total no valor de R\$ 1.040.000,00.
- (B) receita total no valor de R\$ 400.000,00.
- (C) despesa total no valor de R\$ 1.440.000,00.
- (D) despesa total no valor de R\$ 140.000,00.
- (E) despesa total no valor de R\$ 540.000,00.

10. (FCC/Sabesp/Analista Contábil/2018) A empresa Novos Problemas S.A. nunca teve problemas com ações de qualquer natureza, mas no ano de 2017 se deparou com alguns processos movidos contra ela. Até o dia 31/12/2017 não ocorreu nenhuma audiência ou julgamento para qualquer dos processos. A assessoria jurídica apresentou para a diretoria da empresa, em 31/12/2017, as informações constantes da tabela a seguir, onde constam a avaliação feita quanto à possibilidade de perda dos diversos processos e os valores prováveis que poderão ser desembolsados pela empresa:



Informações apresentadas em 31/12/2017		
Tipo de Processo	Valor Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Ação por não cumprimento de garantia de produto	5.000.000,00	Provável
Ação Fiscal relativa ao PIS	18.000.000,00	Possível
Ação Fiscal relativa ao ICMS	12.000.000,00	Remota
Ação por danos ambientais	3.000.000,00	Possível
Ações Trabalhistas	12.000.000,00	Provável

Sabendo que os valores estimados para as ações são confiáveis e as probabilidades de perda foram avaliadas com critérios adequados, o valor total que deveria ser evidenciado como provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017 da empresa Novos Problemas S.A. é, em reais,

- (A) 17.000.000,00.
- (B) 21.000.000,00.
- (C) 50.000.000,00.
- (D) 38.000.000,00.
- (E) 0,00 (zero).

11. (FCC/Analista/DPE AM/2018) O Balanço Patrimonial de 31/12/2014 de uma empresa apresentava o saldo de R\$ 1.100.000,00 na conta Provisões. A composição desta conta era a seguinte:

Provisão reconhecida	Valor registrado em 31/12/2014
Ação trabalhista	R\$ 300.000,00
Ação Fiscal	R\$ 800.000,00

Reavaliando a situação dos dois processos, a empresa identificou, em 31/12/2015, alterações nos valores prováveis, em função de novos fatos analisados. Os novos valores prováveis para estes processos são:

Tipo de processo	Valor estimado em 31/12/2015
Ação trabalhista	R\$ 250.000,00
Ação Fiscal	R\$ 700.000,00

Dois novos processos judiciais surgiram em 2015 contra a empresa e as informações sobre eles são apresentadas a seguir:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor estimado em 31/12/2015
Ambiental	Provável	R\$ 80.000,00
Cível	Possível	R\$ 100.000,00

O efeito líquido no resultado de 2015 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- a) redução de 80.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 180.000,00.
- d) redução de 30.000,00.
- e) aumento de 70.000,00



12. (FCC/AL-SE/Analista Legislativo/Contabilidade/2018) A Cia. Desenrola está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/2016, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	400.000	Provável
Fiscal I	220.000	Provável
Cível	100.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2017, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	300.000	Provável
Fiscal I	280.000	Provável
Fiscal II	320.000	Possível
Cível	140.000	Provável
Ambiental	170.000	Remota

Com base nas informações, o impacto no resultado de 2017 decorrente da reavaliação dos processos judiciais foi, em reais,

- (A) 100.000,00 negativo.
- (B) 720.000,00 negativo.
- (C) 40.000,00 positivo.
- (D) 320.000,00 negativo.
- (E) 580.000,00 negativo.



GABARITO

1	E
2	B
3	B
4	E
5	B
6	B
7	C
8	E
9	D
10	A
11	E
12	A



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – CEBRASPE

1. (CEBRASPE/ITAIPU/Contador/2024) Relativamente ao conceito e ao tratamento contábil de provisões, passivos e ativos contingentes, julgue os itens que se seguem.

I Quando, em decorrência de eventos passados, há um ativo possível cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, o reconhecimento em conta de ativo é adequado desde que a entrada de benefícios econômicos seja, a critério da gestão da entidade, praticamente certa.

II Provisão é uma obrigação presente da entidade, fruto de eventos passados, e espera-se que sua liquidação resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, contudo com prazo ou valor incertos.

III Uma obrigação presente, fruto de eventos passados, mas cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade é um passivo contingente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito das provisões e passivos e ativos contingentes.

2. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) O nome comercial de determinada entidade, amplamente reconhecido no mercado, vem sendo utilizado de forma indevida por um concorrente. A empresa entrou com ação pedindo que o concorrente pare de utilizar seu nome comercial e a indenize pelas perdas provocadas pelo tempo de uso indevido. Segundo avaliação do departamento jurídico da entidade, a ação tem grande chance de sucesso e o recebimento da indenização é provável. Nessa situação, a entidade reclamante pode registrar o ativo provável, desde que constitua nota explicativa detalhando sua origem.

3. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada empresa comercial possui duas ações judiciais nas quais apela contra o que entende serem cobranças indevidas da receita federal. Para amparar as obrigações presentes nessas ações, foram constituídos depósitos judiciais relativos aos valores questionados. Em relação à primeira ação, os advogados consideram remota a chance de vitória da empresa. A segunda ação tem mais chance de sucesso, sendo possível que a empresa reverta as cobranças indevidas. Nessa situação, a empresa não deve fazer qualquer contabilização relativa a essas duas ações, devendo limitar-se a divulgar uma nota explicativa apenas para a segunda ação.



4. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Determinada entidade enfrente uma ação trabalhista por pagamento de horas extras e segundo avaliação do departamento jurídico da empresa, essa ação tende a ser vencida pelos funcionários, desfecho usual de situações similares. Nessa situação, a empresa deve provisionar o valor provável da obrigação respectiva, divulgando o fato em suas notas explicativas.

5. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) A obrigação que envolve incerteza sobre o prazo ou valor do desembolso futuro para sua extinção deve ser registrada nas contas de provisão.

6. (CEBRASPE/Auditor/TCE RJ/2021) Os passivos contingentes devem ser reconhecidos em contas patrimoniais, independente de sua natureza ou do fato que lhes deu origem.

7. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes —, o procedimento contábil a ser adotado em relação ao reconhecimento contábil de ativos contingentes é

A reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando for provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

B reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial somente quando a entrada de benefícios econômicos futuros se tornar praticamente certa, ocasião em que o referido ativo deixa de ser considerado contingente.

C não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial, mas divulgá-lo em notas explicativas quando for possível que esse ativo venha a gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

D reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial sempre que houver alguma possibilidade de esse ativo gerar benefícios econômicos futuros para a empresa que detém o seu controle.

E não reconhecer o ativo contingente no balanço patrimonial e somente divulgá-lo em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos se tornar praticamente certa.

8. (CEBRASPE/TJ-PA/Analista Judiciário - Ciências Contábeis/2020) Caso a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços de um passivo contingente se torne provável,

a) uma nota explicativa deverá ser divulgada nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

b) esses valores deverão ser registrados em contas de controle nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

c) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o valor necessário para a extinção da obrigação.

d) uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

e) nada deverá ser feito, até que haja certeza sobre o prazo para a extinção da obrigação.

9. (CEBRASPE/TJ-AM/Analista Judiciário - Contabilidade/2019) O reconhecimento de provisões no passivo ocorre quando a entidade possui obrigações com terceiros classificadas como prováveis, possíveis ou remotas.



Com relação ao reconhecimento, à avaliação, à mensuração e à escrituração de itens patrimoniais passivos e do patrimônio líquido, julgue o item seguinte.

10. (CEBRASPE/SLU DF/Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Ciências Contábeis/2019) A possibilidade de perda em ação judicial trabalhista, mesmo que mensurada confiavelmente como remota, deve ser reconhecida, por ser resultado de eventos passados e constituir obrigação presente que demandará sacrifício de recursos que possam trazer benefícios econômicos futuros.

11. (CEBRASPE/TCM-BA/Auditor Estadual - Controle Externo/2018) Segundo o CPC 25, um passivo deve ser reconhecido quando a sua ocorrência for provável, isto é, quando a probabilidade de sua ocorrência for

- a) igual a 20%.
- b) superior a 20% e inferior a 30%.
- c) superior a 30% e inferior a 40%.
- d) superior a 40% e inferior a 50%.
- e) superior a 50%.

12. (CEBRASPE/SEFAZ RS/Técnico Tributário da Receita Estadual/2018) Com relação ao tratamento contábil, um passivo contingente com “probabilidade possível” de saída de recursos deve

- a) ser divulgado em notas explicativas.
- b) ser reconhecido no patrimônio líquido, na conta de reservas.
- c) ser reconhecido no passivo, na conta de ajustes de avaliação patrimonial.
- d) não ser reconhecido no balanço patrimonial nem divulgado em notas explicativas.
- e) ser reconhecido no passivo, na conta de provisões.

Julgue o item seguinte, com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

13. (CEBRASPE/FUB/Técnico Contabilidade/2018) Os ativos contingentes não devem ser objeto de reconhecimento pela contabilidade.

14. (CEBRASPE/SEDF/Analista/2017) Um fabricante deve registrar um passivo líquido e certo relativo às garantias de reparo ou troca de seus produtos, dadas aos compradores, se, pela sua experiência passada, for provável — ou seja, mais provável que sim do que não — que algumas garantias serão executadas pelos compradores.

Uma empresa do setor farmacêutico que atua em diversos países realiza atividades que causam poluição ambiental. Embora estejam conscientes desse problema, os administradores dessa empresa se comprometem a despoluir áreas impactadas por suas atividades apenas nos locais em que houver determinação legal para isso. Há anos essa empresa tem causado poluição ambiental em áreas públicas de



um país onde, atualmente, está em curso o processo de votação de um projeto de lei antipoluição. Se esse projeto for aprovado, como se estima, a lei entrará em vigor após o término do exercício social em curso. Prevendo que terá de arcar com a despoluição das áreas impactadas, a empresa estabeleceu uma estimativa do valor que deverá desembolsar.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

15. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Na situação apresentada, a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é considerada possível, pois a probabilidade de a saída de recursos ocorrer é superior à de ela não ocorrer.

16. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for considerado imaterial, o valor da estimativa feita pela empresa não estará sujeito a ajuste com base em valor presente, quando do seu reconhecimento pela contabilidade.

17. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No término do exercício social em curso, a empresa deverá reconhecer um passivo contingente.

18. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Se, independentemente da aprovação da lei antipoluição, a empresa aceitar publicamente a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, estará configurada a existência de um evento passado que conduziu a uma obrigação presente.

19. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) Caso a empresa tenha direito ao reembolso, por terceiro, do total a ser desembolsado para reparação da área poluída, esse direito a reembolso deverá ser registrado em uma conta retificadora de passivo.

Em outubro de 2010, uma empresa acionou judicialmente seu principal fornecedor de matérias-primas reivindicando um direito. Até o final de 2014, o desfecho da ação ainda era incerto, embora se considerasse provável uma entrada de benefícios econômicos. No final de 2015, quando o processo tramitava em última instância, foi proferida decisão judicial a favor da empresa, ficando o fornecedor comprometido a honrar o pagamento do direito reivindicado à empresa no ano de 2016.

Com base nessa situação hipotética, julgue o próximo item, acerca de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

20. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No final de 2015, a empresa teve de reconhecer, em suas demonstrações contábeis, o ativo e os ganhos decorrentes da decisão judicial proferida a seu favor.

21. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade e Finanças/2016) No período de 2010 a 2014, a empresa teve a obrigação de divulgar, nas datas de cada balanço, informações acerca da natureza dos ativos contingentes e, quando praticáveis, as estimativas dos efeitos financeiros dos referidos ativos.

Acerca de provisões, passivos e contingências passivas e ativas, julgue o item subsequente.



22. (CEBRASPE/Funpresp-JUD/Contabilidade/2016) O contador de uma empresa que tenha sido multada por haver causado danos ambientais deverá reconhecer uma provisão para contingências no valor da multa a ser paga.

23. (CEBRASPE/TCE-PR/Analista de Controle – Contábil/2016) Em 2015, a Cia. Alfa foi autuada pelo não recolhimento de R\$ 3.000.000, referentes a determinado imposto. Em 31/12/2015, foi reconhecida contabilmente uma provisão de apenas R\$ 1.500.000, por sugestão do setor jurídico da companhia. Simultaneamente, a Cia. Alfa impetrou recurso junto ao órgão fiscal. Em 25/1/2016, após julgamento do recurso, o órgão fiscal entendeu que era devido o recolhimento do valor de R\$ 2.000.000. A companhia optou por não recorrer dessa decisão. Em seguida, em 18/3/2016, foi autorizada a emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2015.

Nesse caso hipotético, o procedimento contábil correto a ser adotado pela Cia. Alfa consiste em reconhecer, nas demonstrações contábeis

- a) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 1.500.000.
- b) de 2016, uma provisão de R\$ 1.500.000.
- c) do ano em que ocorrer o efetivo recolhimento, uma despesa tributária de R\$ 2.000.000.
- d) de 2015, uma provisão complementar de R\$ 500.000.
- e) de 2016, uma provisão de R\$ 500.000.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue o item subsequente.

24. (CEBRASPE/DPU/Contador/2016) Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Com relação aos componentes do patrimônio e ao conceito de receita, julgue o próximo item, de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

25. (CEBRASPE/Telebras/Analista Superior-Auditoria/2015) O ativo contingente não deve ser reconhecido no balanço patrimonial da entidade, pois, entre outros motivos, não é um evento totalmente sob o controle da empresa.

Com relação ao tratamento contábil de itens patrimoniais, julgue o item a seguir.

26. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O tempo é um fator que diferencia provisões para contingências de reservas para contingências: as primeiras referem-se a eventos passados, e as últimas, a futuros.



Julgue o item subsequente, relativo aos procedimentos contábeis de mensuração de ativos e passivos que devem ser efetuados pela UnB.

27. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) Não é possível o reconhecimento de provisão caso não possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

28. (CEBRASPE/FUB/Contabilidade/2015) O item apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao reconhecimento e à mensuração contábil, de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A empresa X está sendo acusada pela concorrente Y de prática desleal, por combinar preços com as demais concorrentes. A empresa Y pede judicialmente uma indenização de R\$ 1 milhão. Nessa situação, a empresa X deve reconhecer uma obrigação no passivo, pelo valor requerido, mesmo que seja remota a probabilidade de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

Uma companhia aberta que fabrica aparelhos celulares vende o seu produto oferecendo garantia ao cliente no momento da venda. No contrato de venda, o fabricante compromete-se a consertar, por meio de reparo ou substituição do aparelho, defeitos que vierem a se tornar aparentes dentro de três anos, a partir da data da venda. A experiência passada revela que é provável que haja reclamações dentro do período de cobertura da garantia. O fabricante tem condições de fazer uma estimativa confiável do valor com o qual terá que arcar em caso de danos nos aparelhos.

Com base na situação hipotética apresentada e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue.

29. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) A restrição, nesse caso, para o reconhecimento contábil de uma provisão está relacionada à inexistência de uma obrigação presente.

30. (CEBRASPE/STJ/Apoio Especializado/Contadoria/2015) O fabricante está diante de uma situação que configura a existência de um passivo contingente. Nesse caso, o procedimento contábil apropriado é a divulgação desse passivo contingente em notas explicativas.

31. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza.

32. (CEBRASPE/DPF/Contabilidade/2014) As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro.

No item, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

33. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Uma empresa, após ter apurado lucro de R\$ 100.000,00, destinou um terço desse valor para contingências futuras. Nessa situação, a empresa contabilizará, no mesmo exercício, R\$ 30.000,00 a crédito de uma conta de provisão para contingências.



Julgue o item que se segue, acerca da utilização das técnicas contábeis no registro e controle do patrimônio das entidades.

34. (CEBRASPE/TRE ES/Contabilidade/2011) Se as circunstâncias justificarem, as provisões devem ser constituídas ainda que a entidade correspondente esteja operando com prejuízo.



GABARITO

1	E
2	ERRADO
3	ERRADO
4	CERTO
5	CERTO
6	ERRADO
7	B
8	D
9	ERRADO
10	ERRADO
11	E
12	A
13	CERTO
14	ERRADO
15	ERRADO
16	CERTO
17	ERRADO
18	CERTO
19	ERRADO
20	CERTO
21	CERTO
22	ERRADO
23	D
24	CERTO
25	CERTO
26	CERTO
27	CERTO
28	ERRADO
29	ERRADO
30	ERRADO
31	CERTO
32	ERRADO
33	ERRADO
34	CERTO



LISTA DE QUESTÕES – CPC 25 – MULTIBANCAS

1. (VUNESP/TCM SP/Auditor de Controle Externo/Administração/2023) Um evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, como é o caso de uma reivindicação que a entidade esteja reclamando por meio de processos legais, em que o desfecho seja incerto, é denominado de:

A Provisão.
B Passivo contingente.
C Ativo contingente.
D Contas a pagar.
E Contas a receber.

2. (VUNESP/Pref. Jaguariúna/Auditor Fiscal Tributário/2023) Indique o valor que deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial, tendo em vista as informações sobre os processos tributários e os seus respectivos riscos classificados pela área jurídica da empresa, como segue:

Relação de processos tributários:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00
Perda Possível	4.250.000,00
Perda Remota	7.502.500,00

A R\$ 4.250.000
B R\$ 6.172.500
C R\$ 7.502.000
D R\$ 10.422.500
E R\$ 17.925.000

3. (VUNESP/Pref. Guarulhos/CONTADOR/2023) A equipe jurídica de uma entidade apresentou para a Diretoria a lista de processos judiciais nos quais a entidade figura-se como ré.

Número do processo	Classificação em 31.12.2021	Classificação em 31.12.2022	Valor (em R\$)
123.456.789	Provável	Provável	1.230.000,00
456.764.678	Remoto	Provável	345.000,00
234.760.777	Provável	Possível	89.090,00
234.567.321	Remoto	Possível	2.300.000,00
765.872.012	Remoto	Remoto	1.890.650,00

Considerando que o saldo de provisões judiciais em 31.12.2021 totalizava R\$ 1.230.000,00, pode-se afirmar que, em 2022, a entidade registrou

A uma reversão de provisão no valor de R\$ 885.404,00



- B uma despesa de provisão no valor de R\$ 345.000,00
- C uma despesa de provisão no valor de R\$ 2.645.000,00
- D uma despesa de provisão no valor de R\$ 1.575.000,00
- E ativo contingente no valor de R\$ 89.090,00

4. (VUNESP/Pref. Sorocaba/Contador/2023) Uma entidade pertencente ao setor industrial oferece garantia de 3 meses após a entrega para todos os seus produtos, assim, os clientes dessa empresa estão cobertos pelo custo de reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente no prazo de vigência da garantia.

Para fins gerenciais, a entidade classifica os custos de reparação nos níveis A e B. No nível A estão classificados os maiores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível A no último trimestre foi de R\$ 200.000,00. Já no nível B estão classificados os menores custos de reparação. A média de gastos na carteira de nível B foi de R\$ 50.000,00 trimestrais. A experiência da empresa indica que, no próximo trimestre, é esperado que 80% dos produtos não deem defeito, 8% apresentem defeitos maiores e 12% defeitos menores.

Considerando essas informações, é correto afirmar que a despesa com provisão de garantias que deverá ser reconhecida pela entidade será, em R\$, de:

- A 0,00.
- B 6.000,00.
- C 16.000,00.
- D 22.000,00.
- E 250.000,00.

5. (VUNESP/UNICAMP/CONTADOR/2023) A área jurídica de uma sociedade anônima industrial possui os seguintes processos judiciais em andamento:

Número do Processo	Valor estimado da ação	Situação da empresa
1	100.000,00	Requerente
2	500.000,00	Requerente
3	90.000,00	Ré
4	25.000,00	Ré
5	200.000,00	Ré
6	890.000,00	Ré
7	290.000,00	Ré

Sabe-se que, em virtude da política da empresa, todos os processos são classificados inicialmente como possíveis.

No final de 2022, a área jurídica entendeu que os processos 3, 6, 7 deveriam ser reclassificados do possível para o provável.

Considerando essas informações, o contador da entidade realizou no sistema contábil em 31.12.2022, o registro de uma provisão no valor, em R\$, de:

- A 0,00.



- B 600.000,00.
C 1.270.000,00.
D 1.495.000,00.
E 2.095.000,00.

6. (CESGRANRIO/Exame de Qualificação Técnica de Peritos/CFC/2023) A Cia. Q é uma companhia de capital aberto, com sede no Brasil, que atua no segmento de fabricação de eletrodomésticos com tecnologia robótica. Seu principal produto é um robô aspirador, que já está na segunda geração. Essa companhia oferece a seus clientes garantia por defeitos de fabricação ou por problemas de funcionamento inadequado do robô aspirador pelo período de um ano a partir da data da venda. A companhia considera que os equipamentos da 2ª geração têm um funcionamento melhor e que haverá uma redução nas garantias solicitadas pelos clientes. No início do exercício de 20x2, a Cia. Q apresentou as seguintes informações estimadas sobre as vendas e as garantias do robô aspirador:

Tipo	Unidades vendidas	Valor total das vendas (em R\$)	Custo individual com garantia (em R\$)	Estimativa de garantias
Robô aspirador 1ª geração	2.000	1.000.000,00	35,00	25% das unidades vendidas
Robô aspirador 2ª geração	10.000	9.000.000,00	45,00	10% das unidades vendidas

Considerando-se as informações da Cia. Q e as disposições da NBC TG 25 (R2)/2017, o valor, em reais, a ser reconhecido como provisão para cobertura das garantias deverá ser de

- a) 45.000,00
b) 60.000,00
c) 62.500,00
d) 84.000,00
e) 168.000,00

7. (CESGRANRIO/AgRIO/Contabilidade/2023) É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R\$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

- a)
D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00



C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

b)

D: Despesa de 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário a Pagar 1.240.000,00

c)

D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: Provisão para 13º Salário 1.240.000,00

d)

D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário 1.240.000,00

C: 13º Salário 1.240.000,00

e)

D: Salários Provisionados 1.240.000,00

C: Provisão para Salários 1.240.000,00

8. (CESGRANRIO/Exame de Peritos/CFC/2022) A Zeta S.A. é fabricante de aparelhos de telefone celular e adotou a política de conceder garantia aos produtos vendidos pelo prazo de dois anos, a contar da data da venda. Os termos da garantia cobrem defeitos decorrentes da fabricação e podem gerar conserto ou substituição, conforme a extensão do problema detectado no prazo coberto pela garantia. A partir das ocorrências registradas em anos anteriores, a Zeta S.A. estima que, a cada ano, 2,5% dos aparelhos vendidos serão substituídos, e 4% passarão por reparos em decorrência do período de garantia concedido pela empresa. Em um determinado ano, a Zeta S.A. vendeu 10.000 aparelhos e faturou R\$ 7 milhões.

Considerando-se essas informações e as disposições da NBC TG 25 (R2), como a Zeta S.A. deverá tratar nas demonstrações contábeis a questão da concessão de garantia aos produtos vendidos?

a) Aperfeiçoar os procedimentos de controle de qualidade dos aparelhos fabricados para reduzir os gastos com a cobertura de garantias.

b) Divulgar os termos da concessão de garantias em notas explicativas, junto a uma avaliação de risco de ocorrência, se julgar relevante.

c) Evidenciar um passivo contingente no valor de R\$ 455.000,00 para cobrir os custos estimados com as garantias.

d) Reconhecer os gastos com garantias somente à medida que for acionada pelos clientes e conforme a extensão dos defeitos apresentados pelos aparelhos.

e) Reconhecer uma provisão pela melhor estimativa dos custos para cobrir a garantia concedida aos produtos vendidos.

Considere os dados a seguir, para responder à questão.



9. (VUNESP/DOCAS PB/CONTADOR/2022) Uma companhia estatal portuária não dependente elaborou o seguinte balancete de verificação contendo contas e saldos patrimoniais e de resultado para exercício findo de 2021, em milhares de R\$:

Contas	Saldo (em milhares de R\$)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, patrimônio líquido	41.244,80
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	100.000,00
Bancos	113.597,50
Caixa	10.000,00
Capital Social	390.000,00
Clientes, curto prazo	98.560,00
Clientes, longo prazo	20.000,00
Custos dos Produtos e Serviços Prestados	74.257,28
Despesa Financeira	76.892,34
Despesas Administrativas	37.128,64
Direitos Contratuais - Outorgas de Terminais Portuários, longo prazo	198.067,50
Encargos Sociais a Pagar, curto prazo	1.320,45
Imobilizado, líquido	528.180,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	132.045,00
Intangível, líquido	120.000,00
Despesa com IR e CSLL	15.549,90
Outras Despesas Operacionais	7.980,00
Outras Receitas Operacionais	9.282,16
Prejuízo Acumulado	186.974,09
Provisão para 13º salário, curto prazo	19.806,75
Provisão para férias, curto prazo	13.204,50
Provisões Cíveis, curto prazo	215.670,00
Provisões Cíveis, longo prazo	413.675,00
Provisões Trabalhistas, curto prazo	14.567,00
Provisões Trabalhistas, longo prazo	90.456,00
Receita Diferida, longo prazo	250.885,50
Receita Financeira	47.067,89
Receita Líquida	185.643,20
Salários a pagar, curto prazo	26.409,00

Os valores provisionados no Balancete da companhia estatal referentes às ações judiciais cíveis e trabalhistas foram reconhecidos porque a equipe jurídica considera que o desembolso com essas ações será, conforme pronunciamento técnico 25 do CPC,

- A Remoto.
- B Relevante.
- C Provável.
- D Possível.
- E Fidedigno.



10. (VUNESP/ALESP/Auditor Interno/2022) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não), decorrente de evento passado, for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços, para que a obrigação seja liquidada, e

A uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

B uma estimativa confiável do valor presente possa ser realizada.

C existam documentos confiáveis acerca da obrigação.

D existam ativos em Caixa e Equivalente de Caixa para suportar o valor da obrigação, nos moldes exigidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E que a despesa e seu desembolso estejam empenhados.

11. (VUNESP/PRUDENCO/Contador/2022) De acordo com as normas contábeis brasileiras, uma provisão deve ser reconhecida, entre outras variáveis, quando

A é possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

B é presente e resulta de eventos passados, mas que talvez seja reconhecida porque o valor da obrigação tende a ser mensurado com suficiente confiabilidade.

C tenha capacidade de gerar benefício econômico futuro.

D a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

E um evento passado conduz a uma obrigação.

12. (VUNESP/IPSM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/ANALISTA PREVIDENCIÁRIO CONTABILIDADE/2022) O responsável jurídico recebeu demanda do setor de contabilidade da Cia IPSM para manifestar-se sobre os processos judiciais dos quais a Cia é ré para que se pudesse realizar os registros contábeis nas demonstrações contábeis trimestrais (ITR) relativas a junho de 2022.

O responsável jurídico informou à contabilidade a existência de dois processos trabalhistas e de dois processos cíveis, juntamente com a classificação de perdas, de acordo com a interpretação da equipe jurídica, conforme quadro abaixo.

Processo	Tipo	Valor provisionado na ITR de 31/03/2022 (em R\$)	Perda remota (em R\$)	Perda possível (em R\$)	Perda provável (em R\$)
1	Trabalhista	30.000,00	-	30.000,00	23.000,00
2	Trabalhista	0,00	-	10.000,00	6.500,00
3	Cível	0,00	200.000,00	120.000,00	-
4	Cível	50.000,00	-	45.000,00	60.000,00

Na demonstração de resultado relativa ao período de 01 de abril a 30 de junho de 2022 (segundo trimestre), será evidenciado o seguinte efeito líquido global dos processos judiciais em curso:

A ativo contingente no valor de R\$ 7.000,00.



B reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 16.500,00.

C reforço de provisão (despesa) no valor de R\$ 9.500,00.

D reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 7.000,00.

E reversão de provisão (ganho) no valor de R\$ 9.500,00.

13. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia. Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos. O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação. Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

A) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.

B) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.

C) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.

D) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.

14. (Consulplan/EXAME CFC/2022.2) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

A) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.

B) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.



C) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

D) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

15. (VUNESP/VALIPREV/Contador/2020) O departamento jurídico de uma empresa de capital aberto apresentou as seguintes informações para o Departamento de Contabilidade:

Processos judiciais	Probabilidade de Desembolso (em R\$)		
	Remota	Possível	Provável
Trabalhistas	0,00	0,00	123.000,00
Cíveis	0,00	150.000,00	0,00
Tributários	120.000,00	0,00	0,00

O valor da Despesa com Provisão na Demonstração de Resultado do Exercício será, em R\$:

- a) 123.000,00
- b) 150.000,00
- c) 273.000,00
- d) 120.000,00
- e) 393.000,00

16. (IBFC/EBSERH/Analista Contábil/2020) A Empresa Tudo junto e misturado apresenta as seguintes informações no seu Balanço Patrimonial em 31/12/X1:

Processo	Valor Estimado	Probabilidade de Perda do Processo
Ações Trabalhistas	R\$ 3.450.000,00	Provável
Ação Fiscal ICMS	R\$ 1.900.000,00	Possível
Processo Ambiental	R\$ 2.420.000,00	Possível
Ação Fiscal IPTU	R\$ 938.000,00	Provável

Sabe-se que esses valores foram passados pelo departamento jurídico da Empresa Tudo junto e Misturado, relativo a todos os processos movidos contra a empresa.

Com base nas informações apresentadas e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 25 (R2), assinale a alternativa que apresenta o valor a ser evidenciado como provisão no passivo no Balanço Patrimonial da empresa Tudo junto e Misturado em 31/12/X1.

- a) R\$ 4.320.000,00
- b) R\$ 4.388.000,00
- c) R\$ 8.708.000,00
- d) R\$ 3.450.000,00
- e) R\$ 2.420.000,00



17. (AOCP/ISS CARIACICA – ES/Fiscal de Tributos Municipais/2020) Referente às provisões e aos passivos contingentes, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. Se a saída futura de recursos for provável, deve ser contabilizada a provisão e divulgada em nota explicativa.

II. Se a saída for possível (mas não provável), não deve ser contabilizada, mas deve ser divulgada em nota explicativa.

III. Se a possibilidade de saída de recursos for remota, não é contabilizada, nem divulgada em nota explicativa.

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas II.

(D) I, II e III.

18. (VUNESP/Pref. Cerquilha/Contador/2019) O texto a seguir foi retirado de uma Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis de uma empresa brasileira.

“A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas.”

Conforme as normas e os pronunciamentos técnicos de contabilidade adotados no Brasil, a provisão para as demandas judiciais da companhia foram estimadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis, considerando o suficiente para cobrir as perdas

a) fidedignas.

b) possíveis.

c) precisas.

d) prováveis.

e) remotas.

19. (FUNDATEC/Pref. Formosa do Sul/Assistente Contábil/2019) Conforme a NBC TG 25 (CPC 25), uma provisão será reconhecida quando: existir uma obrigação legal _____ como resultado de evento passado; seja _____ a necessidade da saída de recursos para a liquidação da obrigação; e que possa ser feita uma estimativa _____ do valor da obrigação.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

A ou informalizada – provável – confiável

B e formalizada – possível – provável

C ou não formalizada – remota – confiável

D ou formalizada – possível – provável

E e formalizada – provável – confiável



20. (FUNDATEC/Pref. POA/Auditor Fiscal da Receita Municipal/2019) Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

Natureza da Obrigação	Saída de Recurso	Mensuração	Estimativa	Provisão
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
Garantias	Possível	Estimativas confiáveis	R\$ 99.000,00	
Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	Provável	Inexistência de estimativas confiáveis	R\$ 40.000,00	
Danos ambientais	Provável	Estimativas confiáveis	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00

De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

- A R\$ 780.000,00.
- B R\$ 879.000,00.
- C R\$ 975.000,00.
- D R\$ 1.015.000,00.
- E R\$ 1.114.000,00.

21. (VUNESP/Pref. SP/Analista - Ciências Contábeis/2018) Assinale a alternativa correta.

- a) Quando uma obrigação presente for considerada provável, mas não passível de mensuração, deve-se divulgar o fato em nota explicativa.
- b) Quando uma entrada de benefícios for considerada remota, deve-se reconhecer um ativo contingente.
- c) Quando uma obrigação possível puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer um ativo contingente.
- d) Quando uma obrigação presente e provável não puder ser mensurada de forma confiável, deve-se reconhecer uma provisão.
- e) Quando uma obrigação presente for considerada remota, mas passível de mensuração confiável, deve-se reconhecer uma provisão.

22. (VUNESP/CM Itaquaquecetuba/Controlador Interno/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.



e) fluxo operacional de desembolsos.

23. (VUNESP/Pref. Registro/Analista Contábil/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.
- d) Passivo Contingente.
- e) Ativo contingente.

24. (VUNESP/Controlador/Indaiatuba/2018) Uma obrigação presente resultante de eventos passados, mas que não é reconhecida, pois é improvável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potenciais de serviços ser exigida para a extinção da obrigação, e não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, é considerada

- a) contas a pagar.
- b) ativo contingente.
- c) reserva de lucros.
- d) passivo contingente.
- e) fluxo operacional de desembolsos.

25. (VUNESP/Contador/Prefeitura de SBC/2018) De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.

- a) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.
- b) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.
- c) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- d) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).
- e) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

26. (VUNESP/Analista/Prefeitura de Registro/2018) O ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade é conceituado, pelas normas contábeis vigentes, como

- a) Direito Legal.
- b) Ativo diferido.
- c) Adiantamento de um evento econômico.



d) Passivo Contingente.

e) Ativo contingente.

27. (CESGRANRIO/PETROBRAS/Contador Júnior/2018) A Companhia X&X S.A. tem as seguintes obrigações ao final do exercício de 2017:

- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, e espera-se que seja necessária uma saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, que é mensurada em bases confiáveis no valor de R\$ 100.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sem confiabilidade de mensuração no valor de R\$ 60.000,00;
- uma obrigação presente, resultante de eventos passados, embora não seja provável que uma saída de recursos, que incorporam benefícios econômicos, seja exigida para liquidar a obrigação no valor de R\$ 200.000,00;
- uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, no valor de R\$ 50.000,00.

Sendo assim, o total, em reais, a ser divulgado nas Notas Explicativas como passivo contingente é de

- a) 50.000,00
- b) 60.000,00
- c) 260.000,00
- d) 310.000,00
- e) 410.000,00

28. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Contador Júnior/2018) Uma companhia aérea detém uma frota de cinco aeronaves para locação de voos executivos. Cada aeronave foi adquirida por R\$ 7 milhões. Por exigência da agência reguladora de aviação, a companhia deve fazer a revisão de suas aeronaves a cada cinco anos de uso. A estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição. Ao final do exercício de 2016, a frota tinha dois anos e meio de uso.

Considerando essa situação, ao final do exercício de 2016, a companhia aérea

- a) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.
- b) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 875.000,00.
- c) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 1.750.000,00.
- d) não deve reconhecer a provisão por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.
- e) não deve reconhecer nem divulgar o fato, por se tratar de possibilidade futura.



29. (FBC/EQT Perito Contábil/2017) O contador da empresa X está analisando uma lide em que X é polo passivo para concluir se deve reconhecer, ou não, algum valor. Depois de obter conhecimento sobre a lide, ouviu da consultoria jurídica que o passivo contingente que está sendo discutido é da ordem de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que o contador pode considerar que dos cenários provável, possível e remoto, o remoto lidera com 80% (oitenta por cento). Com base neste enunciado e considerando o item 6 da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que apresenta a CORRETA decisão do contador.

- a) Reconhecer e não divulgar um passivo no valor de R\$1.000.000,00, correspondente aos 20% não remoto.
- b) Reconhecer e divulgar um passivo no valor de R\$4.000.000,00, correspondente aos 80% como remoto.
- c) Não reconhecer e não divulgar nada sobre a lide.
- d) Não reconhecer e divulgar o valor total de R\$5.000.000,00.

30. (VUNESP/CM Pradópolis/Contador/2016) Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade, refere-se a um dos conceitos de

- a) impairment.
- b) contas a pagar.
- c) reserva de contingência.
- d) provisão para redução de ativos.
- e) passivo contingente.

31. (VUNESP/PREF. POÁ/ANALISTA CONTÁBIL/2015) De acordo com os preceitos contábeis, um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Todavia, na identificação de um ativo como resultado de um evento não planejado ou de outros eventos não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, ou mesmo que esse ativo nunca venha a ser realizado, tal ativo será conceituado como

- a) Provisão para perdas.
- b) Ativo contingente.
- c) Ativo não circulante.
- d) Ajuste de variação patrimonial.
- e) Impairment.



32. (Vunesp/Desenvolvesp/Contador/2014) As premissas de que a entidade tem uma obrigação, legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado; que seja provável uma saída de recursos para liquidar tal obrigação; e que pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação, referem-se a:

- a) capital circulante líquido.
- b) características de um passivo contingente.
- c) características das contas a pagar, de fato.
- d) origens e aplicação de recursos.
- e) requisitos básicos para que uma provisão possa ser reconhecida.

33. (VUNESP/SP – Urbanismo/Analista Administrativo/2014) A obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade, é definida como

- (A) ativo contingente.
- (B) contas a pagar.
- (C) passivo contingente.
- (D) ajuste de exercício anterior.
- (E) reserva de contingência.

34. (CESGRANRIO/BNDES/Profissional Básico/Contabilidade/2013) O CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, define provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. O mesmo CPC 25 apresenta, também, as condições (situações) em que uma provisão deve ser reconhecida.

Nesse contexto, considere as afirmativas abaixo.

I - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado.

II - Uma provisão deve ser reconhecida quando a entidade tenha como provável ser necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

III - Uma provisão deve ser reconhecida quando possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III



35. (FADESP/MPE PA/Contador/2012) Uma das alternativas abaixo não está correta em relação ao passivo contingente. Assinale-a.

- A Caracteriza-se por uma saída de recursos, possível mais não provável.
- B Mesmo que a saída de recursos seja remota, a divulgação é necessária.
- C Quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa, trata-se de um passivo genuíno.
- D Se a probabilidade de saída de recursos for provável e existir estimativa confiável, a obrigação presente requisita uma provisão.

36. (CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico Júnior/Contabilidade/2011) Uma empresa produz componentes para televisores LCD. Para conquistar o mercado, ela oferece aos seus clientes uma garantia de um ano para o funcionamento dos componentes que vende.

Devido a esse procedimento, ela deve registrar o valor provável a ser gasto com essa garantia na conta

- a) Reserva para contingências
- b) Reserva para garantia
- c) Reserva para eventos subsequentes
- d) Provisão para contingências
- e) Provisão para garantias



GABARITO

1	C
2	B
3	B
4	D
5	C
6	C
7	B
8	E
9	C
10	A
11	D
12	C
13	A
14	D
15	A
16	B
17	D
18	D
19	A
20	C
21	A
22	D
23	E
24	D
25	C
26	E
27	D
28	A
29	C
30	E
31	B
32	E
33	C
34	E
35	B
36	E





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.